

ALINE MARIA MIGUEL KAPP

RELAÇÕES ENTRE TEMPO E EVIDENCIALIDADE NAS
LÍNGUAS INDÍGENAS DO BRASIL: UM ESTUDO
TIPOLÓGICO-FUNCIONAL

São José do Rio Preto
2013

ALINE MARIA MIGUEL KAPP

RELAÇÕES ENTRE TEMPO E EVIDENCIALIDADE NAS
LÍNGUAS INDÍGENAS DO BRASIL: UM ESTUDO
TIPOLÓGICO-FUNCIONAL

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Câmpus de São José do Rio Preto, para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Área de Concentração: Análise Linguística

Orientador: Profa. Dra. Marize Mattos Dall’Aglio Hattnher

Data da aprovação: 1º de março de 2013

São José do Rio Preto
2013

Kapp, Aline Maria Miguel

Relações entre tempo e evidencialidade nas línguas indígenas do Brasil: um estudo tipológico-funcional / Aline Maria Miguel Kapp. - São José do Rio Preto: [s.n.], 2013. 146 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Marize Mattos Dall’Aglio Hattnher
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas

1. Linguística. 2. Funcionalismo (Linguística). 3. Análise linguística. 4. Gramática funcional. 5. Tipologia Linguística. 6. Evidencialidade. I. Dall’Aglio Hattnher, Marize Mattos. II. Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. IV. Título.

CDU – 81’1

COMISSÃO JULGADORA

Titulares

Profa. Dra. Marize Mattos Dall’Aglío Hattnher - Orientadora
UNESP – São José do Rio Preto

Profa. Dra. Kristine Sue Stenzel
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Gisele Cássia de Sousa
UNESP – São José do Rio Preto

Suplentes

Profa. Dra. Sandra Denise Gasparini Bastos
UNESP – São José do Rio Preto

Profa. Dra. Valéria Vendrame Ferrari
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

AGRADECIMENTOS

À professora Marize Mattos Dall’Aglío Hattner, que acompanha meus passos desde minha iniciação na pesquisa acadêmica, ensinando-me mais do que teorias e análises: ensinando-me o fazer pesquisa. Agradeço pela segurança passada nos meus momentos de desespero, pela dedicação e pela confiança em mim depositada.

Às professoras Gisele Cássia de Souza e Sandra Denise Gasparini Bastos, membros da banca do Exame de Qualificação, pela atenciosa leitura desta dissertação e pelas grandiosas contribuições a este trabalho, que possibilitaram um olhar mais atento aos dados.

À professora Valéria Vendrame Ferrari, pela leitura e comentários feitos durante o debate no IV Seminário de Estudos Linguísticos da UNESP.

À CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior, pelo auxílio financeiro dado a esta pesquisa.

Aos amigos que me apoiaram e fizeram os meus dias mais felizes: aos de longa data, aos de república, aos de graduação e aos que conheci na pós-graduação.

Ao João Paulo, meu grande companheiro, que nunca permitiu que eu desanimasse, pelos momentos divididos, pelas palavras carinhosas e sempre incentivadoras.

À minha família, base de todo meu caráter e determinação e minha maior fonte de motivação e amor. Aos meus pais, João e Eliana, grande exemplo de força, superação, garra, fé e amor.

Aos meus irmãos, Tiago e Alessandra, pelas palavras de carinho, por escutarem meus desabafos e me incentivarem cada vez mais a seguir em frente. A todos eles, por acreditarem em mim e, a cada novo passo, estarem sempre ao meu lado (em pessoa e, muitas vezes, em orações).

A Deus, meu refúgio e guia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. AS CATEGORIAS GRAMATICAIS DE EVIDENCIALIDADE E TEMPO.....	17
1.1 A Gramática Discursivo-Funcional	17
1.2 Evidencialidade	25
1.3 Tempo	37
2. UNIVERSO DA PESQUISA E PROCEDIMENTOS METODÓLOGICOS.....	49
2.1 Composição do <i>corpus</i> da pesquisa	54
3. A EXPRESSÃO DAS CATEGORIAS GRAMATICAIS EVIDENCIALIDADE E TEMPO NAS LÍNGUAS INDÍGENAS DO BRASIL.....	68
3.1 Evidencialidade	68
3.1.1 Reportatividade	70
3.1.2 Inferência	74
3.1.3 Percepção de evento	76
3.1.4 Dedução	78
3.1.5 Formas evidenciais polissêmicas	80
3.2 Tempo.....	86
3.2.1 Presente	89
3.2.2 Passado	91
3.2.3 Futuro	96
3.3 Considerações sobre a expressão das categorias de tempo e evidencialidade	100
4. RELAÇÕES ENTRE TEMPO E EVIDENCIALIDADE	102
4.1 Relação entre evidencialidade reportativa e tempo	103
4.2 Relação entre evidencialidade de percepção de evento e tempo	109
4.3 Relação entre evidencialidade dedutiva e tempo	117
4.4 Relação entre evidencialidade inferencial e tempo	122
4.5 Hierarquia dos evidenciais	125
4.6 Relação entre a forma de expressão evidencial e o tempo	126
4.7 Generalizações sobre as relações entre evidencialidade e tempo	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	137

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Tipologia dos evidenciais segundo Willett (1988, p.57)	18
Quadro 2. Línguas indígenas do Brasil selecionadas na primeira etapa	57
Quadro 3. Línguas indígenas do Brasil inicialmente selecionadas na 2ª etapa	58
Quadro 4. Línguas indígenas do Brasil selecionadas para composição do <i>corpus</i>	67
Quadro 5. Reanálise dos evidenciais segundo Hengeveld e Dall’Aglío Hattnher (2012)	70
Quadro 6. Reanálise da divisão dos intervalos temporais	88
Quadro 7. Marcadores de tempo futuro em desano (MILLER, 1999, p.71)	99
Quadro 8. Relação entre evidencialidade reportativa e tempo	108
Quadro 9. Relação entre evidencialidade de percepção de evento e tempo	116
Quadro 10. Relação entre evidencialidade dedutiva e tempo	118
Quadro 11. Relação entre evidencialidade inferencial e tempo	122
Quadro 12. Divisão da expressão cumulativa ou não de tempo e evidencialidade ...	127

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Arquitetura geral da GDF, traduzido de Hengeveld e Mackenzie	20
Figura 2: Hierarquia proposta por Hengeveld e Dall’Aglío-Hattnher (2012) para os evidenciais.....	125

LISTA DE ABREVIATURAS

1	primeira pessoa	IMPF	imperfeito
2	segunda pessoa	INCEP	inceptivo
3	terceira pessoa	INCL	inclusivo
I	série I (língua tapirapé)	IND	modo indicativo
II	série II (língua tapirapé)	INDF	indefinido
III	série III (língua tapirapé)	INFER	inferencial
A	sujeito transitivo	INS	instrumento
ABS	absolutivo	INT	intensivo
AGR	concordância	INTENS	intensificador
ANAPH	anafórico	INTER	interrogativo
ASS	assertivo	ITER	iterativo
AUG	augmentativo	I.PST	passado imediato
CAUS	causativo	LOC	locativo
CLF	classificador	M	masculino
COLL	coletivo	NARR	narrativo
COMPL	completivo	NARR.PST	passado narrativo
CONJ	conjunção	NCL	classificador nominal
CONN	conectivo	NEG	negativo
DED	dedução	NF	não-feminino
DEF	definido	NMLZ	nominalizador
DEM	demonstrativo	NONFUT	não-futuro
DEON	deônico	NONPST	não-passado
DESID	desiderativo	NONVIS	evidência sensorial não-visual
DIR	direção		
DISC	discurso	NON3	não-terceira pessoa
DIST.PST	passado distante	NSAP	non-speech act participant voice (língua karitiana)
DS	sujeito diferente		
DU	dual	OBJ	objeto
DUB	dubitativo	P.CAD	passado caducado
DVB	deverbalizador	PD	partícula discursiva (língua parkatejê)
EMPH	ênfase		
ERG	ergativo	PERC	percepção de evento
EX	existencial	PERG	pergunta
EXCL	exclusivo	PFV	perfectivo
F	feminino	PL	plural
F.IMI	futuro iminente	POSS	possessivo
FNS	sufixo nominal final	PROG	progressivo
FOC	foco	PRS	tempo presente
FUT	futuro	PST	tempo passado
GEN	genitivo	PSTMED	passado médio
GER	gerúndio	PUNCT	pontual
HISTPST	passado histórico	Q	marcador de pergunta
HUM	humano	R	relacional
IC	individual costumeira (nambikwara)	RECPST	passado recente
IMM	imediato	REFER	referenciante
		REFL	reflexivo

REFR	referencial	S.P.N.AT	subordinador de predicado
REGPST	passado regular		não-ativo
REL	relativizador	SR	mudança de referência
REM	remoto	SS	mesmo sujeito
REP	reportativo	STAT	estativo
RES	resultativo	VBZR	verbalizador
S	sujeito de verbo intransitivo	V.NMLZ	nominalizador de um verbo
SBJ	sujeito	VOC	vocativo
SG	singular	VS	sufixo verbal

RESUMO

Considerando a evidencialidade como a expressão da fonte da informação contida em um enunciado, o objetivo deste trabalho é verificar quais são as relações que os subtipos evidenciais gramaticais estabelecem com a categoria de tempo. Tomando como embasamento teórico-metodológico a Gramática Discursivo-Funcional (GDF), investigamos um conjunto de 23 línguas indígenas do Brasil em que evidencialidade e tempo são categorias obrigatórias, já que, nessas línguas, observa-se uma interessante inter-relação entre as categorias de tempo e evidencialidade. Os subtipos evidenciais foram classificados segundo a tipologia proposta por Hengeveld e Dall’Aglio Hattner (2012), que identifica evidencialidade de percepção de evento, dedutiva, inferencial e reportativa. Em relação à ocorrência dos subtipos evidenciais, a reportatividade e a percepção de evento foram os mais usuais, seguidos pela dedução e, posteriormente, pela inferência. No que concerne à expressão do tempo, grande parte das línguas indígenas do *corpus* divide o tempo em passado, presente e futuro, havendo ainda algumas línguas que expressam uma divisão binária, como a oposição passado/não-passado e futuro/não-futuro. Além dessas distinções, a divisão temporal envolve também a distinção entre os graus de distância (imediato, recente, remoto, distante) entre os eventos e um ponto de referência, normalmente representado pelo momento presente. No que se refere às relações entre as categorias em análise, embora as línguas do *corpus* tenham mostrado sistemas bastante variados, foi possível estabelecer algumas regularidades: i) os evidenciais ocorrem com maior frequência nos tempos passado e presente, especialmente com o primeiro, sendo sua expressão no futuro bastante rara; ii) o evidencial de percepção de evento ocorre praticamente com a mesma regularidade no presente e no passado, sendo o uso do futuro um caso especial; iii) o evidencial de dedução ocorre mais frequentemente com o passado, sendo que sua expressão no presente, a depender da forma como as diferentes línguas expressam a referência temporal (se tempo localiza o evento descrito ou se localiza o momento em que a informação foi adquirida), pode ou não ocorrer; iv) A combinatória de evidencialidade com tempo futuro aponta para outro valor semântico, que não o evidencial; v) as línguas que marcam evidencialidade cumulativamente a tempo apresentam maior ocorrência dos quatro subtipos evidenciais do que as que carregam as informações evidenciais e temporais em morfemas separados. A análise da combinatória dos tempos com a evidencialidade permite confirmar a hipótese da existência de uma relação hierárquica entre os subtipos evidenciais proposta por Hengeveld e Dall’Aglio Hattner (2012).

Palavras-chave: tempo; evidencialidade; tipologia linguística; línguas indígenas brasileiras

ABSTRACT

Considering the expression of evidentiality as the source of information contained in a statement, the aim of this study is to determine what are the relations that the grammatical evidential subtypes establish with the tense category. Based on the Functional Discourse Grammar (FDG) theoretical-methodological approach, we investigated a number of 23 indigenous languages from Brazil where evidentiality and tense are mandatory categories, since in those languages there is an interesting interplay between the categories of tense and evidentiality. The evidential subtypes were classified according to the typology proposed by Hengeveld and Dall'Aglío-Hattner (2012) that identifies the following subtypes: event perception, deduction, inference and reportative evidentiality. In relation to the occurrence of evidential subtypes, reportativity and event perception were the most common, followed by deduction and later by inference. Regarding the expression on tense, a great amount of the indigenous languages from the *corpus* divides tense into past, present and future, existing still some languages that express a binary division, as the opposition past/nonpast and future/nonfuture. In addition to these distinctions, the division also involves the temporal distinction between remoteness (immediate, recent, remote, distant) between the events and a reference point, usually represented by the present moment. Regarding the relations between the categories under analysis, although the languages of the *corpus* have shown systems with wide variation, it was possible to establish some regularities: i) the evidential occurs more frequently in past and present tenses, especially the former, and its expression is quite rare in the future, ii) the evidential event perception occurs almost with the same regularity in the present and in the past, and its use in the future sets a special case; iii) the deduction evidential occurs more frequently with the past tense, and its occurrence in the present tense depends on the way the different languages express their time reference (if the time locates the described event or if it locates time when the information was acquired); iv) the evidentiality combinatory with future tense points to another semantic value, not an evidential one; v) the occurrence of the four evidential subtypes in languages that mark evidentiality and tense cumulatively is higher than in those who carry the evidential and temporal information in separate morphemes. The analysis of the combinatory of the tenses with evidentiality confirms the hypothesis of a hierarchical relation between the evidential subtypes proposed by Hengeveld and Dall'Aglío Hattner (2012).

Keywords: tense, evidentiality; linguistic typology; Brazilian indigenous languages

INTRODUÇÃO

A evidencialidade é um fenômeno linguístico em que a fonte da informação contida em um enunciado é explicitada, seja de forma lexical ou de forma gramatical. Segundo Lazard (2001), não são todas as línguas que possuem uma categoria evidencial gramatical; embora todas tenham formas de expressar a fonte da informação, muitas vezes isso ocorre lexicalmente. Entre as línguas que possuem sistema evidencial gramatical, encontram-se muitas línguas indígenas do Brasil. De acordo com Aikhenvald (2004, p.1), aproximadamente um quarto das línguas do mundo deve especificar, em cada enunciado, a fonte da informação em que o falante se baseia, ou seja, o falante deve informar se viu, ouviu, inferiu ou ficou sabendo por terceiros determinado evento. Entre as formas gramaticais de expressão da evidencialidade identificadas pela autora em mais de 300 línguas do mundo encontram-se os afixos, os clíticos ou partículas, e algumas formas verbais especiais.

O estudo aqui desenvolvido está restrito à análise da expressão gramatical da evidencialidade. Segundo Aikhenvald, expressar gramaticalmente a evidencialidade significa transferir para a gramática a tarefa de satisfazer pelo menos duas máximas de Grice: a de quantidade e a de modo: “Uma vez que a fonte da informação precisa ser explicitada, a contribuição do falante é compelida a ser informativa, baseada em evidência adequada e, nesse sentido, não ambígua¹” (AIKHENVALD, 2004, p.335).

A esse respeito, a autora defende que as línguas sem a expressão evidencial obrigatória são menos precisas e, como consequência, produzem enunciados muito vagos ou pequenos. Palmer (1996, p.200 apud AIKHENVALD, 2004) afirma que

¹ “Since the information source has to be specified, the speaker’s contribution is bound to be informative, based on adequate evidence, and unambiguous in this respect”.

muito fôlego e tinta isso poderia ser economizado se, em inglês, houvesse sufixos evidenciais que pudéssemos utilizar nos tribunais. Usando o sufixo da língua wintun, nós poderíamos dizer, por exemplo, “O réu roubou-*be* (*be* é um evidencial visual) o CD”, eliminando, assim, a necessidade de se perguntar o inevitável: “Você realmente o viu pegar?”²

Baseada nessa afirmação, Aikhenvald (2004, p.337) defende que línguas que não apresentam um sistema evidencial obrigatório em sua organização linguística utilizam-se de afirmações evidencialmente vagas, o que pode levar a mal-entendidos culturais e translinguísticos.

Segundo a autora, os falantes de línguas com sistemas evidenciais obrigatórios, quando em contato com falantes de línguas com sistema evidencial não obrigatório, sentem falta da marcação da fonte da informação. Como exemplo, ela cita o contato dos índios da região vaupés, que tem o TUCANO³ como língua mãe, com o português. A falta de um sistema evidencial obrigatório em português levou esses índios a recorrerem sempre a estratégias lexicais para esclarecer a fonte da informação de cada sentença proferida. Para informações obtidas visualmente, sentenças como *eu vi* ou *eu tenho prova* são utilizadas; para informações obtidas por meios auditivos ou outra experiência sensorial, *eu escutei* ou *eu senti* são adicionadas aos enunciados; para inferências, utilizam a sentença *parece que*, e, para reportar alguma informação, utilizam *diz que* (AIKHENVALD, 2004, p.298). Além da falta de uma estratégia gramatical para expressar a fonte da informação, os povos não europeus tiveram que incorporar ao paradigma evidencial a interferência de novas práticas culturais, como televisão, rádio, livros, etc. Esses novos recursos afetam a forma como a evidencialidade é expressa nas diferentes línguas; o que é visto da televisão, por exemplo, é marcado como

² “what a lot of breath and ink this might save us in English if we had evidential suffixes that we could use in the courtroom. Using the Wintun suffix, we might say, for example, “The defendant shoplift-*be* [*be* is a visual evidential: A.Y.A.] the compact disc”, thereby eliminating the need to ask the inevitable question: “Did you actually see her take it?””

³ A fim de destacar as línguas indígenas citadas no texto, utilizaremos como recurso o efeito versalete.

informação visual, já o que é lido, não é marcado como visual e sim como reportado (AIKHENVALD, 2004, p.361).

Essa necessidade de expressar a evidencialidade é cultural e pode estar associada a diferentes fatores. Em TARIANA, por exemplo, como aponta Aikhenvald (2004, p.336-337), o *status* de um falante está associado a sua habilidade de falar a língua corretamente e saber articulá-la. Nessa sociedade, em que a língua é herdada de pai para filho, e, dessa forma, constitui a principal marca da identidade da pessoa, é natural que apenas aqueles falantes mais articulados e proficientes sejam chamados de “verdadeiros tarianas”. Nesse sentido, a evidencialidade tem papel fundamental, pois um importante indício, nessa língua, de que se está falando “corretamente” é saber usar os evidenciais da melhor forma. Os bons falantes, por exemplo, são capazes de distinguir três termos evidenciais reportativos: *-pida* (presente), *-pida-ka* (passado recente), e *-pida-na* (passado remoto). Se algum falante não faz uso desses três subtipos reportativos, não é considerado altamente competente na língua, e, por isso, não é tratado com todo o respeito.

Nas línguas em que a expressão gramatical da evidencialidade é obrigatória, observa-se uma interessante inter-relação entre as categorias de tempo e evidencialidade. Cabral (2000) aponta que, no GUARANI ANTIGO, por exemplo, expressões da evidencialidade constativa (acesso à informação por via direta) são associadas a noções temporais de passado enquanto as expressões de evidencialidade mediativa (acesso à informação por via indireta) são dissociadas da noção de tempo.

Segundo Aikhenvald (2004), a tendência nas línguas com sistema evidencial obrigatório é nunca ter mais escolhas evidenciais em um tempo não-passado do que no tempo passado, e, nesse sentido, intenciona-se verificar a hipótese em relação à quantidade de subtipos evidenciais e sua correlação com os tempos passado/ não-passado. Normalmente, as línguas expressam essa categoria com o tempo passado e com o presente, sendo sua expressão

no futuro pouco comum e, como será notado, com diferentes implicações semânticas. A expressão do tempo nas línguas indígenas aqui analisadas normalmente se refere ao momento em que a ação/evento ocorre. Entretanto, quando tempo e evidencialidade são expressos conjuntamente, os evidenciais podem ter seu próprio tempo de referência, diferente do tempo do evento. Nesses casos, muitas vezes, o tempo não localiza o evento em si e sim o momento em que o falante obteve a informação. A depender da referência temporal, os tipos evidenciais podem ter diferentes interpretações semânticas.

Os sistemas temporais nas línguas indígenas se mostram bastante diferentes entre si. Tanto há línguas que apenas distinguem entre passado, presente e futuro, quanto há línguas que apresentam nove distinções formais, sendo a maior parte delas feita no tempo passado. CARAPANA, por exemplo, em que o sistema temporal também traz informação evidencial, apresenta duas formas para o presente (presente definido e presente indefinido), três graus de passado (imediato, regular e histórico) combinados com quatro tipos evidenciais (percepção de evento, dedução, inferência e reportativo), e, por fim, duas formas para o futuro (futuro regular e futuro provável).

Tendo em vista o objetivo maior deste estudo, o de verificar as relações entre as categorias de evidencialidade e tempo, buscando confirmar a afirmação de Aikhenvald de que a tendência das línguas com sistema evidencial obrigatório é nunca ter mais escolhas em um tempo não-passado do que no passado, essa investigação se pauta pela Gramática Discursivo-Funcional, de Hengeveld e Mackenzie (2008), um modelo de gramática que considera uma organização em camadas que se estende ao nível do discurso e que reconhece, nessa organização, vários níveis de análise. Essa organização faz da GDF uma gramática especialmente adequada para os estudos tipológicos, pois há a possibilidade de focalizar dois aspectos diferentes da organização linguística: o processo de formulação, responsável pelas configurações interpessoal e representacional, e o processo de codificação, responsável pelas

configurações morfossintática e fonológica. De acordo com Dall’Aglio Hattnher (2012, p. 66), “uma vez que o modelo cuidadosamente distingue, para cada ato de discurso, suas características interpessoais, representacionais, morfossintáticas e fonológicas, as línguas podem ser comparadas em cada um desses níveis separadamente”. Os níveis hierárquicos da GDF permitem uma organização descendente da expressão linguística, em que a pragmática governa a semântica; a pragmática e a semântica governam a morfossintaxe, e a pragmática, a semântica e a morfossintaxe governam a fonologia.

A verificação da relação entre evidencialidade e tempo em um conjunto de línguas conduz, naturalmente, a um estudo tipológico. Nesse sentido, a GDF constitui-se em um aparato teórico bastante adequado, uma vez que essa teoria linguística foi criada para ser aplicável a línguas de todos os tipos.

Para constituir o *corpus* desta pesquisa, selecionamos línguas indígenas do Brasil em que as categorias evidencial e temporal são expressas tanto no mesmo morfema, ou seja, em morfemas cumulativos, quanto em morfemas separados. Além disso, restringimos a análise às línguas em que evidencialidade e tempo são categorias obrigatoriamente marcadas. Por apresentarem grande diversidade no sistema linguístico, as línguas indígenas se mostram uma grande fonte de estudos, principalmente no que concerne à relação entre as categorias em análise.

A fim de estabelecer as relações combinatórias possíveis entre as categorias evidenciais e temporais, esta dissertação está organizada da seguinte forma: o capítulo 1 trata das considerações teóricas relacionadas às categorias de evidencialidade e tempo no universo linguístico como um todo e introduz brevemente a teoria da Gramática Discursivo-Funcional (GDF); o capítulo 2 esclarece os procedimentos metodológicos empregados para o desenvolvimento desta pesquisa, apresentando a classificação das línguas indígenas do Brasil em suas diferentes famílias e a forma como o *corpus* desta pesquisa foi composto; o capítulo

3 trata separadamente da expressão, descrição e organização da evidencialidade e do tempo nas línguas indígenas que compõem o *corpus* desta pesquisa; o capítulo 4 aborda a análise em si, enfatizando as possíveis relações (e restrições) combinatórias entre essas duas categorias linguísticas, tanto no que se refere às regularidades quanto às particularidades, bem como analisa a adequação da hierarquia proposta por Hengeveld e Dall’Aglio Hattnher (2012) para a ocorrência dos subtipos evidenciais. E, por fim, as considerações finais trazem generalizações das discussões feitas.

CAPÍTULO 1

AS CATEGORIAS GRAMATICAIS DE EVIDENCIALIDADE E TEMPO

Nas línguas indígenas do Brasil, as categorias de evidencialidade e de tempo constituem sistemas bastante complexos, principalmente no que se refere às formas de expressão gramatical. Para sustentar a investigação das possíveis relações entre essas categorias nas línguas indígenas do Brasil, este capítulo traz as considerações teóricas acerca das categorias de evidencialidade e tempo. Tendo em vista que ambas as categorias são, neste trabalho, analisadas com base nos pressupostos teórico-metodológicos da GDF, iniciamos o capítulo com uma breve apresentação do modelo, destacando alguns conceitos que aqui serão utilizados.

1.1 A Gramática Discursivo-Funcional

A Gramática Discursivo-Funcional tem o discurso como unidade básica de análise e é um modelo de gramática que codifica intenções e conceitualizações, ultrapassando os limites da frase para assim explicar tanto os fenômenos linguísticos que só podem ser entendidos em níveis mais amplos, como também descrever expressões linguísticas que são menores do que a frase, mas que têm sentido completo.

Hengeveld e Mackenzie (2008) apresentam um modelo de gramática modular e hierárquico, ou seja, as decisões nos níveis e nas camadas superiores determinam e restringem as possibilidades nos níveis e camadas inferiores, e um modelo *top down* (de cima para baixo), que parte da intenção do falante para a articulação das formas linguísticas: do

pragmático para o sintático. Nesse modelo, o falante primeiramente decide qual vai ser seu propósito comunicativo, seleciona a informação mais adequada para alcançar esse propósito, codifica a informação gramatical e fonologicamente, por fim, realiza o processo de articulação. A esse respeito, Camacho (2006, p.45) afirma que

A dimensão pragmática se projeta no modelo em dois aspectos: os argumentos e satélites não exercem apenas funções semânticas, mas também funções sintáticas e pragmáticas; e a oração é vista como equivalente à ilocução, em que há a necessidade de se atentar para as intenções do falante e de sua avaliação das necessidades do ouvinte, assim como o contexto discursivo como um todo.

Os quatro níveis de análise na GDF são o nível interpessoal, o representacional, o morfossintático e o fonológico. O nível interpessoal trata dos aspectos formais de uma unidade linguística que reflete seu papel na interação falante e ouvinte. Esse nível expressa as intenções comunicativas do falante. O nível representacional explica os aspectos formais de uma unidade linguística que reflete seu papel no estabelecimento de uma relação com o mundo real ou imaginado que ela descreve; ele designa as entidades que fornecem o conteúdo semântico ao enunciado. Os níveis morfossintático e fonológico codificam fonológica e gramaticalmente um enunciado. No nível morfológico, as representações interpessoais e representacionais são codificadas morfossintaticamente; aqui, palavras gramaticais e operadores secundários são inseridos. No nível fonológico, o material dos níveis anteriores é inserido, juntamente com possíveis operadores terciários.

A Gramática Discursivo-Funcional interage com os componentes (não-gramaticais) conceitual, contextual e de saída. O componente conceitual é a força motriz que dá suporte ao componente gramatical, estando ligado ao aspecto cognitivo. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p.6), esse componente é “responsável pelo desenvolvimento tanto da intenção comunicativa relevante para o evento de fala atual quanto para as conceitualizações

associadas em relação aos eventos extralinguísticos relevantes”⁴. É nele que se representa o material ideacional e interativo pressuposto por cada parte do discurso sob análise. O componente contextual, por sua vez, é o domínio discursivo a partir do qual são produzidas novas expressões linguísticas no componente gramatical; o componente contextual está ligado às informações extralinguísticas, desde que estas estejam relacionadas com o componente gramatical. De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p.6), esse componente “gera expressões ortográficas, significativas e acústicas com base em informações fornecidas pelo componente gramatical”⁵. Por fim, o componente de saída é um componente externo ao componente gramatical, mas que depende da informação fornecida por este último; o componente de saída está ligado à articulação da expressão linguística. Segundos os autores, esse componente “contém a descrição do conteúdo e forma do discurso anterior e da configuração perceptível real em que os eventos de fala ocorrem e das relações sociais entre os participantes”⁶ (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.6). O esquema abaixo demonstra as relações entre esses componentes não-gramaticais com o componente gramatical, a GDF:

⁴ “The Conceptual Component is responsible for the development of both a communicative intention relevant for the current speech event and the associated conceptualizations with respect to relevant extra-linguistic events”.

⁵ “The Output Component generates acoustic, signed, or orthographic expressions on the basis of information provided by the Grammatical Component”.

⁶ “The Contextual Component contains a description of the content and form of preceding discourse and of the actual perceivable setting in which the speech event takes place and of the social relationships between Participants”.

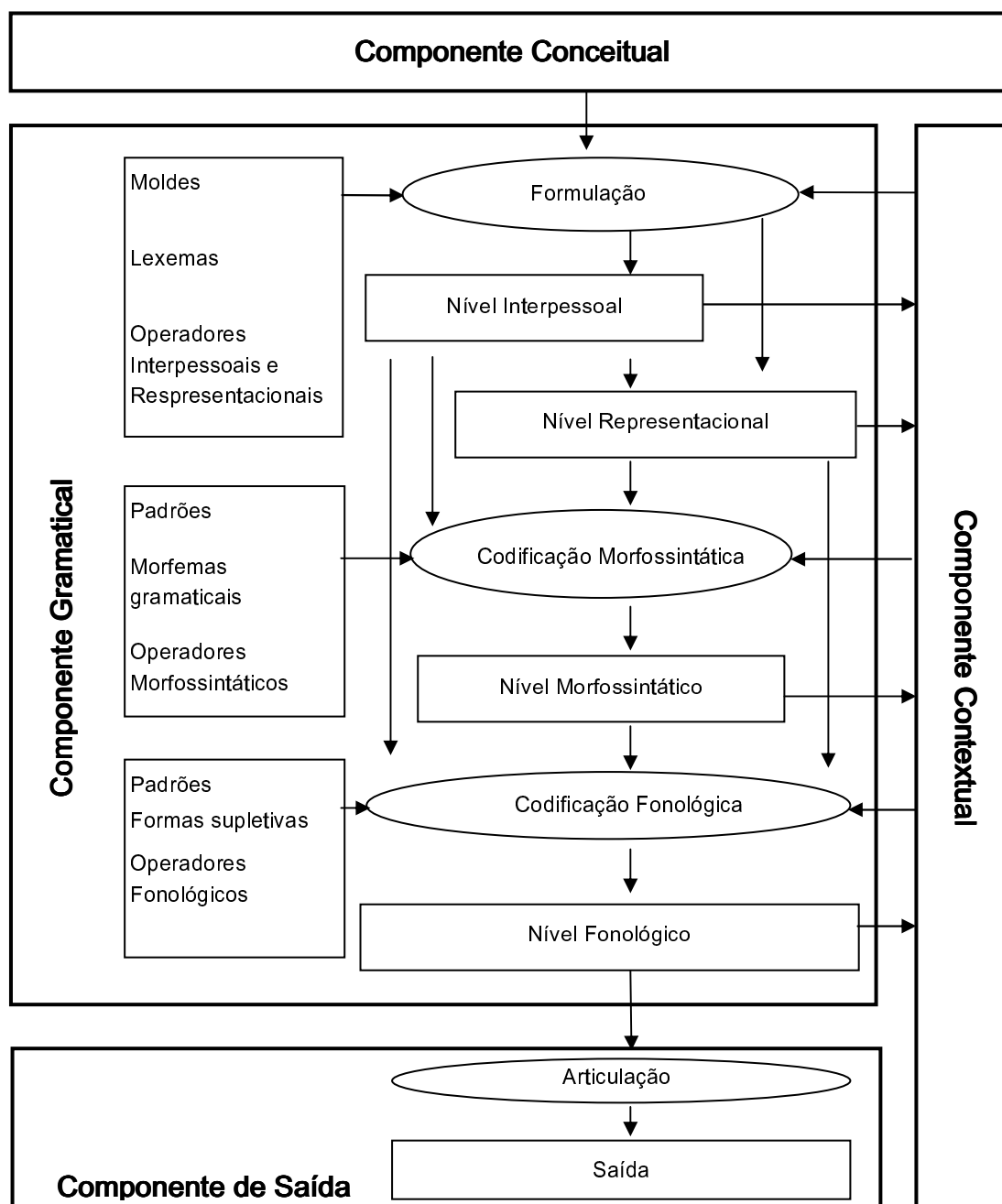


Figura 1: Arquitetura geral da GDF, traduzido de Hengeveld e Mackenzie, 2008, p.37

As regras empregadas tanto na formulação quanto na codificação tratam de fenômenos próprios de cada língua e não de fenômenos universais. Assim, como afirma Camacho (2006, p.52), há algumas línguas em que as advertências são formuladas como um ato de fala distinto, como ocorre, por exemplo, com a língua TUCANO em que há uma forma própria para o imperativo e outra para o admonitivo, enquanto em outras, como o português, as

advertências podem receber o mesmo tratamento que as ordens.

Os níveis hierárquicos da GDF permitem uma organização descendente da expressão linguística, em que a pragmática governa a semântica; a pragmática e a semântica governam a morfossintaxe; e a pragmática, a semântica e a morfossintaxe governam a fonologia (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.13). Todos esses níveis têm natureza puramente linguística: referem-se a formulações linguísticas e não intenções dos falantes. Assim, cabe ressaltar que a GDF é o componente gramatical de uma teoria mais abrangente da interação verbal.

No Nível Interpessoal, que trata das motivações pragmáticas da língua, reconhecem-se as seguintes unidades hierarquicamente organizadas:

```

Movimento (M)
  Ato discursivo (A)
    Ilocução (F)
      Falante (P1)
      Ouvinte (P2)
      Conteúdo Comunicado (C)
        Ato atributivo (T)
        Ato referencial (R)
        Conteúdo Comunicado (C)
          Ato discursivo (A)
            Movimento (M)
  
```

Para o estudo que aqui propomos, faz-se necessária uma maior explicação da camada do Conteúdo Comunicado, em que se situa um dos subtipos evidenciais: a reportatividade. Como definido por Kroon (1995, p.65 apud HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.60), o Conteúdo Comunicado “é a menor unidade identificável do comportamento comunicativo. Em contraste com a unidade mais alta na ordenação hierárquica, chamada Movimento, ele não necessariamente promove a comunicação em termos de alcançar um objetivo

conversacional”⁷. Sendo a totalidade que o falante quer passar a seu interlocutor com sua comunicação, essa unidade pode evocar (i) propriedades, representadas pelo ato atributivo (T), e (ii) entidades, representadas pelo ato referencial (R).

No Nível Representacional, que trata das motivações semânticas da língua, reconhecem-se as seguintes unidades, organizadas hierarquicamente:

```

conteúdo proposicional (p)
  episódio (ep)
    estado de coisas (e)
      propriedade configuracional (f)8
        propriedade lexical
        indivíduo (x)
        lugar (l)
        tempo (t)
        modo (m)
        quantidade (q)
        razão (r)
      propriedade configuracional (f)
        estado-de-coisas (e)
          episódio (ep)
            conteúdo proposicional (p)

```

Os conteúdos proposicionais são constructos mentais que não existem no tempo e no espaço, sendo avaliados em termos de verdade. De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p.144), “conteúdos proposicionais podem ser factuais, quando correspondem a conhecimentos ou crenças sobre o mundo real, ou não-factuais, quando correspondem a desejos ou expectativas em relação a um mundo imaginário”⁹. De acordo com Hengeveld e Dall’Algio Hattner (2012), dentre os subtipos evidenciais, a inferência está situada nessa camada, o que se justifica pelo fato de a inferência envolver um cálculo mental baseado em

⁷ “the smallest identifiable units of communicative behaviour. In contrast to the higher-order units called Moves they do not necessarily further the communication in terms of approaching a conversational goal”.

⁸ Mais recentemente, o termo “propriedade configuracional” foi substituído por “conceito situacional”.

⁹ “Propositional contents may be factual, as when they are pieces of knowledge or reasonable belief about the actual world, or nonfactual, as when they are hopes or wishes with respect to an imaginary world”.

experiência prévia, sendo adequada a sua localização em uma camada que lida com construtos mentais como representado no cérebro do falante.

Os episódios representam um conjunto semanticamente coerente de estado-de-coisas, no sentido de que eles apresentam unidade ou continuidade de tempo (t), lugar (l) e indivíduos (x). Para sua ocorrência, tem de haver, no mínimo, um evento. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), em várias línguas, essa categoria semântica é expressa no sistema gramatical e, nesse sentido, um dos indícios de sua marcação gramatical seria sua localização em tempo absoluto, como é ilustrado por um exemplo do inglês adaptado de Givón (1995 apud HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.158), traduzido em 1. Nesse exemplo, a forma finita do verbo, responsável pela marcação em tempo absoluto, localiza o episódio, que, por sua vez, é formado pelo encadeamento das outras orações, que constituem diferentes estados-de-coisas.

- (1) Saindo, parando para checar a caixa de correio, dando uma olhada para a entrada da garagem e parando para ajustar seu chapéu, ele caminhou até seu carro.

É na camada do episódio que se localiza a evidencialidade dedutiva. A sua localização nessa camada é justificada por Hengeveld e Dall'Aglio Hattner (2012) pelo fato de que a dedução envolve, pelo menos, dois estados-de-coisas relacionados, um percebido e um deduzido, já que, para chegar a uma dedução (evento deduzido), o falante precisa se basear em alguma evidência disponível (evento percebido).

Os estados-de-coisas, por sua vez, são eventos e estados que se caracterizam por serem localizados no tempo e espaço, e são avaliados em termos de realidade. É nessa camada que se situa a evidencialidade de percepção de evento, já que são esses estados-de-coisas que são diretamente percebidos por meios dos sentidos (visual, auditivo, olfativos, etc.) quando se explicita a fonte da informação por meio da percepção de evento. Segundo Hengeveld e

Mackenzie (2008, p.166), essas unidades são distinguíveis dos indivíduos, por um lado, e dos conteúdos proposicionais, por outro, por sua característica temporal. Para ilustrar, os autores oferecem os seguintes exemplos, em que se nota a inadequação da localização de indivíduos (a) e de conteúdos proposicionais (c) no tempo:

- (2) a - *A cadeira era às seis horas.
 b - O encontro era às seis horas.
 c - *A ideia era às seis horas.

As configurações no Nível Interpessoal e Representacional são traduzidas em estruturas morfossintáticas no Nível Morfossintático pela operação de Codificação Morfossintática. Nesse nível, são identificadas as seguintes camadas:

Expressão Linguística (Le)
 Oração (Cl)
 Sintagma (Xp)
 Palavra (Xw)
 Raiz (Xs)
 Afixo (Aff)
 Palavra (Xw)
 Sintagma (Xp)
 Oração (Cl)
 Expressão Linguística (Le)

Da mesma forma, as estruturas dos Níveis Interpessoal, Representacional e Morfossintático são convertidas em estrutura fonológica pela operação de Codificação Fonológica. O Nível Fonológico é considerado o *input* para a operação final de Articulação para a realização da expressão linguística. A Articulação ocorre no Componente de Saída, fora da gramática. Nesse nível, são identificadas as seguintes camadas:

século XIX que tratavam de línguas com expressão da evidencialidade de uma maneira instrutiva, como, por exemplo, o trabalho de São Tomás, sobre a gramática do quechua, em que as partículas evidenciais eram tratadas, juntamente com outros morfemas que “não se encaixavam no modelo das línguas românicas” (DEDENBACH-SALAZAR, 1997a, p.297 apud AIKHENVALD, 2004, p.12), como partículas ornamentais, sem significado por si próprias.

Aikhenvald (2004) afirma que o primeiro estudioso a formular a noção de uma categoria evidencial obrigatória talvez tenha sido Boas, que, no decorrer de alguns de seus trabalhos (1911a; 1911b; 1938; 1942), mostrou a capacidade de uma língua em codificar, por meios linguísticos, relações que expressam a fonte do conhecimento subjetivo do falante. A partir de seus trabalhos, então, o estudo dos evidenciais (ainda não com esse rótulo) surgiu em muitas gramáticas das línguas indígenas norte-americanas, ligado, principalmente, à categoria modal. O surgimento de novos estudos na área fez com que houvesse a necessidade de marcar a fonte da informação como uma categoria separada das outras categorias linguísticas. Foi Jakobson que, em 1957, cunhou o termo “evidencial”, com a seguinte definição:

Evidencial $E^n E^{ns}/E^s$ é um rótulo provisório para a categoria verbal que leva em conta três eventos – um evento narrado (E^n), um evento de fala (E^s), e um evento de fala narrado (E^{ns}). O falante reporta um evento com base no relato de outros (quotativo, por exemplo, evidência *hearsay*), em um sonho (evidência reveladora), em uma estimativa (evidência presumida), ou na sua própria experiência prévia (evidência de memória). (apud AIKHENVALD, 2004, p.14)¹⁰

Para exemplificar, o autor, baseado em dados do búlgaro, marcou duas oposições no sistema evidencial: uma “narração direta”, em que o evento de fala narrado era o mesmo que o evento de fala, e uma “narração indireta”, em que o evento de fala narrado era diferente do evento de fala. Aikhenvald ainda afirma que foi Jakobson o primeiro a estabelecer uma

¹⁰ Os termos *hearsay* (“ouvir dizer”), quotativo (citativo) e reportativo nesse estudo são empregados como sinônimos. Ambos indicam que determinada informação foi obtida por meio de relato de terceiros.

distinção nítida entre modo (modalidade) e evidencialidade como categorias independentes.

Desde então, os estudos em evidencialidade têm crescido bastante. Segundo Aikhenvald (2004), os trabalhos sobre o TUYUCA de Barnes (1984) e de Malone (1988) alertaram os linguistas para a existência de um sistema evidencial complexo nas línguas da América do Sul. Essas diferentes organizações das línguas em relação à expressão da fonte da informação despertaram grande interesse dos estudiosos e, atualmente, a evidencialidade tem extrapolado os limites dos estudos sobre línguas indígenas.

Entretanto, não há uma definição consensual entre os linguistas sobre essa categoria. A classificação da evidencialidade como uma categoria independente levanta discussões que envolvem diferentes valores; diferenças, principalmente, semânticas surgem de um tratamento para outro. Segundo Dall’Aglio Hattner (2007, p.107), as diferenças entre essas definições

incluem tanto a indicação da fonte da informação com base na qual o falante qualifica a proposição, como a atitude do falante em relação à informação veiculada pela proposição. As razões para tamanha diversidade de conceituação são várias, e estão associadas, principalmente, ao entendimento de como a língua codifica, dentro do domínio semântico do conhecimento, a qualificação epistêmica: como modalidade e/ou como evidencialidade.

Desde a década de 80, discute-se o estatuto da evidencialidade como parte, ou subcategoria, da modalidade epistêmica ou como uma categoria independente. No que concerne à relação entre fonte da informação e certeza do falante, podemos citar os estudos de Boas, de 1947 (apud DENDALE; TASMOWSKI, 2001, p. 340), em que o autor descreve um número de sufixos de línguas indígenas americanas que expressam “fonte e certeza do conhecimento”, e de Sapir, de 1921 (apud DENDALE; TASMOWSKI, 2001, p. 340), sobre formas que expressam “fonte ou natureza do conhecimento do falante”. Essa visão, como afirma Stenzel (2006), é compartilhada por Anderson (1986), Chafe e Nichols (1986), Palmer (1986) e Bybee et al. (1994), que defendem que, além de revelar a fonte da informação, o falante marca também seu grau de comprometimento com a verdade do que se afirma. Palmer

(1986, p.51) defende que “o termo epistêmico não deveria ser aplicado apenas a sistemas modais que envolvem noções de possibilidade e necessidade, mas a qualquer sistema modal que indique o grau de comprometimento do falante com o que ele afirma”¹¹. Nesse sistema indicador de comprometimento do falante, o autor inclui os evidenciais como o testemunho indireto, tal como o reportativo, e testemunho direto, como a evidência por meio dos sentidos, já que, fazendo uso dessas estratégias, o falante estaria, de alguma forma, se comprometendo ou se descomprometendo com a verdade da proposição.

Willett (1988), referência para a classificação da evidencialidade como uma categoria linguística, também assume a mesma postura dos autores acima citados, considerando que a evidencialidade exprime, primeiramente, um valor modal. O argumento mais utilizado pelos que consideram a evidencialidade um subdomínio da modalidade relaciona-se à manifestação da subjetividade do falante. Em comentário à posição adotada por esses autores, Dall’Aglio Hattner esclarece que,

Com concepções semelhantes do domínio da modalidade epistêmica, Chung e Timberlake (1985), Palmer (1986), Givón (1982), Hengeveld (1988, 1989), Dik (1997) e Bybee e Fleischman (1995), entre outros, entendem que, ao explicitar o tipo de evidência de que dispõe, o falante qualifica a validade da informação por ele fornecida. Nesse caso, o estatuto da proposição é qualificado em termos do grau de comprometimento do falante em relação a ela, o que confirma a evidencialidade como um subsistema da modalidade epistêmica (DALL’AGLIO HATTNER, 2007, p.109).

Diferentemente desses autores que consideram a evidencialidade como um subtipo de modalidade, Nuyts (2001) e Dendale e Tasmowski (2001) defendem que a evidencialidade é uma categoria superior à modalidade. O primeiro afirma que uma qualificação evidencial pode, mas não precisa, ser expressa juntamente com uma qualificação epistêmica. Para Nuyts (2001, p.387), evidencialidade e modalidade epistêmica constituem duas dimensões

¹¹ “The ‘epistemic’ term should apply not simply to modal systems that basically involve the notions of possibility and necessity, but to any modal system that indicates the degree of commitment by the speaker to what he says”.

semânticas diferentes:

por um lado, envolve a avaliação do falante sobre a probabilidade de um estado-de-coisas, i.e., a qualificação epistêmica. Por outro, envolve a avaliação do falante sobre a qualidade da evidência para aquela qualificação, i.e., a dimensão daquilo que seria tradicionalmente rotulado de evidencialidade. A dimensão da subjetividade é, portanto, provavelmente não uma distinção dentro do domínio epistêmico, mas sim do domínio evidencial. E, se assim for, não estamos lidando com dois tipos de modalidade epistêmica, mas com uma interação de uma qualificação epistêmica e uma evidencial.¹²

Para defender essa ideia, Nuyts apresenta dois argumentos: o primeiro relaciona-se ao fato de que a subjetividade provavelmente não é limitada à modalidade epistêmica, podendo ser expressa, por exemplo, pela modalidade deôntica e também por determinadas expressões, como, por exemplo, “no meu ponto de vista”, “em minha opinião”, “para mim”, que indicam informação subjetiva mesmo quando na ausência de outras expressões qualificacionais. Para o autor, “se a dimensão da subjetividade também ocorre juntamente com outras dimensões qualificacionais, e, mesmo como uma qualificação ‘independente’ do estado-de-coisas, é claramente mais parcimonioso atribuir a ela um *status* de dimensão semântica separada”¹³ (NUYTS, 2001, p. 387). Outro argumento apresentado pelo autor vai contra a análise clássica de que a dimensão da subjetividade é inerente à modalidade epistêmica; segundo Nuyts, essa dimensão é expressa em alguns tipos de expressões epistêmicas, mas em outros não.

¹² “On the one hand, it [analysis of the matter involving the two different semantic dimensions] involves the speaker's evaluation of the probability of the state of affairs, i.e., the epistemic qualification. On the other hand, it involves the speaker's evaluation of the quality of the evidence for that qualification, i.e., a dimension which would rather go under the umbrella of what would traditionally be labeled evidentiality. The dimension of subjectivity is thus probably not a distinction within the epistemic domain, but within the evidential domain. And if so, we are not dealing with two types of epistemic modality, but with an interaction of an epistemic with an evidential qualification”.

¹³ “If the dimension of subjectivity also occurs jointly with other qualificational dimensions, and even as an 'independent' qualification of a state of affairs, then it is clearly more parsimonious to assign it the status of a separate semantic dimension”.

Assim, no que se refere à relação entre as categorias modal e evidencial, o autor defende a ideia de que, sem evidência, nenhuma avaliação sobre um estado-de-coisas pode ser feita (NUYTS, 1993, p.946 apud DALL’AGLIO HATTNER, 2007, p.111).

Aikhenvald (2004) também considera a evidencialidade uma categoria própria, e não uma subcategoria da modalidade. Afirmar ainda que esta é uma categoria gramatical, deixando o rótulo de “estratégias evidenciais” para outros meios, que não os gramaticais, em que a fonte da informação é expressa. A esse respeito, Lazard (2001, p.360) afirma que “todas as línguas possuem formas de qualificar os enunciados por meio da introdução de referências à origem da informação; no entanto, nem todas as línguas possuem uma categoria gramatical evidencial”¹⁴. A língua portuguesa, por exemplo, não dispõe de meios gramaticais para a expressão da evidencialidade, recorrendo, assim, a estratégias lexicais, ou ao que Aikhenvald denomina “estratégias evidenciais”.

Concordando com Nuyts (2001), Aikhenvald (2004) e Dall’Aglio Hattner (2007), defendemos que a evidencialidade constitui um domínio diferente da modalidade: o domínio modal inclui a avaliação do falante sobre o valor de verdade da sua proposição e o domínio evidencial inclui a indicação do tipo de evidência em que o falante se baseia para fazer sua afirmação. Ao empregar um tipo evidencial, o falante esclarece a maneira pela qual a informação foi adquirida, sem necessariamente exprimir determinado grau de certeza em relação à sua afirmação ou mesmo avaliá-la como verdadeira ou não. Sendo assim, a evidencialidade é entendida como uma categoria superior à modalidade e não como uma subcategoria dela.

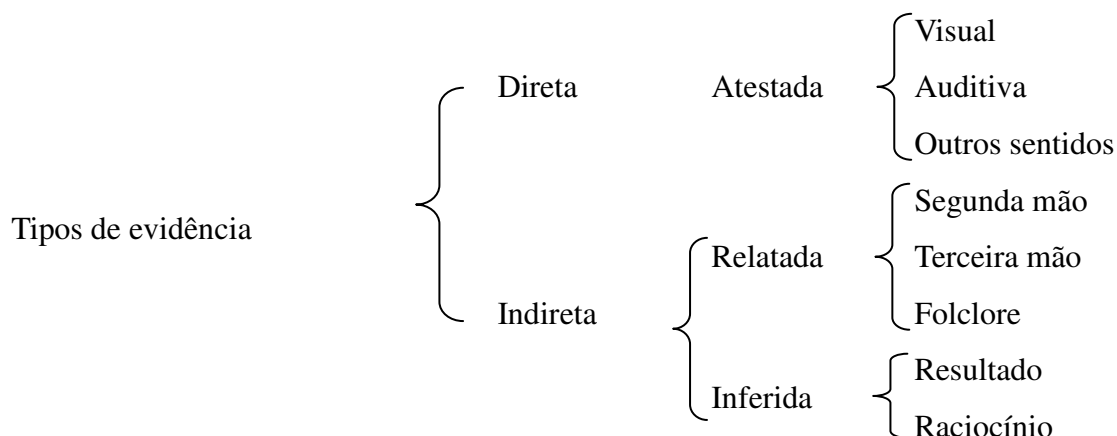
Em relação à ocorrência da evidencialidade, Stenzel (2006, p.8) afirma que

¹⁴ “Although all languages have means of qualifying utterances by introducing references to the origin of information, not all languages have an evidential grammatical category”.

tipologicamente, esta é uma categoria relativamente rara e que tende a ocorrer como traço areal em poucas regiões geográficas. Na Amazônia, região de grande concentração de línguas com sistemas evidenciais, estão localizadas as línguas das famílias Arawá, Arawak, Carib, Chibcha, Nambiquara, Pano, Quechua, Tukano, Tupí-Guaraní, Vaupés-Japurá (Makú), Witoto, Yanomami e Záparo, além de línguas isoladas como Andoke e Paez.

Dessa forma, podemos considerar as línguas indígenas como uma grande fonte de estudos da evidencialidade, não só pela sua expressão frequente, mas também pela variedade de subtipos expressos.

Em relação à tipologia dos evidenciais, Willett (1988), que toma a evidencialidade em seu sentido estrito, estabelece uma distinção entre evidência direta e evidência indireta. Na primeira, o falante afirma que obteve a fonte da informação por meio de natureza primária, ou seja, testemunhou determinada situação e se coloca como fonte da informação. Nesse caso, a informação pode ter sido adquirida por meio da visão, audição ou outro contato sensorial com o acontecimento a que se faz referência. Na evidência indireta, o falante afirma não ter percebido por meio de um sentido a informação descrita, ou seja, ele indica que tomou ciência do acontecimento por meio de terceiros (evidência relatada) ou que o inferiu (evidência inferida). A informação recebida de terceiros (relatada), segundo Willett (1988), pode ser dividida em (a) segunda mão, em que o falante transmite uma informação relatada por alguém que foi testemunha direta; (b) terceira mão, em que o falante transmite uma informação relatada por alguém que não foi testemunha direta (boato); e (c) folclore, em que o falante transmite uma informação que é parte de uma história oral consagrada. Em relação à evidência inferida, a inferência pode ocorrer por meio dos resultados de determinada situação, ou seja, evidências observáveis, ou por meio de raciocínio lógico. O quadro abaixo ilustra a tipologia dos evidenciais proposta pelo autor:



Quadro 1. Tipologia dos evidenciais segundo Willett (1988, p.57)

Como visto na tipologia de Willett (1988), a depender do tipo de informação, a evidencialidade pode ser classificada em diferentes subtipos. Na tipologia apresentada por Hengeveld e Mackenzie (2008), há uma divisão mais econômica, em que três diferentes subtipos de evidencialidade são descritos: reportativa, inferencial e percepção de evento. A evidencialidade reportativa é empregada quando o falante está relatando uma informação que não faz parte do seu material cognitivo, ou seja, está reportando uma informação de segunda mão (ou terceira), podendo ser equiparada à evidência indireta relatada de Willett (1988). A evidencialidade inferencial é empregada quando o falante baseia sua afirmação em evidência fundamentada tanto em experiência prévia do próprio falante, quanto em seus conhecimentos culturais, históricos ou físicos do mundo, podendo ser equiparada à evidência indireta inferida de raciocínio de Willett (1988). Já a evidencialidade de percepção de evento é empregada quando falante obteve acesso direto à informação por meio de algum sentido (visão, audição, paladar, olfato, etc), podendo ser equiparada à evidência direta atestada de Willett (1988).

A essas subcategorias, Hengeveld e Dall’Aglio Hattner (2012) acrescentam a dedução, baseada na observação de resultados, ou seja, esse subtipo evidencial é empregado quando o falante apresenta sua conclusão sobre um evento ou estado baseado em algum indicador ou resultado observado, o que equivaleria à evidência indireta inferida de resultado de Willett

(1988).

A tipologia proposta pela Gramática Discursivo-Funcional de Hengeveld e Mackenzie (2008), juntamente com a contribuição deste último subtipo distinguido por Hengeveld e Dall’Aglío Hattner (2012), em comparação com a proposta por Willet (1988), mostra-se mais econômica e suficiente para a pesquisa aqui desenvolvida, já que dá conta de abranger todos os tipos evidenciais expressos pelas línguas indígenas aqui analisadas, facilitando a comparação tipológica. Ao localizar os evidenciais nas camadas da estrutura linguística, conforme o modelo proposto pela GDF, essa classificação dá conta das diferenças entre os subtipos, sejam elas semânticas (o que, neste estudo, são representadas pelo estado-de-coisas, episódio, conteúdo proposicional) ou pragmáticas (o que, neste estudo, são representadas pelo Conteúdo Comunicado). A tipologia adotada nesse estudo, além de fazer parte do modelo teórico mais amplo em que essa pesquisa é fundamentada, é também adequada à descrição tipológica aqui feita, sendo suficientemente eficaz para a confirmação da hipótese a respeito da hierarquia expressa pelos evidenciais aqui investigada, conforme esperamos comprovar.

Assim, segundo Hengeveld e Dall’Aglío Hattner (2012), há quatro categorias evidenciais:

- (i) *Reportatividade*: situada na camada do Conteúdo Comunicado; indica que o falante está passando uma informação que lhe foi passada por outros;

LAKONDÊ (TELLES; WETZELS, 2006, p. 240)

- (3) ta'wɛn 'teh-'naw ta-'ɔjh-wi-**setaw**-'tãŋ'.

floresta trilha-LOC DIR-caminhar-1.DU-**REP**-IMPF

‘Let’s walk to the path in the woods, someone (identifiable) told me.’

‘Vamos caminhar pela trilha da floresta, alguém (identificado) me disse.’

- (ii) *Inferência*: situada na camada do Conteúdo Proposicional; indica a forma como o falante obteve o conhecimento contido no conteúdo proposicional, com base no seu conhecimento prévio;

KARO (GABAS, 2004, p.269)

- (4) Aʔ=ket-t **memã.**
 3.SG=dormir-IND **INFER**
 ‘I suppose he is sleeping.’
 ‘Eu suponho que ele esteja dormindo.’

- (iii) *Percepção de evento*: situada na camada do Estado-de-Coisas; indica se um evento foi ou não testemunhado pelo falante, por meio dos sentidos.

LAKONDÊ (TELLES; WETZELS, 2006, p. 246)

- (5) Wi-'hat-ø-'tân-'**ti.**
 comer-não-3.SG-IMPF-**PST.PERC.VIS**
 ‘He did not eat.’ (I saw it)
 ‘Ele não comeu.’ (Eu vi)

- (iv) *Dedução*, que opera no nível do Episódio e indica que a ocorrência de um episódio é deduzida pelo falante com base em uma evidência disponível; o falante não testemunha o próprio episódio, mas ele é capaz de deduzir sua ocorrência a partir da percepção de alguma evidência resultante.

TARIANA (AIKHENVALD, 2003, p.288)

- (6) Tʃinu niwhã-**nihka** di-na.
 cachorro 3.SG.NF.morder-**RECPST.DED** 3.SG.NF-OBJ
 ‘The dog bit him (I can see obvious signs).’
 ‘O cachorro o mordeu (eu posso ver sinais óbvios).’

No que se refere à organização dos níveis e camadas propostos pela GDF, a evidencialidade reportativa está situada no Nível Interpessoal, que trata das motivações pragmáticas da formulação linguística; já as modalidades inferencial, percepção do evento e dedução estão situadas no Nível Representacional, que trata das motivações semânticas da formulação linguística. A evidencialidade reportativa localiza-se no Nível Interpessoal, diferentemente dos outros subtipos, pois, de acordo com Hengeveld e Dall’Aglío Hattner (2012, p.5), “o conteúdo da mensagem contido no ato discursivo é caracterizado como transmitido ao invés de originalmente produzido. O alto escopo do operador de reportatividade é refletido no fato de o relato que ele introduz poder conter todo o material originalmente produzido pelo falante original”¹⁵.

Hengeveld e Dall’Aglío Hattner (2012) defendem também o fato de haver uma hierarquia implicacional entre os subtipos que operam no Nível Representacional, nível que trata da semântica de uma unidade linguística, em línguas com sistema evidencial múltiplo, da seguinte forma:

percepção de evento < dedução < inferência

Segundo os autores, “se uma língua tem operadores de Inferência, ela terá também operadores de Dedução e de Percepção de evento. Por outro lado, nossa predição é a de que a reportatividade pode coexistir com qualquer combinação, uma vez que ela pertence a um nível diferente” (HENGEVELD; DALL’AGLIO HATTNER, 2012). Com o intuito de contribuir para os estudos tipológicos e para a teoria da GDF, a adequação da hierarquia acima proposta será verificada no decorrer da análise dos dados desta pesquisa.

¹⁵ “the message content contained in a discourse act is characterized as transmitted rather than originally produced. The high scope of the reportativity operator is reflected in the fact that the report it introduces may contain all the material originally produced by the original speaker”.

Nem todas as línguas expressam todos os tipos de evidencialidade. Segundo Aikhenvald (2003a, p.1), “os sistemas evidenciais se diferem em quão complexos eles são – alguns distinguem apenas dois termos (testemunhado e não testemunhado, ou reportado e todo o resto), enquanto outros têm seis (ou mais) termos”¹⁶. Essa complexidade do sistema evidencial pode, em algumas línguas, ocorrer com diversos tempos gramaticais, misturando-se às diferentes classificações do tempo (passado remoto, recente, distante, imediato, etc.). A interação entre evidencialidade e tempo é bastante intrigante, principalmente quando essas categorias são expressas em morfemas cumulativos. Tempo e evidencialidade, na língua SANUMÁ (BORGMAN, 1990), por exemplo, são fortemente relacionados, como se pode perceber pelas divisões das categorias: presente atestado, passado atestado; presente verificado, passado verificado; suposição quanto ao futuro, suposição quanto ao presente e futuro, suposição quanto ao presente e suposição quanto ao passado.

A relação existente entre a categoria gramatical de evidencialidade e sua relação com a categoria de tempo desperta bastante interesse dada sua pouca ocorrência nas línguas indoeuropeias. A categoria temporal nas línguas indígenas apresenta diversas variações/divisões não encontradas na língua portuguesa, por exemplo, principalmente no que se refere ao grau de distância entre os eventos (remoto, recente, distante, etc.). Entretanto, mesmo com a grande variedade de divisões na linha imaginária do tempo, o sistema não apresenta, na maioria das línguas, uma grande complexidade em relação à ordenação de diferentes eventos. Para uma melhor compreensão dessas relações, a próxima seção aborda a noção de tempo desenvolvido pela Linguística, para assim dedicar-se à explicação dessa categoria nas línguas indígenas aqui analisadas.

¹⁶ Evidentiality systems differ in how complex they are – some distinguish just two terms (eyewitness and noneyewitness, or reported and everything else), while others have six (or even more) terms.

1.2 Tempo

A origem da palavra tempo remete a *tempus* do latim, que, assim como em português, significa tempo gramatical e tempo cronológico. Línguas como o inglês fazem a diferenciação entre esses dois tipos de “tempos”, fazendo uso de dois vocábulos diferentes: *tense* e *time*. Ilari (1997) ressalta essa distinção, afirmando que a categoria de tempo pode ser percebida em diferentes planos: plano da linguagem (*tense* do inglês), em que há a expressão gramatical do tempo dêitico, e o plano do real (*time* do inglês), em que há o registro dos fatos com determinadas relações cronológicas. As estratégias de marcação de tempo não se restringem apenas ao tempo e aspecto (gramatical); segundo o linguista Wolfgang Klein (1994, p.14), há outras categorias capazes de exprimir essa relação temporal, como as características temporais inerentes ao verbo (e seus complementos), tal como pontualidade, duratividade, etc.; perífrases verbais, como “começou a dormir”, “continuou a fumar”, etc; advérbios temporais; partículas especiais, como o marcador de perfectividade *-le* do Chinês; e princípios de organização discursiva, como “a ordem em que as situações são reportadas corresponde à ordem temporal no mundo real”.

A noção de tempo tem sido alvo de discussão em muitas áreas do conhecimento, áreas essas que passam por caminhos da física, da filosofia e da linguagem. Essa é uma discussão aberta, que muito precisa de contribuições. Estudiosos desse tema apóiam-se em diferentes visões, fazendo com que muitos e diversos olhares estejam presentes nas análises em que a noção de tempo está envolvida. Klein (2009, p.5), ao trabalhar com o conceito de tempo, ou, como o autor prefere, com conceitos de tempo, afirma que “a experiência do tempo e a necessidade de adaptar nossa vida a ele são tão antigas quanto a humanidade”¹⁷, já que ações são planejadas e feitas, métodos para medir o tempo foram inventados, e, por fim, nós falamos

¹⁷ “The experience of time and the need to adapt our life to it are as old as mankind”.

sobre o tempo. Não apenas relatamos um evento, um acontecimento, mas também o localizamos no presente, no passado ou no futuro, assumindo diferentes estratégias. Algumas línguas apresentam marcação de tempo gramatical obrigatória, outras, como o chinês (mandarim), não, o que não significa que não expressem tempo, mas que usam outros recursos para esse fim, como, por exemplo, os advérbios¹⁸.

Em DÂW (MARTINS, 2004), por exemplo, há recursos morfológicos para marcar o tempo, entretanto esses recursos não são os mais utilizados. A ocorrência de morfemas temporais não é obrigatória porque existem outros recursos para codificar o tempo, os quais inclusive são mais frequentes, como o uso de verbos equativos existenciais, tal como *nĩ* (estar, existir, haver), *mẽh* (não estar, não existir, não haver), *hew* (ter ou haver muitos), emprego de serialização de verbos (na função de expressar categorias funcionais, essas serializações servem como mecanismos na efetivação de processos morfossintáticos, tais como mudanças de valências verbais, expressão de aspecto, tempo, modalidade e marcadores dítico-direcionais) e utilização de advérbios temporais. A língua AWETI (BORELLA, 2000) também não expressa tempo obrigatoriamente, mas, ao contrário de DÂW, que tem recursos morfológicos, esta língua não apresenta nenhuma marca morfológica para expressar tempo, recorrendo a estratégias adverbiais para localizar os eventos. MUNDURUKU (GOMES, 2006) também só marca a relação temporal por meio de advérbios e conjunções com valor temporal¹⁹.

Na organização do tempo nas línguas, a diferença entre tempo absoluto e tempo relativo é bastante discutida. Essa distinção, que remonta a discussões de estudiosos como Aristóteles, Newton e Einstein, é abordada por diversos autores, apresentando pontos de divergência e convergência. A origem da noção de tempo absoluto tem sido atribuída ao

¹⁸ “Para o estudo aqui proposto, apenas as línguas que têm marcação obrigatória de tempo foram selecionadas para descrição”.

¹⁹ Por não representarem uma categoria temporal obrigatória, as línguas acima foram excluídas do *corpus* da pesquisa.

determinismo newtoniano, popularizado em sua obra *Principia Mathematica*. Segundo Jaszczolt (2009), Newton concebia o tempo e o espaço como algo absoluto, algo que poderia ser medido com certeza. Entretanto, discussões a respeito da velocidade da luz fizeram com que o físico Albert Einstein afirmasse que espaço e tempo variavam de acordo com um referencial, contrariando o postulado newtoniano. Essa teoria denominou-se Teoria da Relatividade Especial (TRE).

A noção de referência desenvolvida por Einstein levou o filósofo e lógico Hans Reichenbach (1947) a formular uma teoria de tempo relativo que apontava para a relevância de três momentos estruturais na descrição do tempo: o momento da fala ou da enunciação (ME), o momento do evento ou do acontecimento (MA) e o momento de referência (MR). O primeiro marca o momento da realização do ato de fala, o segundo trata do momento da realização do estado-de-coisas, e, por fim, o momento de referência refere-se a um intervalo de tempo em que falante transmite ao ouvinte a perspectiva de tempo na contemplação do momento do evento. Para o autor, que introduziu a noção de ponto de referência, todos os tempos gramaticais eram organizados com relação a esses três momentos. Esse sistema, como afirma Declerck (1986), embora tenha sido aceito por grande parte dos linguistas, recebeu muitas críticas. Dentre essas críticas, Declerck aponta que o sistema de Reichenbach sugere mais possibilidades do que as encontradas nas línguas naturais; como exemplo, o autor cita os três diferentes tempos do futuro elencados por Reichenbach que, na verdade, segundo Declerck, parecem não existir em nenhuma língua. Outra crítica, baseada em Prior (1967 apud DECLERCK, 1986), é feita em relação à simplicidade do sistema que prevê apenas um ponto de referência. Para o autor, tempos como o passado perfeito e o futuro perfeito necessitam de dois pontos de referência.

No que concerne às críticas feitas a esse sistema, destaca-se o trabalho de Comrie (1985). Além das críticas já citadas acima, o autor ainda afirma que a noção de ponto de

referência não é necessária para a definição de tempos absolutos. Para Comrie, o tempo absoluto pode ser explicado por um sistema binário, apenas por meio do momento da fala ou enunciação e do momento do evento ou do acontecimento, sem nenhum envolvimento do momento de referência. Para os demais tempos, há sim a necessidade de um ponto de referência e, se for preciso, muitos pontos de referência podem ser previstos. A respeito das contribuições de Comrie, Declerck (1986, p.309) afirma que “o sistema é extremamente simples, mas remedia as mais óbvias deficiências da análise de Reichenbach”²⁰.

No sistema proposto por Comrie (1985), há também a distinção entre (i) tempo absoluto, “que inclui como parte de seu significado o momento presente como centro dêitico”²¹ (p. 36), ou seja, presente (em que há a coincidência do tempo da situação e o momento presente), passado (em que o momento da situação está localizado antes do momento presente) e futuro (em que o momento da situação está localizado depois do momento presente); e (ii) tempo relativo, definido como “o tempo em que o ponto de referência para a localização de um evento em algum ponto da linha do tempo é dado pelo contexto e não necessariamente pelo momento presente”²² (p.56).

Nos tempos absolutos, o momento de referência é simultâneo ao momento da fala, e o momento do evento pode ser localizado antes (passado) ou depois (futuro) do momento da fala ou simultâneo a ele (presente), como se nota nos exemplos abaixo, retirados de Givón (2001, p.286):

Passado: *Ela **assistiu** a baleia.*

Presente: *Ela **está assistindo** a baleia*

²⁰ “This system is extremely simple, yet it remedies the most obvious shortcoming of Reichenbach’s analysis.

²¹ “(...) a tense which includes as part of its meaning the present moment as deictic centre”.

²² “(...) relative tense, where the reference point for location of a situation is some point given by the context, not necessarily the present moment”.

Futuro: *Ela **assistirá** a baleia.*

Os exemplos abaixo, retirados de Freitag (2005, p. 391-8), também ilustram os tempos absolutos acima citados:

Passado: *O mito (...) **começou** a ruir um dia depois da chegada da 3ª Divisão de Infantaria do exército americano à capital.*

Presente: *O governo iraquiano dispõe de armas de destruição em massa (químicas e biológicas) e, por isso, **representa** uma ameaça aos EUA e ao mundo.*

Futuro: *Soldados **lançarão** mão de armas de destruição em massa.*

Entretanto, essa distinção difere um pouco da tradicional, pois o autor divide tempo relativo em ‘tempo relativo puro’ e ‘tempo relativo-absoluto’. No primeiro, o autor relaciona o momento do evento com o momento de referência, ou seja, uma situação seria localizada antes, depois ou no ponto de referência dado pelo contexto. Para o autor, a diferença entre tempo absoluto e tempo relativo puro não é entre o momento presente e algum outro ponto no tempo tomado como momento de referência, mas sim entre a forma cujo significado especifica como ponto de referência o momento presente e a forma cujo significado não especifica que o momento presente deve ser o ponto de referência (COMRIE, 1985, p.58). Os tempos relativos puros têm como um de seus possíveis pontos de referência o momento presente. Dessa forma, segundo Comrie (1985, p.57), a seguinte sentença, marcada pelo uso do particípio, ilustra um caso de tempo relativo puro: “O passageiro esperando o voo 26 procedeu ao portão de embarque 5”²³. O autor afirma que uma possível interpretação é a de que o tempo de referência de *esperando* é interpretado como simultâneo ao tempo de referência do verbo principal *procederam*. Este último tem seu ponto de referência no passado (por ser um verbo finito, recebe uma referência temporal absoluta), assim, a referência de

²³ “The passenger awaiting flight 26 proceeded to departure gate 5”.

esperando é simultânea ao tempo passado.

Apenas quando expõe o tempo relativo-absoluto, em que “um ponto de referência é estabelecido relativamente ao momento presente, e a situação é, então, localizada em tempo relativo a esse ponto de referência”²⁴ (p.125), o autor explica a relação temporal por meio dos três momentos estruturais. Para Comrie, o significado desse tempo combina uma localização em tempo absoluto de um ponto de referência como uma localização em tempo relativo de uma situação. Para explicar o tempo relativo-absoluto, elege-se o mais-que-perfeito e o futuro perfeito. No exemplo dado pelo autor “John tinha chegado até 6 horas ontem à noite”²⁵, a locução adverbial de tempo *até 6 horas ontem à noite* estabelece um ponto de referência no passado e a chegada de John se localiza anteriormente a esse ponto. O ponto de referência também pode ser dado por uma oração matriz em que a oração que carrega o passado mais-que-perfeito é a ela subordinada, como em: “Quando John tinha saído, Mary apareceu da cozinha”²⁶. Nesse último exemplo, o tempo passado da oração principal define o ponto de referência no passado (o momento em que Mary surgiu da cozinha), sendo a saída de John localizada anteriormente a esse momento (COMRIE, 1985, p.65).

Ao contrário do que afirma Comrie, Declerck (1986) defende que o ponto de referência deve sim aparecer na representação de tempos simples (absolutos). Um ponto interessante na crítica de Declerck ao sistema de Comrie se refere à análise do presente perfeito (*present perfect*). Para Comrie, a distinção entre passado e presente perfeito é apenas uma distinção de aspecto, pois ambos são anteriores ao momento da fala, fato questionado por Declerck. Este autor concorda que há também uma distinção em relação à relevância dos eventos, mas acredita que a diferença básica entre esses tempos é a localização do evento no

²⁴ “(...) a reference point is established relative to the present moment, and a situation is then located in time relative to that reference point’.

²⁵ “John had arrived by six o’clock yesterday evening”.

²⁶ “When John had left, Mary emerged from the cupboard”

tempo. Baseia sua afirmação em sentenças em que a relevância pode ser implicada por meio do passado simples, como demonstra no seguinte exemplo (mantido em inglês para manter o uso do *present perfect*): *I know what Tom is like. I (*have) spent my holidays with him two years ago my holidays with him two years ago.*

De acordo com Declerck (1986, p.311), mesmo usando o passado simples, o exemplo acima não deixa dúvidas em relação à relevância atual, sabe-se como Tom é pelo fato de se passar os feriados com ele dois anos atrás. Esse tempo tem de ser empregado, segundo Declerck, pois se descreve uma situação que é localizada em um tempo que precede totalmente o momento presente. Para o autor, o fator determinante para o uso do perfeito ou do passado não é a presença ou ausência da relevância dos eventos, mas sim a maneira como a situação é localizada na linha do tempo.

A GDF reconhece a distinção entre tempo relativo e tempo absoluto. Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 257) enfatizam que as categorias temporais podem ser designadas por diversas expressões; algumas são ligadas, pela sua interpretação contextual, ao momento da fala (ex. hoje, semana passada), outras estabelecem uma posição relativa na linha do tempo (ex. antes de segunda-feira, depois do almoço), ou mesmo expressões relacionadas a calendários socialmente estabelecidos (domingo, Natal). As expressões que se relacionam ao momento da fala referem-se ao tempo absoluto, enquanto as outras, ao tempo relativo. Os autores afirmam também que a noção de tempo envolve um construto espacial imaginário em que pontos, no caso de expressões que se referem a momentos (como “às 13h”), ou trechos, no caso de expressões que se referem a períodos (como “abril”), podem ser localizados, afirmação que se assemelha ao trabalho de Reichenbach (1947).

Nas diferentes camadas, para a GDF, tempo absoluto se distingue como um operador da camada do episódio (ep): “Episódios podem se distinguir de outras categorias semânticas

pelo fato de que eles podem ser especificados pela sua localização em tempo absoluto”²⁷ (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 150); e o tempo relativo como um operador da camada do estado-de-coisas (e): “Estado-de-Coisas podem se distinguir de outros tipos de entidades pelo fato de que eles podem ser especificados pela sua localização em tempo relativo”²⁸ (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 161).

Na sentença a seguir, um único episódio é formado por dois estado-de-coisas: “Ele irá a Londres e ela a Paris”²⁹ (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 161). Essa mesma oração pode receber modificadores de tempo relativo, como: “Ele irá a Londres *antes do almoço* e ela a Paris *depois do jantar*”³⁰ (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 161) (grifo nosso). Por estarem sob o escopo de um episódio, os dois estado-de-coisas também serão afetados pelo modificador de tempo absoluto, como em: “Amanhã ele irá a Londres *antes do almoço* e ela a Paris *depois do jantar*”³¹ (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 161). Tempo absoluto e tempo relativo são também expressos por meio de itens gramaticais, os operadores. Em sentenças como “Saindo, parando para verificar a caixa de correio, dando uma olhada para a calçada e fazendo uma pausa para ajustar o seu chapéu, ele caminhou até seu carro”³² (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 163), o gerúndio, que marca formas não-finitas, é responsável pela relação temporal relativa de simultaneidade entre os estado-de-coisas, enquanto o último verbo da sentença, em sua forma finita, marca a relação temporal absoluta do episódio. A representação da sentença acima é dada pelos autores:

²⁷ “Episodes can be set off from other semantic categories by the fact that they can be specified for their absolute location in time”.

²⁸ “States-of-Affairs can be set off from other types of entity by the fact they can be specified for their relative location in time”.

²⁹ “He will go to London and she to Paris”.

³⁰ “He will go to London before lunch and she to Paris after dinner”.

³¹ “Tomorrow He will go to London before lunch and she to Paris after dinner”.

³² “Coming out, stopping to check the mail Box, taking a look at the driveway and pausing to adjust his hat, he walked to his car”.

(past ep_i : [(sim e_i), (sim e_j), (sim e_k), (sim e_l), (sim e_m)] (ep_i))

Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 173) esclarecem que algumas línguas, como HAUSA, apresentam apenas um sistema de tempo relativo e têm que especificar a localização absoluta no tempo por meios usos lexicais quando necessário. Nessa língua, há marcadores gramaticais que expressam relação de anterioridade, simultaneidade e posterioridade, sendo os adverbiais, como *ontem*, *amanhã*, etc., os responsáveis pela marcação de tempo absoluto. A localização do tempo relativo é interpretada, então, a partir da localização em tempo absoluto expressa pelos adverbiais, ou seja, anterioridade, simultaneidade e posterioridade são localizados com relação a um tempo absoluto, como pode ser observado no exemplo (7).

HAUSA (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.173)

- (7) Jiya da 3:00 sun shiga
 yesterday at 3:00 3.PL.ANT enter
 ‘Yesterday at three they have entered’
 ‘Ontem às três, eles entraram’

Em contrapartida, há línguas que apresentam o sistema de tempo absoluto, mas usam marcadores de tempo relativo em orações subordinadas, como a língua IMBABURA QUECHUA. Nessa língua, nas orações subordinadas, os eventos são localizados em relação ao momento da fala, entretanto, são utilizados marcadores de tempo relativo (anterioridade, simultaneidade, anterioridade) na organização do tempo das construções subordinadas, como se nota em (8).

IMBABURA QUECHUA (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.173)

- (8) Marya Agatu-pi kawsa-shka-ta kri-rka-ni
 Maria Agato-LOC live-ANT-ACC believe-PST-1
 ‘I believed that Maria had lived in Agato’.
 ‘Eu acreditei que Maria tinha morado em Agato’

A expressão gramatical da relação de tempo pode acontecer diferentemente a depender da forma como as diversas línguas organizam seu sistema linguístico. A esse respeito, Payne (1997, p. 236) relata que algumas línguas têm cinco distinções de tempo no futuro, mas, mesmo assim, o tempo passado recebe mais divisões, como podemos confirmar com algumas das línguas indígenas que serão analisadas nesse estudo. Para exemplificar, o autor cita a língua YAGUA, que admite cinco distinções de tempo no passado: ‘passado distante’ (-*jadá*), ‘um ano atrás’ (-*tíy*), ‘um mês atrás’ (-*siy*), ‘uma semana atrás’ (-*jáy*), ‘hoje/ontem’ (-*jásiy*); e duas no futuro: ‘futuro imediato’ (-*a-numaa*) e ‘futuro’ (-*ra*).

Nas línguas indígenas do Brasil, as relações temporais são marcadas de forma bastante diversificada. Tanto há línguas em que a noção de tempo é não obrigatória, marcada apenas no enunciado inicial, quanto há línguas em que o tempo pode ser marcado em morfemas cumulativos aos de partículas evidenciais, normalmente de testemunho, e também receber diferentes classificações, como os diferentes passados recorrentes nas línguas indígenas.

Assim como para a evidencialidade, o aparato teórico-metodológico da GDF será adotado também para o estudo da noção de tempo nesta pesquisa. Essa teoria, como se pode notar, estabelece um diálogo bastante produtivo, em relação ao tratamento da noção de tempo, com algumas outras teorias, principalmente no que se refere às conceituações de tempo absoluto e tempo relativo.

A divisão temporal das línguas europeias se difere da encontrada em algumas línguas indígenas. Nas línguas aqui analisadas, a divisão envolve a distinção entre os graus de

distância³³ (imediato, recente, remoto, distante) entre os eventos e um ponto de referência, sendo este, assim como afirma Comrie (1985, p.85), normalmente, na maior parte das línguas com esse tipo de distinção, o momento presente, ou seja, o centro dêitico é tomado como o ponto de referência.

Segundo Dall'Aglio Hattnher (2010), na língua KAMAIURÁ (SEKI, 2000), a categoria de tempo não é marcada por morfemas flexionais no verbo, as distinções são marcadas por palavras e expressões temporais. A organização do tempo nessa língua ocorre por meio de dois termos, um para marcar referência ao futuro e outro, não-marcado, para marcar referência ao presente ou ao passado. Na língua LAKONDÊ (TELLES, 2002), segundo a autora, há a expressão das categorias de passado, presente e futuro: o tempo presente é não marcado, é a ausência de tempo, e a língua distingue três passados (recente, anterior e não recente). A língua TARIANA (AIKHENVALD, 2003b, 2003c), que tem marcação obrigatória de tempo, também funde essa categoria à de evidencialidade. Essa língua distingue diferentes passados (recente e remoto), além de diferenciar tempos futuros, em que um marcador é usado apenas para a primeira pessoa e um outro para qualquer pessoa. DESANO (MILLER, 1999), por sua vez, distingue três tipos de futuro – em que há a indicação de quão certa ou incerta é a informação do falante – passado recente e remoto.

A língua CARAPANA (METZGER, 1981), em que a marcação de evidencialidade também é expressa juntamente com a indicação de tempo, distingue presente definido de presente provável, futuro de caráter mais bem definido de futuro de caráter menos definido, e, por fim, distingue passado definido, passado evidente e passado reportativo. Há outras subdivisões de passados que não se vinculam à expressão da reportatividade: passado regular, imediato e histórico.

Nas línguas em que tempo e evidencialidade são categorias obrigatoriamente

³³ *Degrees of remoteness* nas palavras de Comrie (1985).

marcadas, o estudo das formas de expressão dessas duas categorias demonstra como ocorre a relação entre elas, apontando a existência de eventuais restrições combinatórias. Com o intuito de esclarecer melhor essa relação, descrevemos, nos capítulos que seguem o capítulo de metodologia da pesquisa, as formas de expressão de cada uma dessas categorias em separado e, posteriormente, as relações combinatórias possíveis.

CAPÍTULO 2

UNIVERSO DA PESQUISA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tendo em vista o objetivo primeiro desta pesquisa, a saber, a análise da relação entre evidencialidade e tempo, selecionamos um conjunto de línguas indígenas do Brasil em que evidencialidade e tempo são categorias obrigatoriamente marcadas. A verificação dessa relação em um conjunto de línguas conduz, naturalmente, a um estudo tipológico. Nesse sentido, a GDF constitui-se em um aparato teórico bastante adequado, uma vez que essa teoria linguística foi criada para ser aplicável a línguas de todos os tipos.

Como apontam Hengeveld e Mackenzie (2008, p.32), a distinção entre os componentes da GDF força os tipólogos a estudarem tipologia semântica e pragmática das línguas de forma sistemática, e não apenas sua tipologia sintática e morfológica. A teoria tipológica tem finalidade descritiva e seu papel é organizar os dados que se pretende analisar de forma coerente, ou seja, criar um modelo teórico de língua abrangente. Segundo Hengeveld (2006), os estudos tipológicos estão intrinsecamente relacionados aos universais linguísticos, expressões pertencentes ao conjunto completo de línguas naturais relevantes para a realização de uma teoria por englobarem hipóteses, que devem ser testadas, sobre propriedades universais das línguas humanas. A diferença entre eles não é muito rígida: enquanto os universais definem as restrições nas variações translinguísticas, os estudos tipológicos analisam essas restrições. Nota-se, portanto, que a pesquisa tipológica pode ser vista como um primeiro passo na descoberta dos universais linguísticos.

Para a eficácia dos estudos tipológicos, amostras efetivas devem ser utilizadas e, para tanto, a seleção dessas amostras deve ocorrer de tal forma que a distância genética entre elas seja máxima. Isso porque as línguas podem compartilhar propriedades pelo fato de

pertencerem à mesma família. Outro cuidado a se tomar quando se selecionam as línguas de uma amostra é atentar para que a distância geográfica entre elas seja, também, máxima, já que as línguas podem também dividir propriedades pelo fato de serem faladas em áreas co-extensivas. Por fim, pelo fato de línguas do mesmo tipo linguístico poderem dividir propriedades, um recurso utilizado para a caracterização das línguas é o tipo morfológico e a ordem básica de palavras de determinada língua.

A hierarquia implicacional é a principal ferramenta do estudo tipológico, pois é útil na apreensão de generalizações linguísticas pertencentes a diferentes componentes do sistema linguístico, tais como fonologia, morfologia, sintaxe, semântica e estudos do léxico. Os universais linguísticos são normalmente dispostos na forma de implicações universais, como, por exemplo, o fato de que, se uma língua admite objeto direto, admite também sujeito. A partir do momento em que estão elencadas as implicações universais, pode-se delimitar o número de combinações possíveis; essa sequência de combinações das implicações universais é chamada de hierarquia implicacional. Essas hierarquias podem ser absolutas, quando válidas para todas as línguas, e estatísticas, quando válidas para uma proporção significativa de todas as línguas (HENGEVELD, 2006).

Com o intuito de formar uma amostra efetiva, buscamos, então, línguas indígenas brasileiras de diferentes famílias e investigamos como ocorrem as relações combinatórias entre as duas categorias gramaticais estudadas, comparando o comportamento das línguas entre essas famílias, atentando para as regularidades e diversidades encontradas. Buscamos também, por meio das línguas aqui selecionadas, verificar a hierarquia proposta por Hengeveld e Dall’Aglio Hattnher (2012) sobre a expressão dos evidenciais, a fim de contribuir tanto para os estudos tipológicos quanto para o aparato teórico-metodológico mais amplo que embasa essa pesquisa, a GDF.

O estudo das línguas indígenas brasileiras se iniciou desde a chegada dos portugueses ao Brasil, principalmente, com estudos sobre a língua falada pelos povos tupi que habitavam, na época, toda a costa brasileira. As descrições eram produzidas, especialmente, pelos missionários jesuítas portugueses. Em relação a esses estudos, Seki (2000) afirma que as principais características dos materiais linguísticos da época, como já eram apontados por Câmara Jr., referiam-se apenas à língua tupi, uma generalização de variantes próximas: *brasílica*, entre os séculos XVI e XVII; *tupinambá*, a partir do século XVIII; e ainda *tupi-guarani*. Esses materiais não focalizavam a língua enquanto objeto de estudo e sim como meio de estabelecer algum tipo de comunicação com os falantes nativos para, dessa forma, promover a catequese. Além disso, a língua era descrita com base no aparato teórico então disponível: o método utilizado para descrever as gramáticas clássicas, em especial a latina (SEKI, 2000, p.235-236).

Estudos sobre línguas não tupi começaram a surgir no século XIX, por meio de pesquisas desenvolvidas em áreas específicas de interesse de diversos estudiosos. Segundo Seki (2000), esses trabalhos também não tinham como foco central a abordagem da língua em si, estavam mais ligados a interesses de catequese ou de especificidade de cada pesquisador (geógrafos, naturalistas, etnógrafos). As descrições se voltavam mais para a construção de listas lexicais, raramente, havia estudos voltados para o aspecto gramatical das línguas, e as transcrições eram bastante precárias. Com o olhar voltado para outras línguas que não o tupi, foi possível desenvolver trabalhos comparativos, que contribuíram para a classificação inicial das línguas do Brasil.

Seki (2000, p.236-238) afirma que, a partir dos anos 30, houve uma preocupação maior com o estudo científico das línguas indígenas brasileiras, e a crítica feita se relacionava à falta de documentação sistemática dessas línguas. Entretanto, só nos anos 80, a linguística indígena vivenciou um grande desenvolvimento, tanto quantitativo, como qualitativo

Atualmente, de acordo com a autora, no Brasil, são faladas 180 línguas indígenas, sendo que, no decorrer dos 500 anos de colonização, aproximadamente mil línguas se perderam por diversos fatores: “epidemias, extermínio direto, escravização, redução de territórios, destruição das condições de sobrevivência, aculturação forçada” (SEKI, 2000, p.238).

Essa grande diversidade de línguas no Brasil, consideradas tipologicamente diferentes no que concerne ao sistema de sons e à estrutura gramatical, permitiu que elas fossem classificadas geneticamente e agrupadas em diferentes famílias e troncos linguísticos. Segundo Seki (2000), as aproximadamente 180 línguas se distribuem em cinco grandes grupos: Tronco Tupi, Tronco Macro-Jê, Família Karib, Família Aruak, Família Pano; mais outras nove famílias menores e dez Isolados linguísticos, ou seja, línguas que não revelam parentesco genético com nenhuma outra.

No Tronco Tupi, encontram-se seis famílias genéticas: Tupi-Guarani (com 33 línguas e dialetos), Mondé (com 7 línguas), Tupari (com 3 línguas), Juruna, Munduruku e Ramarana (cada uma com 2 línguas) e 3 línguas: AWETI, MAWÉ e PURUBORÁ. A família Tupi-Guarani se destaca devido à grande dispersão geográfica das línguas a ela pertencentes. Mesmo com essa considerável extensão territorial, as línguas dessa família apresentam pouquíssimas diferenciações (RODRIGUES, 2002, p.32). Segundo Rodrigues (2002), no século XVI, línguas da família Tupi-Guarani eram faladas em praticamente todo o litoral oriental do Brasil e na bacia do rio Paraná; atualmente seus falantes, no Brasil, se localizam no Maranhão, Pará, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e no Espírito Santo. O KAIWÁ, falado no Mato Grosso do Sul, e o TENETEHÁRA (GUAJAJÁRA e TEMBÉ), falado no Maranhão e Pará, são as línguas tupi-guarani com maior número de falantes do Brasil. As línguas da família Tupi-Guarani também são faladas em outros países da América do Sul (Bolívia, Peru, Venezuela, Guiana Francesa, Colômbia, Paraguai e Argentina).

Segundo Rodrigues (2002, p.47), o Tronco Macro-Jê, definido com evidências menos claras do que as do Tronco Tupi, é formado por seis famílias genéticas (Jê, Bororo, Botocudo, Karajá, Maxacali, Pataxó) e quatro línguas (GUATÓ, OFAYÉ, RIKBAKTSÁ e FULNIÔ). As línguas desse tronco são faladas, principalmente, nas regiões de campos e cerrados, que se estendem do sul do Maranhão e do Pará, passando pelos estados de Goiás e Mato Grosso, até os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A família Karíb (Caribe) é composta de 20 línguas, espalhadas pelo norte e sul do rio Amazonas. De acordo com Rodrigues (2002, p.61), possivelmente, as famílias Aruák (Arawak) e a Tupi-Guarani se relacionam com essa família, sendo que, com a família Tupi-Guarani, as relações são ainda mais interessantes³⁴.

A família Aruák (Arawak) se localiza na ampla região guianesa, intercalada entre a família Karíb (Caribe). É representada por dezessete línguas no Brasil, situadas no noroeste e oeste do país e, também, na região do Alto Xingu e ao sul desta.

Excluídas dos grandes agrupamentos acima citados, há outras famílias linguísticas com distribuição geográfica mais restrita, apresentando um número menor de línguas. Em geral, situam-se na Amazônia, distribuindo-se desde o Pantanal mato-grossense até a fronteira com a Venezuela. São elas: família Guaikurú, representada no Brasil pela língua KADIWÉU, no Mato Grosso do Sul; família Nambikwára, com três línguas, situada exclusivamente em território brasileiro; família Txapakúra, com três línguas; família Pano, que inclui 13 línguas faladas no Brasil, situadas nos estados do Acre, Rondônia e Amazonas; família Múra, duas línguas, e família Katukína, quatro línguas (RODRIGUES, 2002, p.73).

A família Tucano divide-se em dois ramos, Tucano Ocidental, não falado no Brasil, e Tucano Oriental, que se estende da Colômbia ao Brasil, no noroeste da bacia Amazônica. O

³⁴ Sobre essas relações, Rodrigues (2002) sugere um estudo de autoria própria denominado “Evidence for Tupi-Carib relationships”, apresentado à reunião anual da Associação Antropológica Americana de 1978 (Los Angeles) e incluído no volume *South American Languages: retrospect and prospect*, organizado por H. M. Klein e L. Stark, University of Texas Press, Austin, 1985, p.371-404.

ramo oriental, segundo Rodrigues (2002, p.83), constitui um ramo muito homogêneo, apresentando pouca diferenciação entre as línguas. A família Makú³⁵, situada entre os rios Uaupés, Negro e Japurá, se constitui de, pelo menos, seis grupos de índios. A família Yanomámi localiza-se no extremo norte do Brasil e falam línguas bem aparentadas.

Classificadas como isoladas, por constituir tipos linguísticos únicos, há outras dez línguas indígenas faladas no Brasil: TIKUNA, IRANTXE/ MÜNKÜ, TRUMAI, MÁKU, AIKANA, ARIKAPU, JABUTI, KANOÊ E KOAIÁ ou KWAZA (RODRIGUES, 2002, p.93).

Tamanha diversidade, presente nas línguas indígenas brasileiras, desperta grande interesse no processo de compreensão da natureza da linguagem humana. Além do mais, por se tratar de línguas, muitas vezes, pouco conhecidas da ciência, as línguas indígenas instigam os pesquisadores pelo fato de poderem apresentar propriedades ainda não observadas em línguas de outras regiões (SEKI, 2000, p.245).

2.1 Composição do *corpus* da pesquisa

A composição do *corpus* foi motivada pelo intuito de estabelecer uma tipologia dos evidenciais nas línguas do Brasil, buscando línguas de diferentes famílias e de várias regiões do país. Entretanto, temos ciência de que, mesmo com o crescimento dos estudos nessa área, muitas línguas indígenas brasileiras ainda não foram descritas ou apresentam material insuficiente para a análise aqui proposta. Além disso, nem sempre foi possível acessar

³⁵ Cabe aqui uma observação a respeito do termo Maku. Segundo Silva e Silva (2012, p.56), “‘Maku’ é um termo pejorativo, identificado como de origem Arawak, significando etimologicamente “sem fala” – *maáko*, mas semanticamente “selvagem, primitivo e servidor” – *máako* (Ramirez, 2001a, p.1; 2001b, p.198). Trata-se, portanto, de um termo impróprio, com forte carga de preconceito.” Para evitar esse desconforto, Ramirez (2001a, p.2) propôs uma renomeação para Negro-Japurá ou Uaupés-Japurá, seguindo um critério geográfico. Seguindo a proposta de Ramirez, Silva e Silva (2012) propõem o termo Guaviare-Japurá. Neste estudo, entretanto, manteremos a denominação *Makú*, seguindo classificação de Rodrigues (2002).

algumas descrições resultantes de dissertações e teses defendidas no exterior. Esses fatores dificultaram a composição de uma amostra, de fato, representativa. Diante desse quadro, optamos por incluir todas as línguas a que tivemos acesso no decorrer desta pesquisa que apresentassem descrições suficientes dos sistemas evidencial e temporal.

Um aspecto importante sobre o trabalho descritivo aqui feito é a organização dos exemplos retirados dos diversos materiais estudados. Os autores apresentam os dados sob a forma de glosas, seguidos de uma possível tradução no idioma do material. Entretanto, por lidarmos com diferentes fontes, essas glosas nem sempre são equivalentes de uma obra para outra, já que cada autor, muitas vezes, segue um determinado critério e faz a abreviação da forma como mais lhe convém. Com o intuito de facilitar e organizar os diversos exemplos, auxiliando, assim, na comparação dos resultados, uniformizamos essas abreviações apoiando-nos no parâmetro de abreviações da Gramática Discursivo-Funcional, de Hengeveld e Mackenzie (2008), que toma como base as regras de glosas Leipzig, desenvolvidas pelo Departamento de Linguística do Instituto pela Antropologia Evolucionária Max Planck³⁶ (Bernard Comrie, Martin Haspelmath) e pelo Departamento de Linguística da Universidade de Leipzig (Balthasar Bickel).

Na língua PARKATEJÊ, por exemplo, algumas uniformizações tiveram de ser feitas, como podemos notar na comparação do exemplo (9), retirado originalmente da gramática de Ferreira (2003), com o exemplo (9a), reinterpretado nesse estudo de acordo com as abreviações da GDF. As glosas reanalisadas estão destacadas no segundo exemplo.

³⁶ Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology

PARKATEJÊ (Ferreira, 2003, p.133)

(9) pe pia mĩti kōm am̃zi y-arēn: Ituware, wa ka
 PD DUB jacaré POSP REFL REL-dizer VOC eu FUT

a-krē inũare i-kupa inũare

2-comer NEG 1-ter.medo NEG

‘Dizem que o jacaré mesmo disse: sobrinho, eu não vou te comer, não tenha medo de mim’

(9a) pe pia mĩti kōm am̃zi y-arēn: Ituware, wa ka
 REP DUB jacaré **LOC.PUNCT** REFL REL-dizer VOC eu FUT

a-krē inũare i-kupa inũare

2.SG-comer NEG 1.SG-ter.medo NEG

‘Dizem que o jacaré mesmo disse: sobrinho, eu não vou te comer, não tenha medo de mim’

O trabalho de uniformizar as glosas de acordo com uma referência única facilita a comparação entre as diversas categorias; entretanto, não é uma tarefa fácil. Muitas vezes, as glosas oferecidas pelas descrições originais se afastavam muito do parâmetro por nós adotado. Quando as glosas eram específicas de cada língua, fato não usual, adicionamos as glosas dos próprios autores à nossa lista de abreviações, como o caso das séries de TAPIRAPÉ (as formas da série II, por exemplo, são utilizadas para marcar o complemento de nomes relativos e autônomos e o complemento de posposições, o que não nos permitiu fazer uma equivalência com as classes já apresentadas pelas nossas glosas).

Em PARKATEJÊ, não houve a necessidade de traduzir a interpretação das glosas dada pelo autor, já que se trata de uma gramática em português, entretanto, existiram casos em que, além de adequar às glosas ao parâmetro da GDF, vertemos para o português as sentenças interpretadas das glosas.

O processo de constituição do *corpus* dessa pesquisa é marcado por duas etapas. A primeira, parte da pesquisa de Iniciação Científica³⁷ desenvolvida em 2010 e 2011, consistiu em elencar e analisar quinze línguas indígenas do Brasil, em que o morfema indicador da fonte da informação trazia também a indicação de tempo. O quadro a seguir ilustra as línguas analisadas e suas respectivas famílias:

Família	Língua	Referência
Tucano	WANANO	STENZEL, 2004
	DESANO	MILLER, 1999
	TUYUCA	BARNES, 1984
	YÊ-PA-MASA	RAMIREZ, 1997
	CARAPANA	METZGER, 1981
Nambikwara	SABANÊ	ARAÚJO, 2004
	MAMAINDÊ	EBERHARD, 2009
	LAKONDÊ	TELLES; WETZELS, 2006 TELLES, 2002
	NAMBIKWARA	KROEKER, 2003a; 2003b
Araúá	JAMAMADÍ	CAMPBELL, 1977b
	JARAWARA	DIXON, 2004
Arawak	TARIANA	AIKHENVALD, 2003b, 2003c
Yanomami	SANUMÁ	BORGMAN, 1990
Tupi Tupí-Guarani Subgrupo VIII	GUAJÁ	MAGALHÃES, 2002; 2007
Pano	MATSÉS	FLECK, 2003

Quadro 2. Línguas indígenas do Brasil selecionadas na primeira etapa

Na segunda etapa, parte da pesquisa da pós-graduação, buscaram-se mais línguas indígenas do Brasil em que evidencialidade e tempo fossem categorias obrigatoriamente marcadas, mas não necessariamente expressas no mesmo morfema. Para a escolha das

³⁷ Projeto “A relação entre evidencialidade e outras categorias qualificacionais nas línguas indígenas”, projeto financiado pelo CNPq/PIBIC, ligado a um projeto maior intitulado “Evidencialidade e reportatividade: relações hierárquicas intra- e intercategoriais”, também financiado pelo CNPq e desenvolvido por Dall’Áglío Hattnher. A presente pesquisa se apresenta como uma continuidade de minhas atividades de pesquisa desenvolvidas na graduação, sendo a primeira parte da pesquisa desenvolvida por mim, e a segunda pela aluna Débora Larissa Rempel.

línguas, recorreu-se a gramáticas e estudos teóricos a que tivemos acesso. Nessa segunda etapa, foram, ao todo, estudadas sessenta e cinco línguas, em que se buscava a expressão gramatical obrigatória das categorias de tempo e evidencialidade, entretanto, muitas foram excluídas ou por não apresentarem tal expressão, ou por apresentarem material insuficiente para o estudo aqui proposto. O quadro abaixo lista as línguas que foram inicialmente investigadas na segunda etapa:

Família	Língua	Referência
Tupi	KARITIANA	EVERETT, 2006; LANDIN, 1980 STORTO, 1999
	KARO	GABAS, 1999
	JURUNA	FARGETTI, 2001
	AWETI	BORELLA, 2000
	MUNDURUKÚ	GOMES, 2006 CROFTS, 1973; 2004
	SATERÉ-MAWÉ	SILVA, 2010
	SURUÍ	BONTKES, 1985; 2009
Tupi-Guarani (subgrupo I)	GUARANI MBYÁ	MARTINS, 2003
	KAIWA (KAIOWA)	TAYLOR, 1984 CARDOSO, 2008
Tupi-Guarani (subgrupo II)	COCAMA	FAUST, 1972
Tupi-Guarani (subgrupo IV)	ASSURINI DO TOCANTINS	HARRISON, 1975 NICHOLSON, 1974
	TENETEHARA (GUAJAJÁRA)	BENDOR-SAMUEL, 1972 CASTRO, 2007
	TAPIRAPÉ	PRAÇA, 2007
	PARINTINTIN (TENHARIM) VS. URU-EU-UAU-UAU (AMONDAVA) (línguas TUPI-KAWAHIB)	SAMPAIO, 1997
Tupi-Guarani (Subgrupo V)	ASURINÍ DO XINGU	PEREIRA, 2009
	KAIABÍ	GOMES, 2007
	KAYABI	DOBSON, 1988, 1997 FARIA, 2004
Tupi-Guarani (subgrupo VI)	KARIPUNA	TOBLER, 1983
Tupi-Guarani	URUBUKAAPOR	LOPES, 2009

(Subgrupo VIII)	(KAAPOR)	
Macro-Jê	GAVIÃO-PYKOBJÊ	AMADO, 2004
	APINAYE	CALLOW, 1962 HAM, 1961; 1979
	GUATÓ	PALÁCIO, 1984
	JABUTI (JEOROMITXI)	PIRES, 1992
	BORORO	NONATO, 2008
	KAINGANG	CAVALCANTE, 1987 GONÇALVES, 2007 ALMEIDA, 2008
	KARAJA	FORTUNE, 1973
	MAXAKALI	ARAÚJO, 2000 PEREIRA, 1998 POPOVICH, 1985
	PARKETEJE	FERREIRA, 2003
	PANARÁ	DOURADO, 2001
	RIKBAK TSA	BOSWOOD, 1974 SILVA, 2005
	TIMBIRA	ALVES, 2004
	XAVANTE	OLIVEIRA, 2007 MCLEOD, 1977 SANTOS, 2008
Caribe	KUIKURO	FRANCHETTO SANTOS, 2007
	IKPENG (TXIKÃO)	PACHECO, 1997; 2001
	MAKUSH	ABOOTT, 1985; 1976
	TIRIYO	MEIRA, 1999
	WAYANA	TAVARES, 2006
Arawak	APURINÃ	FACUNDES, 2000 PICKERING, 2009
	MYKY	MONTSERRAT, 2000
	PALIKUR	AIKHENVALD & GREEN, 1998 DOOLEY & GREEN, 1977
	WAPIXANA	SANTOS, 2006
	WAURA	RICHARDS, 1973; 1977; 1988
	YAWALAPITI	MUJKA, 1992
	TERENA	BUTLER, 1977; 1978, 2003 EKDAHL; BUTLER, 1979
	PARECIS	ROWAN e BURGESS, 2008
Pano	AMAHUACA	RUSSEL, 1965; 1975
	CASHINAWA	CROMACK, 1968 MONTAG, 2004
	MATIS	FERREIRA, 2000; 2001; 2005

	YAMINAHUA	EAKIN, 1991 FAUST, 2002
	YAWANAWA	PAULA, 2004
	KATUKINA	AGUIAR, 1994
Maku	DAW	MARTINS, 2004
	HUP (HUPDĚ)	EPPS, 2005
	NADEB	WEIR, 1984
	YUHUPMAKU	BOZZI, 2002
Mataco-Guaicuru	MOCOVİ	GRONDONA, 1998 GUALDIERI, 1998
	KADIWEU	GRIFFITHS & GRIFFITHS, 1976
Tucano	TUCANO	WEST, 1980
Yanomami	YANOMAMI	RAMIREZ, 1994
Não-classificada	SHANENAWA	CANDIDO, 2004
	KWASA	VOORT, 2004
	KANOE	BACELAR, 2004
	KARIRI	QUEIROZ, 2008
Língua isolada	TICUNA	ANDERSON, 1962
	TRUMAÍ	GUIRARDELLO, 1992; 1999

Quadro 3. Línguas indígenas do Brasil inicialmente selecionadas na segunda etapa

De posse desses materiais, iniciou-se uma investigação a fim de selecionar línguas em que as categorias evidencial e temporal eram expressas tanto no mesmo morfema, ou seja, em morfemas cumulativos, quanto em morfemas separados. Foram selecionadas gramáticas (i) em que a expressão dessas categorias ocorresse de forma gramatical, e não lexical; (ii) que apresentassem glosas e/ou material consistente no que se refere à explicação do comportamento dessas categorias nas línguas.

Muitas das descrições a que tivemos acesso para seleção do *corpus* tiveram de ser excluídas da amostra deste trabalho. Dentre os trabalhos descritos, notamos uma diferença muito grande na abordagem dos aspectos linguísticos a depender do intuito da pesquisa. Muitas das gramáticas se dedicavam ao estudo de aspectos específicos da morfologia ou da fonologia das línguas; outras, não apresentavam glosas, apenas exemplos com traduções; outras, ainda, focalizavam outro tópico linguístico, como estudos do léxico, criação de

dicionários, gramáticas de lições, etc., não trazendo informação necessária sobre as categorias aqui investigadas. Muitos desses fatores dificultaram a composição do *corpus*, pois, algumas vezes, encontrávamos a descrição de tempo e evidencialidade, mas éramos barrados pela falta de exemplos suficientes. Outras vezes, encontramos glosas que apontavam para a expressão do tempo e da evidencialidade, entretanto, não havia uma explicação sobre o comportamento dessas categorias. Outra dificuldade encontrada foi o fato de, quando expressos em morfemas diferentes, evidencialidade e tempo nem sempre estavam expressos em todas as sentenças. Mesmo sendo categorias obrigatórias das línguas selecionadas, muitas vezes havia a marcação explícita de tempo, mas não de evidencialidade, e vice-versa.

As razões que nos fizeram excluir da pesquisa determinadas línguas podem ser organizadas da seguinte forma:

- (i) línguas em que não há referência à evidencialidade, seja pelo fato de a língua não expressá-la, seja pelo fato de a gramática não a abordar;
- (ii) línguas em que a expressão do tempo e/ou evidencialidade é lexical;
- (iii) línguas em que a expressão do tempo e/ou evidencialidade é não obrigatória;
- (iv) línguas em que há a expressão gramatical das categorias de tempo e evidencialidade, mas o material é insuficiente para a análise dos dados.

Ao explicitar o percurso feito para selecionar as línguas, como faremos nos próximos parágrafos, acreditamos estar contribuindo com pesquisas posteriores, já que essas informações sobre as gramáticas podem servir de registro para outros estudos sobre o assunto.

Como casos de línguas que se enquadram em (i), podemos citar: GAVIÃO-PYKOBJÊ, GUARANI, GUATÓ, JABUTI, AWETI, CASHINAWA, KADIWÉU, KAIOWÁ, KANOÊ, KARAJÁ, KATUKINA, KUIKURO, MAXAKALI, MUNDURUKU, PANARÁ (o que é denominado evidencialidade na gramática, na verdade, é modalidade, discurso direto), SHANENAWA, TERENA, TICUNA,

WAPIXANA, WAURA (não há referência sobre a ocorrência dos subtipos evidenciais, com exceção de um possível uso lexical da evidencialidade reportativa), XAVANTE, YAWALAPITI, YAWANAWA.

Enquadram-se em (ii) as línguas AWETI, MUNDURUKU, BORORO e MOCOVÍ, que exprimem evidencialidade de forma lexical.

HUP apresenta um sistema evidencial e temporal complexo, entretanto, a expressão da evidencialidade não é obrigatória, enquadrando-se em (iii). As distinções temporais nessa língua (sendo a principal distinção futuro/não-futuro) são mais frequentes quando inferidas de noções aspectuais e contextuais, ao invés de serem formalmente marcadas.

Por razões diversas, como citamos acima, há um número razoável de línguas cujo material descritivo é insuficiente para os nossos propósitos (iv). A gramática da língua IKPENG aborda as categorias em análise, mas não traz exemplos suficientes. No material sobre a língua JURUNA, observa-se que há uma partícula reportativa encontrada nas glosas, entretanto, a gramática não traz nenhuma explicação sobre seu comportamento. Nessa língua, a distinção de tempo decorre da marcação de modo e aspecto. Não há marcação no verbo do tempo passado e do tempo presente, o futuro é indicado no verbo pelo modo *irrealis*. A língua apresenta uma distinção futuro vs. não-futuro, no entanto, o autor não propõe categoria de tempo para JURUNA e sim de modo, sendo a distinção básica *realis/irrealis*. KAIABÍ também apresenta, em toda a gramática, uma partícula evidencial, mas não há nenhuma explicação sobre seu funcionamento. Em WAYANA, o autor afirma que as partículas exprimem evidencialidade, entretanto, as partículas não são discutidas mais profundamente nesse trabalho, não trazendo, portanto, nenhum exemplo da expressão da evidencialidade nessa língua. APINAYE também apresenta material insuficiente, pois a gramática, em si, não trata de tempo, havendo poucas glosas com referência a futuro/não-futuro apenas.

Em APURINÃ, o autor afirma que a distinção básica temporal é futuro/ não-futuro, em

que apenas o tempo futuro é marcado, entretanto não há maiores explicações sobre como o sistema dessa língua diferencia os tempos do não-futuro. Ao que parece, esse tempo é marcado por morfema Ø e a distinção acontece por outras categorias, mas, por não haver maiores explicações sobre esse comportamento, essa língua foi excluída da amostra. Por se tratar de uma gramática de lição, COCAMA não apresenta material suficiente para análise, havendo, apenas, orações com traduções, sem nenhuma glosa.

Em KARIPUNA, além das glosas não serem suficientes para descrição, o autor apenas faz menção a um experienciador, mas não apresenta qualquer explicação sobre seu funcionamento. Ao que nos parece, esse experienciador apenas designa algo que o agente experimentou (por meio do paladar, como nos dois exemplos disponíveis na gramática), sem necessariamente relacionar isso à fonte da informação. A gramática de KARIRI disponível a nós traz apenas informações fonológicas. KARO apresenta um sistema evidencial muito rico, assim como HUP, entretanto, a categoria de tempo não é obrigatória. Em KAYABI, assim como em KAIWÁ, o tempo passado é expresso juntamente com ‘pessoa presente/pessoa não-presente’, entretanto, o comportamento dessa noção não é explicado. MAKUSHI apresenta informação insuficiente sobre tempo, julgando pelas glosas, apenas o tempo passado é marcado morfologicamente, a gramática não explica como é marcada a distinção entre presente e futuro. A gramática também não faz referência à evidencialidade, há um exemplo de quotativo, mas sem nenhuma explicação.

Em MOCOVI, a expressão do tempo é lexical. Tempo, modo e outras categorias aspectuais não são marcadas na forma verbal, e sim expressas com formas adverbiais. Grondona (1998) faz referência a um evidencial ligado ao verbo ou a outro elemento da expressão verbal que indica que o falante está dizendo algo que não testemunhou. Em NADEB, há expressão gramatical do tempo e há também uma partícula reportativa, entretanto a gramática apresenta raríssimos exemplos, mesmo quando buscados em todo o material. O

material disponível da língua PALIKUR trata apenas de aspecto. O material das línguas TUPI-KAWAHIB aborda apenas fonologia e léxico. Em TRUMAÍ, a categoria de tempo não é marcada morfologicamente no verbo, é expressa por meio de advérbios.

Na língua ASSURINÍ DO TOCANTINS, a marcação de tempo não é obrigatória, o verbo não recebe morfemas flexionais para indicar o tempo, as distinções temporais nas sentenças são feitas por meio de expressões temporais, partículas e aspectos. Há, contudo, um conjunto de partículas evidenciais cujo funcionamento, segundo Pereira (2009), ainda não está muito claro. Dentre elas, estão partículas de não-atestação, partículas de atestação, e uma outra partícula usada para indicar que o que está sendo dito é baseado em barulho, cheiro, em fatos existentes, reais. A língua AMAHUACA, anteriormente, havia sido selecionada para compor o *corpus* dessa pesquisa, pois apresentava expressão de tempo e também de evidencialidade por meio de um reportativo; entretanto, a gramática não apresentava glosas, apenas sentenças com tradução, e o número dessas sentenças era muito restrito, fazendo com que esse material fosse considerado insuficiente para a descrição.

As línguas MYKY e YUHUPMAKU foram excluídas pelo fato de que os diferentes materiais descritivos a que tivemos acesso traziam informações conflituosas. Na língua MYKY, a gramática de Montserrat (2000) e o artigo publicado por Montserrat e Dixon (2003) na obra *Studies in Evidentiality*, tratam o tema com algumas diferenças. Além disso, em MYKY, a diferença entre valores modais e evidenciais não é muito clara.

Já em YUHUPMAKU, tivemos acesso primeiramente ao texto de Bozzi (2002), que identificava os seguintes evidenciais: *hóh*⁻, inferencial 1 (equivalente à percepção de evento e também à dedução na tipologia de Hengeveld e Dall’Aglio Hattner (2012)); *dí*, inferencial 2 (equivalente à dedução); e *báh*, reportatividade. Posteriormente, um texto de 2012 nos foi disponibilizado, e, neste material, além de haver mais subtipos evidenciais, havia também diferença na expressão dos morfemas evidenciais, como, por exemplo, a ocorrência de dois

morfemas que indicam dedução (*ni* e *sun*), sendo que nenhum deles é equivalente ao descrito em Bozzi (2002). Essa incompatibilidade entre as descrições e a falta de tempo hábil para avaliá-las levou-nos a excluir essa língua do *corpus* da pesquisa.

Ao analisarmos as línguas para compor o *corpus*, verificamos também que, em algumas gramáticas, os autores afirmavam haver um sistema evidencial em determinada língua, mas, na verdade, esse sistema exprimia modalidade. Línguas como TIMBIRA, KWAZA, TIRIYÓ e PANARÁ são exemplos dessa ocorrência. Em TIMBIRA, por exemplo, os três morfemas que Alves (2004) afirma serem evidenciais (*jamã*, *mehã* e *mermã*) exprimem, nas palavras da própria autora, ‘um não comprometimento com o que se afirma’. O exemplo abaixo (retirado fielmente da gramática) ilustra um uso da partícula *jamã*, denominada evidencial pela autora:

TIMBIRA (ALVES, 2004, p.90)

- (10) Ke há **jamã** Toyota kato
 3 IRR EVD Toyota chegar
 ‘Parece que a Toyota vai chegar’

Os outros dois “evidenciais” são apresentados por meio de exemplos muito parecidos (em relação a um significado modal) a este acima. Esses tipos de partículas estão descritos na seção das partículas de modo e modalidade, que, segundo Alves (2004), precisam ser mais aprofundadas. Entretanto, essas partículas são glosadas como evidenciais, mesmo sendo modal a definição dada por ela (comprometimento com o que se afirma). Ao que nos parece, a categoria evidencial para Alves (2004) não se configura como uma categoria independente e sim como uma subcategoria da modalidade, por isso o uso indiscriminado dos dois termos.

Da mesma forma, em KWAZA, o autor afirma que o morfema *–tehere* (com variante *–cehere*) expressa um sentido de conjectura ou suposição, sendo um evidencial de dedução; pode também expressar algo duvidoso, uma questão indireta ou uma opinião em nome do falante. Com base nos exemplos analisados e na generalização dada para definir esse suposto

evidencial, consideramos que seu uso se aproxima mais de um uso modal. Outra referência que nos faz acreditar nesse uso ancora-se em Aikhenvald (2004, p.132) que, baseada em Voort (2000), afirma que KWAZA tem como única opção evidencial quotativo de discurso direto.

Após a seleção das línguas que faziam parte da segunda etapa da escolha do *corpus*, e adicionando as línguas já estabelecidas na primeira etapa, as seguintes línguas compõem o *corpus* dessa pesquisa:

Família	Língua	Referência
Tucano	WANANO	STENZEL, 2004
	DESANO	MILLER, 1999
	TUYUCA	BARNES, 1984
	YÊ-PA-MASA	RAMIREZ, 1997
	CARAPANA	METZGER, 1981
	TUCANO	WEST, 1980
Nambikwara	SABANÊ	ARAÚJO, 2004
	MAMAINDE	EBERHARD, 2009
	LAKONDÊ	TELLES e WETZELS, 2006 TELLES, 2002
	NAMBIKWARA	KROEKER, 2003a; 2003b
Arauá	JAMAMADÍ	CAMPBELL, 1977b
	JARAWARA	DIXON, 2004
Arawak	TARIANA	AIKHENVALD, 2003
Yanomami	SANUMÁ	BORGMAN, 1990
Tupí Tupí-Guarani Subgrupo VIII	GUAJÁ	MAGALHÃES, 2002; 2007
Tupí Tupí-Guarani Subgrupo IV	TAPIRAPÉ	PRAÇA, 2007
Tupí	KARITIANA	EVERETT, 2006 LANDIN, 1980 STORTO, 1999
	SATERÉ-MAWÉ	SILVA, 2010
	SURUÍ	BONTKES, 1985; 2009
Pano	MATSÉS	FLECK, 2003
	MATIS	FERREIRA, 2001; 2005
	YAMINAHUA	EAKIN, 1991 FAUST; LOOS, 2002
Macro-Jê	PARKATEJÊ	FERREIRA, 2003

Quadro 4. Línguas indígenas do Brasil selecionadas para composição do *corpus*

Expostas as línguas que foram utilizadas para a análise aqui apresentada, passamos para a descrição dos sistemas evidencial e temporal nessas línguas.

CAPÍTULO 3

A EXPRESSÃO DAS CATEGORIAS GRAMATICAIS EVIDENCIALIDADE E TEMPO NAS LÍNGUAS INDÍGENAS

As categorias evidenciais e temporais nas línguas aqui analisadas são expressas, na maior parte do *corpus*, por itens gramaticais cumulativos e, em alguns casos, por morfemas gramaticais não-cumulativos. Esse comportamento, no entanto, não deve ser considerado como característico das línguas indígenas do Brasil, uma vez que há uma tendência de as línguas com expressão cumulativa de tempo e evidencialidade serem descritas com mais detalhes, não sendo, assim, excluídas da composição do *corpus*.

No que se refere à expressão da evidencialidade, um dos objetivos deste trabalho é confirmar a hierarquia proposta por Hengeveld e Dall’Aglio Hattnher (2012), como abordado no capítulo 1. Neste capítulo, demonstraremos, separadamente, como são organizadas essas categorias e quais as interpretações semânticas possíveis decorrentes de suas subdivisões.

3.1 Evidencialidade

A expressão da evidencialidade encontrada no material descritivo de cada língua do *corpus* foi reanalisada segundo a tipologia proposta por Hengeveld e Dall’Aglio Hattnher (2012), ou seja, classificamos os evidenciais em reportatividade, inferência, dedução e percepção de evento. Assim, na língua TARIANA, que tem um sistema evidencial bastante complexo, por exemplo, classificações como *visual*, que expressa informação obtida por meio da visão, e *não-visual*, que expressa percepção por meio dos sentidos complementares à visão

são reanalisados como *percepção de evento* (seja ela visual ou não-visual); *inferido genérico*, empregado quando a ocorrência de um evento não testemunhado pode ser inferida a partir de conhecimento geral, é reanalisado como *inferência*; *inferido específico*, empregado quando há “provas” visíveis para determinado evento, como *dedução*; e *reportado* como *reportatividade*. A título de ilustração, o quadro abaixo apresenta a reclassificação dos evidenciais aqui feita:

	Percepção de evento	Dedução	Inferência	Reportatividade
WANANO	Visual/ não-visual	Inferência	Dedução	Hearsay
SABANÊ	Sensorial	Inferido	Neutro Inferido	Hearsay
JAMAMADÍ	Testemunha ocular	Verificada	Suposição	Relatada por testemunha ocular; relatada por testemunha não-ocular
DESANO	Visual	Inferido	Assumido	Hearsay
TUYUCA	Visual/ não-visual	Aparente	Assumido	Segunda-mão
MAMAINDÊ	Visual/ não-visual	Inferido	Conhecimento Geral	Reportado de 1ª mão; Reportado de segunda-mão
TARIANA	Visual/ não-visual	Inferido específico	Inferido genérico	Reportado
MATSÉS	Experiência direta	Inferência	Suposição	
NAMBIQUARA	Observação individual; Observação coletiva	Dedução individual; Dedução coletiva		Narrativa Individual; Narrativa Coletiva
YÊ’PA-MASA	Vista/ sentida	Dedutiva		Reportativa
SANUMÁ	Testemunhado	Verificado	Suposto	Verificado
LAKONDÊ	Visual/ não-visual	Inferência sensorial		Reportativo/ quotativo
CARAPANA	Definido	Evidente		Reportativo

GUAJÁ	Atestado			Mediativo
JARAWARA	Testemunhado/ não-testemunhado	Não-testemunhado	Não-testemunhado	Reportativo
KARITIANA				Reportativo
MATIS	Experiencial	Inferencial		Reportativo
PARKATEJÊ	Visual/ não visual	Inferencial		Reportativo
SATERÉ-MAWÉ	Atestado/ atestado visual			Reportiva
SURUÍ				Hearsay
TAPIRAPÉ	Atestado	Inferência		Não atestado
TUCANO	Presenciado	Comprovado	Supositivo	Reportativo
YAMINAHUA	Testimonial			Reportativo

Quadro 5: Reanálise dos evidenciais segundo Hengeveld e Dall'Aglio Hattner (2012)

Nota-se, pela leitura da tabela acima, que, em alguns subtipos evidenciais, a mesma nomenclatura é empregada para diferentes subtipos, como, por exemplo, a terminologia “verificado” da língua SANUMÁ, que é utilizada para se referir tanto à dedução quanto à reportatividade. Essa expressão polissêmica dos evidenciais é discutida mais profundamente no item 3.1.5 Formas evidenciais polissêmicas.

Demonstrada a forma como reanalisamos os subtipos evidenciais nesta pesquisa, passaremos a descrever cada subtipo. A fim de facilitar a compreensão da grande quantidade de informações a seguir apresentada, adotaremos como critério de organização a divisão em subseções para cada subtipo evidencial.

3.1.1 Reportatividade

Dentre os evidenciais presentes nas línguas aqui analisadas, os mais comuns são o reportativo ou *hearsay* e a percepção de evento. A reportatividade pode ocorrer em todas as

línguas do *corpus*, com exceção de MATSÉS, ou ser o único tipo evidencial a ocorrer em determinada língua, como as línguas KARITIANA e SURUÍ, as únicas que só expressam a reportatividade em seus sistemas evidenciais.

KARITIANA apresenta um sufixo evidencial que se liga ao radical verbal para sugerir que o falante ouviu uma informação de segunda mão sobre a ocorrência de um evento particular:

KARITIANA (EVERETT, 2007, p.282)

(11) a-taka-tat-**sarit**-Ø

2S.ABS-NSAP-ir-**REP**-NONFUT

‘Você foi, eu ouvi’

Ao contrário do que ocorre em KARITIANA, que só expressa a evidencialidade reportativa, MATSÉS é, dentre todas as línguas que compõem o *corpus* desta pesquisa, a única que não apresenta um evidencial gramatical reportativo. Há, entretanto, outras estratégias para marcar que a fonte da informação foi adquirida por terceiros. Em MATSÉS, por exemplo, há uma estratégia lexical para marcar *hearsay* por meio de verbos quotativos. Segundo Fleck (2003), esses verbos não fazem parte formalmente do paradigma da morfologia evidencial, por isso ficam excluídos do sistema evidencial, enquadrando-se como uma estratégia lexical que permite ao falante transmitir informação de terceiros. Estratégias lexicais para expressar evidencialidade, tal como ocorre com o reportativo em MATSÉS, não são analisadas no recorte deste estudo, por isso esta língua não se classifica como tendo expressão da evidencialidade reportativa, apenas os outros três subtipos.

Em MAMAINDÊ, língua que apresenta um sistema evidencial complexo, marcando os quatro subtipos, o falante pode reportar um evento por meio de dois diferentes morfemas que expressam dois diferentes significados: reportado de segunda e de terceira-mão. Esse tipo de evidencial co-ocorre obrigatoriamente com o evidencial de percepção de evento não-visual,

fato natural já que, segundo Eberhard (2009, p. 459), ambos os evidenciais expressam a fonte da informação por meios auditivos.

MAMAINDÊ expressa a categoria evidencial juntamente com a categoria temporal, entretanto, os evidenciais reportativos não se acumulam a nenhum tipo de tempo. Nesse tipo de construção, a expressão do tempo fica a cargo do evidencial percepção de evento não-visual, como podemos notar no exemplo (12), em que o morfema *-hĩn* (percepção de evento, passado) indica que se trata de um evento no passado.

O evidencial reportativo de segunda-mão *-satau* é empregado para relatar o que foi aprendido com os outros, normalmente sem citar a fonte original. Quando o falante opta por citar a fonte específica de segunda-mão com citações diretas, ele geralmente adiciona o verbo “dizer” no final da citação, sem empregar o evidencial reportativo. Segundo Eberhard (2009), entretanto, há situações em que a citação direta pode ocorrer com o morfema reportativo, sendo que, nesses casos, o evidencial “parece adicionar ênfase ao fato de que a citação não vem do falante” (EBERHARD, 2009, p. 461). O exemplo a seguir ilustra a expressão desse evidencial de segunda-mão:

MAMAINDÊ (EBERHARD, 2009, p.460)

- (12) jahon ?aik-tu tanik-ta?
 velho.homem campo-FNS enterrar-CONN(AND).SS

 nan-**satau**-le-Ø-hĩn-wa
 chorar-**REP**-I.PST-SBJ.3-PST.PERC.NONVIS-DECL
 ‘Eles enterraram o velho homem no campo e choraram (muitos anos atrás)’
 (e eu sei isso porque alguém me disse)

O evidencial de terceira-mão *-sĩn* é empregado quando o falante reporta o que outros disseram que ouviram de uma terceira fonte. Segundo Eberhard (2009, p.462), este tipo evidencial só ocorre com o evidencial percepção de evento não-visual no tempo presente, */-nha/*:

MAMAINDÊ (EBERHARD, 2009, p.462)

- (13) ta-tukwinʔni-tu ʔaik-tu tau-**sĩn**-Ø-nha-wa
 POSS.1-sogro-FNS campo-FNS limpar-**REP**-SBJ.3-PRS.PERC.NONVIS-DECL
 ‘Meu sogro está limpando o campo.’
 (e eu sei isso porque alguém disse que disseram para ele isso)

Em WANANO, há dois tipos reportativos. Segundo Stenzel (2004), a diferença entre eles não está no tempo que cada um indica, já que ambos referem-se ao passado, e sim na distinção entre a fonte de referência de terceiros: definida (14) ou indefinida (15). Para a autora, o morfema *–yu’ka* pode ser usado quando o falante está se referindo a algo que ele acabou de ouvir, normalmente de uma pessoa envolvida diretamente no evento, já o morfema *–yu’ti* indica que o falante já não tem mais acesso à fonte original da informação, sendo o referente não identificado, indefinido.

WANANO (STENZEL, 2004, p.410)

- (14) ti-ro wu’u-pu wa’a-**yu’ka**
 ANAPH-SG casa-LOC ir-REP.DEF
 ‘(Alguém me disse que) Ele foi para casa’.

No exemplo abaixo, a referência do relato está perdida, não é mais conhecida, não se sabe ao certo qual é a fonte original da informação, por isso o morfema *–yu’ti* é adicionado ao predicado:

WANANO (STENZEL, 2004, p.410)

- (15) ti-ro wu’u-pu wa’a-**yu’ti**
 ANAPH-SG casa-LOC ir-REP.INDF
 ‘(Eles dizem que) Ele foi para casa’.

3.1.2 Inferência

A categoria evidencial inferencial, que opera na camada mais alta do Nível Representacional, a do conteúdo proposicional, evidencia que falante obteve a informação por meio de cálculos mentais baseados em sua experiência prévia ou em informação disponível aos falantes. Por estar na mais alta camada do Nível Representacional, assim como afirmam Hengeveld e Dall’Aglio Hattner (2012), a inferência só ocorre nas línguas se os outros evidenciais do mesmo nível, a saber, percepção de evento e dedução, também ocorrerem. Essa hierarquia se confirma com os nossos dados, já que, sempre que uma língua expressa inferência, expressa também os outros dois subtipos acima citados.

Em DESANO, em que evidencialidade e tempo são marcados cumulativamente, a inferência expressa que o falante não viu, nem está vendo o evento, mas supõe que o evento aconteceu ou está acontecendo com base no seu conhecimento dos hábitos das pessoas envolvidas. Pode também ser usado nas lendas, principalmente quando os novos estão ouvindo histórias dos mais velhos.

DESANO (MILLER, 1999, p. 67)

- (16) ẽrã gia wa-kĩ ĩ?ã tura -ro bihawere-**yũ-bã**
 3.PL 1.PL.EXCL ir-SR ver ser.forte-DVB ficar.triste-**INFER.PST-3.PL**
 ‘Vendo-nos partir, eles provavelmente ficaram muito tristes’
 (já que geralmente se fica triste ao ver amigos partirem)

Em MAMAINDÊ, a inferência é expressa por meio do sufixo de conhecimento geral, que faz referência a eventos habituais de que os falantes estão cientes e a conceitos de ampla aceitação na comunidade. Por fazerem parte do repertório cultural da língua, estando assim ligados ao que é amplamente conhecido pela comunidade, os mitos são exemplos típicos desse subtipo evidencial. O morfema característico desse subtipo é *-nĩnta*, com as variantes -

ĩnta~-nta. Ao lançar mão desse morfema, o falante afirma que está passando uma informação que qualquer adulto nativo membro da comunidade saberia, como exemplificado abaixo:

MAMAINDÊ (EBERHARD, 2009, p.463)

- (17) *waʔnĩn-soʔka* *janãñ-tu* *sun-jeʔ-Ø-ĩnta-wa*
 pajé-NCL.HUM *jaguar-FNS* *matar-EMPH-SBJ.3-INFER-DECL*
 ‘O pajé matou o jaguar’
 (todo mundo sabe porque isso é uma história famosa)

MAMAINDÊ (EBERHARD, 2009, p.463)

- (18) *ta-tukwinʔni-tu* *ʔaik-tu* *tau-Ø-nta-wa*
 POSS.1-sogro-FNS *campo-FNS* *limpar-SBJ.3-INFER-DECL*
 ‘Meu sogro está limpando o campo.’
 (todo mundo sabe isso porque ele tem feito isso todo dia por um mês)

Em MATSÉS, a inferência pode ser expressa por diferentes morfemas, a depender do tempo em que ocorre: inferência sobre algo que ocorreu há aproximadamente um mês (19); e inferência sobre um evento que ocorreu há mais de um mês (20). Ao utilizar esse evidencial, o falante relata um evento que não vivenciou, não ouviu falar e tampouco possui evidências resultantes.

MATSÉS (FLECK, 2003, p.418)

- (19) *ně-bi* *poshto* *daëdpatsëc-quio*
 agora-EMPH *macaco.lanoso* *pouco-AUG*

ic-na-ash

ser/estar-INCEP-INFER.REC.PST

‘Agora começou a ter poucos macacos lanosos’

- (20) miqued cadau uënës-**nēdash**
 Miguel Grau morrer-INFER.DIST.PAST
 ‘Miguel Grau está morto (há muito tempo)’

3.1.3 Percepção de evento

O evidencial percepção de evento, que opera na camada mais baixa do Nível Representacional, a camada do estado-de-coisas, é empregado quando o falante tem acesso direto à fonte da informação pelos diversos sentidos, seja visual, auditivo, olfativo, etc. A distinção maior entre as línguas ocorre pela diferença entre visual e não-visual, como se pode notar nos exemplos abaixo da língua MAMAINDÊ:

MAMAINDÊ (EBERHARD, 2009, p. 456)

- (21) ta-tukwinʔni-tu na-ʔaik-tu tau-**lat^ha-Ø**-wa
 POSS.1-sogro-FNS POSS.3-campo-FNS limpar-SBJ.**3.PERC.VIS-PRS-DECL**
 ‘Meu sogro está limpando seu campo’.
 (E eu sei isso porque acabei de vir do campo e o vi trabalhando)

MAMAINDÊ (EBERHARD, 2009, p.457)

- (22) wetwainʔ-tu na-waʔjona-t^hã siha
 menina-FNS POSS.3-menstruar-NCL(COISA) casa

 tai-hĩʔ hain-Ø-**hĩn**-wa
 tirar-CONN(ENTÃO).DS cantar-SBJ.**3-PERC.NONVIS.PST-DECL**
 ‘Depois que a menina menstruou, eles cantaram (hoje de manhã)’
 (e eu sei isso porque escutei o começo da música da puberdade)

A maior parte das descrições das línguas sobre a percepção de evento apenas apresenta morfemas para marcar que interlocutor teve contato direto com a fonte, sem se referir ao tipo específico de evidência sensorial expresso por determinado morfema. O sentido mais recorrente é a visão, como ocorre, por exemplo, em MATIS, em que o locutor marca este tipo evidencial quando participa do evento:

MATIS (FERREIRA, 2005, p.125)

- (23) *tfawa-Ø şapu-n tonka-a-ş*
 queixada-ABS şapu-ERG matar.com.arma-REC.PST-3.PERC
 ‘şapu matou a queixada’ (o enunciador participou do evento)

Em DESANO, o evidencial de percepção de evento ocorre para marcar que o falante teve contato visual com o acontecimento descrito; quando a percepção ocorre por outros sentidos, usa-se o evidencial visual acompanhado do verbo *-kari*, que significa “parecer” (MILLER, 1999, p.65). O exemplo (24) descreve que a aquisição da informação ocorreu por meio da visão e o exemplo (25) por meio de outros sentidos:

DESANO (MILLER, 1999, p.69)

- (24) *asũ -a-bĩ*
 comprar-PERC.VIS.REC.PST-3.M.SG
 Ele comprou recentemente.

DESANO (MILLER, 1999, p.66)

- (25) *bupu bĩsi-gĩ kari-bĩ*
 trovão barulho-M.SG PERC.NONVIS.PRS-3.M.SG
 ‘Está trovejando’ (Eu posso ouvir o trovão)

Essa diferença presente em DESANO não é comum nas demais línguas. Na expressão

do evidencial de percepção de evento, na maior parte das línguas, a mesma forma é reponsável por marcar a percepção direta do evento independentemente do tipo de sentido envolvido. Nos poucos casos em que houve uma distinção formal, esta ocorreu entre o evidencial visual e não-visual, como é o caso de DESANO e MAMAINDÊ acima ilustrados.

3.1.4 Dedução

A evidencialidade dedutiva, mais recorrente nas línguas do *corpus* do que a inferencial, depende da percepção de evento para ocorrer. Na expressão da dedução, o falante afirma determinada informação com base em evidências perceptivas resultantes. De acordo com Hengeveld e Dall’Aglio Hattner (2012), este subtipo evidencial opera na camada do episódio, o que é “garantido pelo fato de que a dedução necessariamente envolve, pelo menos, dois estados-de-coisas relacionados: um percebido e um deduzido: o falante deduz a ocorrência de estado-de-coisas, o deduzido, com base em outro estado-de-coisas, o percebido”.

O reconhecimento desses dois estados-de-coisas é bem visível em MATSÉS, pois a própria língua distingue de maneira muito interessante esses eventos no momento da marcação temporal. Nessa língua, a dedução é empregada quando o falante não experienciou o evento, mas dispõe de evidências resultantes, o que significa que o próprio enunciador percebe a evidência que o leva a afirmar que determinado evento ocorreu. O morfema que expressa dedução é também responsável por marcar a distância temporal entre o evento e a detecção do mesmo.

MATSÉS (FLECK, 2003, p. 409)

- (26) shēctenamë cuen-**ac**
 pecari.de.lábios.branco passar.por-**RECPST.DED**
 ‘O pecari (javali americano) de lábios brancos (evidentemente) passou por (aqui)’
 (disse observando marcas/pistas recentes)³⁸.

Em MATSÉS, segundo Fleck (2003), quando a fonte da informação é inferida por meio da evidência de resultados, ou seja, dedução, duas distâncias temporais podem ser especificadas no verbo: (i) a duração de tempo do momento em que o evento aconteceu até o momento em que a evidência foi detectada (marcado linguisticamente pelo morfema de dedução); e (ii) o tempo da detecção da evidência até o momento do relato verbal (marcado linguisticamente pelo morfema de percepção de evento). Essa organização é denominada pelo autor de “tempo duplo”. Entretanto, não é sempre necessário marcar linguisticamente esses dois momentos; segundo Fleck (2003), se a evidência está disponível no momento da fala, apenas se marca a distância temporal do evento até a detecção do mesmo, pois a distância entre a detecção e o momento do relato é interpretada como momento presente. No exemplo acima, nota-se apenas a marcação da dedução, ou seja, é marcada como passado recente a distância entre o momento em que o pecari passou até o momento em que o falante detectou as marcas da pegada. A distância da detecção até o relato é marcada como presente, pois ela está disponível no momento da fala.

Em MAMAINDÊ, a dedução é empregada para exprimir que a fonte da informação de determinado evento foi obtida por meio de provas circunstanciais que não comprovam, mas sugerem fortemente a ocorrência desse evento. Há diferentes morfemas para marcar esse subtipo evidencial, a depender do tempo em que é empregado. No presente, é marcado pela forma *-sihna*, no passado recente por *-ntĩn*, no passado imediato por *-le+ -ntĩn*, e no passado

³⁸ ‘White-lipped peccaries (evidently) passed by (here)’ [looking at fresh tracks].

distante por *-sihĩn?*.

MAMAINDÊ (EBERHARD, 2009, p.459)

- (27) waʔnĩn-soʔka janãn-tu sun-le-Ø-**ntĩn**-wa
 pajé-NCL.HUM jaguar-FNS matar-I.PST-SBJ.3-**RECPST.DED**-DECL
 ‘O pajé matou o jaguar (ontem)’
 (e eu sei isso porque ele estava vestindo uma pele de jaguar hoje)

Ramirez (2007, p. 137) afirma que, em YE’PA-MASA, a dedução ocorre quando há uma prova para se fazer determinada afirmação: o falante descreve um evento que não testemunhou, mas que percebeu com base em indícios sensoriais. Nessa língua, os morfemas evidenciais se fundem aos morfemas de tempo e de pessoa.

YE’PA-MASA (RAMIREZ, 2007, p. 138)

- (28) koô utí-**á-põ**
 Ela chorar-**RECPST.DED.3+F.SG**
 ‘(deduzo que ela) chorou (prova: marcas de lágrima no rosto)’

A necessidade de haver evidências resultantes, indícios sensoriais, da ocorrência de um evento diferencia o evidencial dedutivo do evidencial inferencial. Neste último, o falante infere um evento com base em seu conhecimento de mundo sobre o acontecimento dos fatos, sem se basear em provas resultantes.

3.1.5 Formas evidenciais polissêmicas

Uma mesma forma evidencial pode marcar dois usos semanticamente diferentes, como acontece com a partícula inferencial de PARKATEJÊ. Nessa língua, Ferreira (2003) descreve

A partícula de fonte da informação *pa* é capaz de expressar tanto o subtipo dedutivo quanto o inferencial; seu uso indica dedução, decorrente de uma evidência sensorial, tal como ouvido, baseado em observação, ou inferência, com base em notícia anônima que corre publicamente sem confirmação. Diferentemente do que acontece com a percepção de evento e a reportatividade nessa língua, essa partícula não ocorre cumulativamente ao tempo, e nos exemplos em que aparece, não há nenhuma partícula temporal.

Uma mesma forma com dois usos diferentes também pode ser encontrada em SANUMÁ, em que o morfema evidencial *noa/no* é usado para expressar que o falante deduziu determinada informação por ver alguma evidência resultante ou a adquiriu por ouvir a informação de alguém que presenciou o evento. No presente, segundo Borgman (1990), dedução e reportatividade são expressas apenas pela forma *noa/no*, entretanto, no passado, além dessa, há outras formas para indicar dedução, como: *thai*, para indicar passado imediato, e *thali*, para indicar passado distante.

No primeiro exemplo abaixo, a evidencialidade exprime dedução e, no segundo, reportatividade.

SANUMÁ (BORGMAN, 1990, p.22)

(32) Hisa ai te lo-ma ku-o sai-o
aqui outro 3:SG sentar-COMPL estar-PUNCT realmente-PUNCT

noa ta

DED óbvio

‘Alguém sentou aqui. Isso é muito evidente que foi realmente aqui.’³⁹

³⁹ Sentença original da gramática: “Here someone sat. It is very evident that (someone) really was here”.

SANUMÁ (BORGMAN, 1990, p.28)

(33)	wa	tōpō	tāpā	asa	noa
	2.SG	3.PL	presentear	exclusivamente	REP
	thali		a		
	DED.DIST.PST		surprise		
	‘(Eu escutei) que você presenteou apenas a eles.’ ⁴⁰				

No caso dessa língua, os dois evidenciais expressos não estão em camadas contíguas, entretanto pertencem a níveis diferentes: a dedução faz parte do Nível Representacional e a reportatividade, do Nível Interpessoal. Segundo Hengeveld e Dall’Aglio Hattnher (2012), “no curso do processo de gramaticalização, os marcadores gramaticais podem pular de uma função representacional para uma interpessoal. E para que isso ocorra não é necessário que o marcador complete toda a cadeia representacional”⁴¹. Desse modo, a possibilidade da ocorrência de um evidencial dedutivo e um reportativo não se configura como um possível contra-exemplo da relação hierárquica existente entre os subtipos evidenciais aqui analisada, já que o salto de um nível para outro, sem a necessidade de preenchimento das camadas, é prevista pela teoria.

Em JARAWARA, há um morfema evidencial que, segundo Dixon (2004), marca eventos não-testemunhados, que pode indicar tanto dedução como inferência. O sistema evidencial de JARAWARA é dividido em testemunhado e não-testemunhado, além de um termo reportativo. O evidencial testemunhado refere-se a tudo o que o falante testemunhou por meio dos sentidos, sejam eles a visão, audição ou olfato, ou seja, trata-se da evidencialidade de percepção de evento; e o evidencial não-testemunhado refere-se a tudo o que o falante não testemunhou.

⁴⁰ Sentença original da gramática: “(I heard that) you gave goods away to them only!”

⁴¹ “In the course of a grammaticalization process grammatical markers may step over from a representational to an interpersonal function. For this step to occur, it is not necessary for a marker to first complete the entire representational chain”.

Este último pode referir-se tanto à evidencialidade dedutiva quanto à evidencialidade inferencial.

Nessa língua, o uso de um morfema característico da percepção de evento (testemunhado) em contraste com o uso do morfema não-testemunhado com sentido de dedução depende do conteúdo semântico do sujeito da oração. Como exemplo, Dixon (2004) cita uma situação em que o narrador está esperando pela lancha que pertence a um padre católico na beira do rio. Ao ouvir o barulho da lancha, o narrador pode usar um morfema de percepção de evento se empregar “o barulho da lancha” na posição de sujeito, como demonstra o exemplo abaixo:

JARAWARA (DIXON, 2004, p. 205)

- (34) [moto ati]_s ka-tima-**re**-ka
 Lancha barulho em.movimento-rio.acima-**IMM.PST.PERC.M-DECL.M**
 ‘O barulho da lancha está vindo rio acima’ (o barulho pode ser ouvido)

A percepção de evento por meio da audição, como ocorre no exemplo acima, é restrita, segundo Dixon (2004), a sentenças em que um sintagma nominal sujeito se refere explicitamente ao barulho, ao som ouvido/percebido.

Caso o narrador opte por dizer que a lancha está vindo rio acima, colocando como sujeito o sintagma nominal “a lancha”, ele não pode mais utilizar um morfema que expressa percepção de evento, pois ele não vê a lancha (embora ouça o barulho dela). Nesse caso, o falante deduz com base no barulho que a lancha está vindo. No exemplo (34), o narrador pode ouvir/perceber ‘o barulho da lancha’ (sintagma nominal); já em (35), o falante não pode ver nem ouvir ‘a lancha’ (sintagma nominal), por isso a ocorrência de não-testemunhado, que, nesse exemplo, tem sentido de dedução, já que se faz determinada afirmação com base em alguma evidência (o barulho da lancha).

JARAWARA (DIXON, 2004, p.205)

(35) moto_s ka-time-**no**

Lancha em.movimento-rio.acima-**IMM.PST.DED.M**

‘A lancha está vindo rio acima’ (embora ela ainda não possa ser vista)

Esse mesmo morfema, que no exemplo acima pode ser lido como dedução, é capaz também de marcar inferência. No exemplo a seguir, Dixon (2004) afirma que o narrador inferiu que Wero, que estava dormindo, desceu de sua rede, fato não visto diretamente pelo narrador, por isso o emprego do evidencial *no*; já o momento em que Wero saiu da casa foi testemunhado pelo narrador, sendo então marcado pelo morfema de percepção de evento, como se nota:

JARAWARA (DIXON, 2004, p.204)

(36) Wero_s kisa-me-**no**

Wero.m descer-costas-**IMM.PST.DED/INFER.M**

ka-me-hiri-ka

estar.em.movimento-costas-REC.PST.PERC.M-DECL.M

‘Wero desceu da sua rede (que eu não vi), e saiu (que eu vi)’

Como observado acima, muitas vezes, a distinção entre os subtipos evidenciais ocorre no sistema temporal: um evidencial pode apresentar diferentes marcações formais para cada um dos tempos disponíveis nas línguas. Outras vezes, não há nenhuma relação entre as duas categorias, sendo cada uma delas expressa em um morfema específico. Considerando que a organização do tempo nas línguas indígenas ocorre de forma bastante diversificada, o próximo tópico descreve essas diferentes formas de expressão.

3.2 Tempo

Considerando que a organização das línguas naturais ocorre de maneira única e particular, refletindo parte da cultura, da sociedade e da visão de mundo dos falantes, a forma como as línguas indígenas do Brasil organizam seu sistema gramatical temporal ocorre de maneira bastante interessante. Nas línguas indígenas em análise, a categoria temporal pode ser expressa por morfemas flexionais no verbo ou por partículas, e as relações temporais são marcadas de forma bastante diversificada. Em TUCANO, por exemplo, que expressa o tempo por meio de sufixos, a categoria tempo, juntamente com as divisões evidencias, apresentam nove oposições formais: presente; passado subdividido em imediato, remoto, enfático (cumulativo ao evidencial percepção de evento); passado supositivo e passado reportativo; e futuro, subdividido em indefinido, definido e negativo. Essa distinção entre os tempos nas línguas indígenas é muito comum e há uma grande variedade dessas concepções envolvida na organização temporal. A respeito da localização do evento no tempo pelas línguas que especificam a duração do período entre a localização do evento e o intervalo de referência de tempo, Boland (2006, p.57) afirma que

essas línguas têm diferentes codificações para os eventos que são situados relativamente perto ou relativamente longe do momento de referência ou do momento da fala. Isso conduz a categorias como passado remoto, passado recente, futuro imediato ou futuro remoto. Algumas línguas têm uma codificação diferente para o que acontece hoje, ou antes de hoje, ou elas distinguem entre eventos passados que aconteceram hoje, eventos passados que aconteceram ontem e eventos passados que aconteceram anteontem.

Algumas línguas apresentam, assim como o português, a distinção passado, presente e futuro. Outras, diferentemente, apresentam divisões binárias, como a oposição passado/ não-passado, como MATIS, e futuro/não-futuro, como KARITIANA. Em línguas que distinguem futuro de não-futuro, por exemplo, o não-futuro faz referência a eventos passados e eventos

presentes, e, muitas vezes, o falante recorre a outras estratégias, tais como uso de lexicais e/ou de noções aspectuais, para distinguir essas duas noções semânticas. A língua KARITIANA, que expressa a relação temporal em um sistema binário que opõe futuro/ não-futuro, para distinguir passado de presente, normalmente, faz uso de uns dos marcadores de aspecto progressivo disponíveis na língua para classificar um evento como presente. Nessa língua, quando não há nenhum sufixo de aspecto, interpreta-se o evento como tempo passado. PARKATEJÊ, língua que distingue passado, presente e futuro, expressa o tempo por meio de partículas; entretanto, em algumas sentenças com verbos ativos, quando há palavras adverbiais que fazem referência ao tempo, as partículas podem ser omitidas, dessa forma, a interpretação do tempo pode ser feita pelo contexto ou por palavras adverbiais.

A fim de permitir uma análise mais sistemática dos tempos nas diferentes línguas, elaboramos o quadro abaixo, cientes de que enquadrar os intervalos temporais específicos de cada língua em um padrão não é tarefa simples, uma vez que não há uma forte regularidade entre eles. Ao reanalisarmos os tempos com o intuito de estabelecer uma maior sistematização, dividimos o passado apenas em recente e remoto. Nessa reanálise, o passado recente se refere a eventos ocorridos entre o dia da realização do ato de fala (hoje) e aproximadamente um mês atrás, e o passado remoto a eventos ocorridos entre um mês atrás até a criação do mundo. Este tempo pode vir a ser anterior à vida do falante.

Línguas	Passado			Presente	Futuro	
	Recente		Remoto			
KARITIANA	Não-futuro				Futuro	
SATERÉ-MAWÉ	Não-futuro				Futuro	
WANANO	Perfectivo			Imperfectivo	Irrealis	
SABANÊ	Passado			Presente	Futuro	
TUYUCA	Passado			Presente		
SURUÍ	Passado			Presente	Futuro	
DESANO	Recente		Remoto	Presente	Futuro	
TARIANA	Recente		Remoto	Presente	Futuro	
YÊ-PA-MASA	Recente		Caducado	Presente	Futuro	
PARKATEJÊ	Recente		Remoto	Presente	Futuro	
GUAJÁ	Recente		Remoto	Presente	Futuro	
CARAPANA	Imediato	Regular		Histórico	Presente	Futuro
MAMAINDÊ	Recente	Intermediário		Distante	Presente	Futuro
NAMBIKWARA	Recente	Passado		Remoto	Presente	Futuro
TUCANO	Imediato	Remoto			Presente	Futuro
LAKONDÊ	Recente	Anterior (perfeito) e Não-recente			Presente	Futuro
SANUMÁ	Imediato e Recente	Distante			Presente	Futuro
JAMAMADÍ	Imediato		Remoto	Remotíssimo	Presente	Futuro
	Irrelevante ⁴²					
JARAWARA	Imediato		Recente	Distante	Presente	Futuro
TAPIRAPÉ	Recente		Médio	Remoto	Presente	Futuro
MATSÉS	Recente		Remoto	Distante	Presente	Futuro
MATIS	Imediato	Não-recente	Distante e Indeterminado		Não-passado	
YAMINAHUA	Imediato	Recente	Distante	Remoto	Presente	Futuro

Quadro 6: Reanálise da divisão dos intervalos temporais

Essa divisão é muito efetiva para estabelecermos relações entre cada subtipo evidencial e um determinado tempo, assim como faremos no capítulo 4. Entretanto, manteremos as nomenclaturas dadas pelos autores ao longo desta pesquisa, principalmente quando estivermos abordando especificamente as diferentes divisões temporais das línguas. O

⁴² O uso desse passado indica que a informação a respeito do contexto temporal não é assinalada de forma explícita.

quadro acima demonstra qual tipo de passado é equivalente a passado recente ou remoto, como, por exemplo, em YAMINAHUA: o que é subdividido em imediato e recente nessa língua, para a reanálise, é visto apenas como recente.

A fim de melhor organizar a exposição dos dados, essa seção será subdividida em presente, passado e futuro, pois são essas as oposições temporais presentes na maioria das línguas.

3.2.1 Presente

O presente é o tempo que apresenta o menor número de variações semânticas. Normalmente, engloba apenas o momento da fala, como em PARKATEJÊ. Entretanto, são possíveis outras interpretações para esse tempo. Em NAMBIQUARA, por exemplo, o presente se refere apenas a uma ação em curso (37), pois as ações ocorridas hoje são expressas pelo passado recente (38).

NAMBIQUARA (KROEKER, 2003, p. 36-7)

(37) Wa³kon³-Ø- te²la¹xã³?

trabalhar-3SG-INTER.PERC.PRS

'Ele está trabalhando?'

(38) Wa³kon³-Ø- te²ta²na²?

trabalhar-3SG-INTER.PERC.RECPST

'Ele estava trabalhando hoje?'

Embora a interpretação da glosa do exemplo (38) esteja no gerúndio, o único exemplo

em que se pode afirmar com certeza que se descreve um evento em curso é o exemplo (37), modificado pelo tempo presente, já que, nessa língua, como dito acima, o presente é responsável por marcar eventos em curso. O exemplo (38) apenas descreve um evento que ocorreu em um passado recente, que, em NAMBIQUARA, significa um acontecimento passado hoje, seja essa ação durativa ou não.

Esse uso do presente para descrever eventos que acontecem no momento da fala ou estão acontecendo no momento da fala é bastante comum nas línguas do *corpus*, e, assim como ocorre em NAMBIQUARA, o passado recente é responsável por localizar ações que já ocorreram no dia de hoje. Em YE'PÂ-MASA, uma situação que ocorreu num passado bastante recente e seus efeitos se estendem até o momento presente é marcada pelo sufixo de passado recente ou vigente, sendo o tempo presente apenas empregado para descrever situações que ocorrem exatamente no momento do enunciado.

YE'PÂ-MASA (RAMIREZ, 1997, p.127)

(39) yi'î apê-á-pi

Eu brincar-RECPST.PERC.outras pessoas

‘Eu brinquei (lit. vi que brinquei; logo não estou brincando mais, senão, teria usado uma forma vista (percepção de evento) no presente)’

YE'PÂ-MASA (RAMIREZ, 1997, p.128)

(40) koô dī'kó ohâ+bāsi-gó dīi-bō

Ela única escrever+saber-NMLZ+F.SG ser-PRS.PERC.3+F.SG

‘ela é a única a saber escrever (o locutor tem a pessoa em frente dele escrevendo)’

O exemplo (39) descreve uma situação que o falante afirma não acontecer mais, pois não há nada no momento da fala que conduza o falante a afirmar que a situação ocorre (ou está ocorrendo) no momento presente, contrariamente ao exemplo (40), em que o falante vê a mulher escrevendo e, por isso, afirma que ela sabe escrever, utilizando, para tanto, um

morfema indicador de presente.

MATSÉS possui um sistema evidencial/temporal bastante completo. Nessa língua, a percepção de evento só ocorre no presente se (i) o evento, (ii) a detecção desse evento, e (iii) o relato do acontecimento desse evento forem simultâneos, caso contrário, se um evento/estado estiver ocorrendo no momento da fala, mas não puder ser visto/percebido, deverá ser reportado no passado. Segundo Fleck (2007, p.596), isso faz sentido se considerarmos que a última vez que o evento foi testemunhado tem de estar no passado. Interessantemente, se alguém perguntar algo sobre uma pessoa que não está presente, essa pergunta deverá estar no passado, mesmo se se quer saber algo presente. Apenas é marcado no tempo presente fatos, informações, eventos que estão no campo de visão dos falantes no momento da interação. Fleck (2007) afirma que se alguém perguntar quantas esposas um homem tem e essas esposas não estiverem presente no momento da interação, tanto a pergunta quanto a resposta devem estar no passado, como pode ser demonstrado no exemplo abaixo:

MATSÉS (FLECK, 2007, p.596)

- (41) Tedtsi min chido ik-**o**-sh
 Quantas 2.SG.GEN mulher ser-**REC.PST.PERC**-3.PL
 ‘Quantas mulheres você tem (lit. tinha)?’

- (42) Daëd ik-**o**-sh
 Dois ser-**REC.PST.PERC**-3.PL
 ‘Existem (lit. existiram) duas’

3.2.2 Passado

Para os tempos do passado, a divisão interna apresenta muito mais variações do que

para os demais tempos. Muitas línguas distinguem apenas passado recente e passado remoto. Essa distinção parece ser a mais comum nas línguas indígenas. DESANO e YE'PÂ-MASA são exemplos desse tipo de distinção. Em DESANO, passado remoto refere-se a um passado anterior ao passado recente, e passado recente refere-se a um evento que acabou de ocorrer ou ocorreu uma ou duas semanas atrás. Em YE'PÂ-MASA, o passado recente (ou vigente) descreve uma situação/evidência que ocorreu num passado bastante recente, sendo que os efeitos se estendem no presente, como pode ser observado no exemplo (43), em que o evento de chorar é modificado pelo passado recente e as lágrimas que são vistas pelo falante representam os efeitos de determinado evento que se estendem no presente:

YE'PÂ-MASA (RAMIREZ, 1997, p.138)

(43) koô utí-**á-põ**

Ela chorar-**RECPST.DED.3+F.SG**

‘(deduzo que ela) chorou (prova: marcas de lágrima no rosto)’

Já o passado remoto (ou passado caducado) descreve uma situação/evidência que ocorreu num passado bastante distante, para que não haja mais repercussões dela no presente; frequentemente, esse passado representa fatos cujo realizador já morreu ou não está mais na região, como demonstra o exemplo (44):

YE'PÂ-MASA (RAMIREZ, 1997, p.139)

(44) bādî yěki-simi-á daâ badî-de a'té+di'ta-di kũû-**pã**

Nós avós eles nós-REFR estas+terra-PL deixar-**P.CAD.DED.3PL**

‘Nossos avós deixaram para nós estas terras (embora ninguém se lembre daquele tempo, a prova está no fato de que, agora, possuímos estas terras)’.

Entretanto, há algumas línguas que apresentam, para o tempo passado, muitas outras divisões. Em MATSÉS, reconhecem-se quatro tipos de passado: recente, distante, remoto e

narrativo. O passado recente é empregado para descrever um evento que ocorreu há aproximadamente um mês; no exemplo (45) abaixo, a marcação de inceptividade do estado-de-coisas ‘ter poucos macacos lanosos’ está localizada em passado recente, ou seja, há pouco tempo, ou mais especificamente, há aproximadamente um mês, iniciou-se uma possível extinção dos macacos.

MATSÉS (FLECK, 2003, p.418)

- (45) në-bi poshto daëdpatsëc-quio
 agora-EMPH macaco.lanoso pouco-AUG

ic-na-**ash**

ser/estar-INCEP-**RECPST:INFER**

‘Agora começou a ter poucos macacos lanosos’

O passado distante, assim como aponta o exemplo (46), marca eventos que ocorreram de um mês a cinquenta anos atrás ou até a infância do falante. No exemplo abaixo, a ocorrência da morte de Miguel Grau é descrita como bem distante:

MATSÉS (FLECK, 2003, p.407)

- (46) miqued cadau uënës-**nëdash**
 Miguel Grau morrer-**DIST.PST:INFER**
 ‘Miguel Grau está morto’ (há muito tempo)

O passado remoto, por sua vez, é utilizado para descrever eventos que ocorreram de cinquenta a cem anos atrás ou antes da infância do falante. Segundo Fleck (2003, p.407), “antes da infância do falante” pode significar antes de ele ter nascido ou também, como ocorre ocasionalmente, referir-se a um evento (não testemunhado) que aconteceu durante a infância do falante, mas do qual ele não tinha memória para se lembrar. No exemplo abaixo, o

evento ‘Davi remover (...) o remo’ ocorreu antes da infância do falante, ou em um período de tempo de que o falante não se recorda:

MATSÉS (FLECK, 2003, p.418)

- (47) debi-n uncat cuësh-**ampic**
 Davi-ERG remo remover.da(from).árvore-**REM:DED**
 ‘Davi removeu (a sustentação da raiz de uma árvore para fazer) um remo’

Por fim, o passado narrativo não se cumula à evidencialidade como os outros três. Este tempo é empregado para contar mitos e histórias que ocorreram antes do nascimento do falante e, por fazerem parte do conhecimento comum geral da comunidade, normalmente, esses mitos são transmitidos por meio de uma estratégia reportativa. Em MATSÉS, esse tempo é expresso pela combinação de um item morfológico e um item lexical quotativo. Segundo Fleck (2003, p.421), a estratégia mais comum é adicionar ao verbo principal no discurso direto o sufixo *-pac*, que é segmentável como uma combinação do sufixo *-pa*, comum nas situações *irrealis*, e *-ac*, cuja forma é idêntica ao passado recente dedutivo, entretanto não apresenta nenhuma expressão da dedução. Normalmente, sentenças com a expressão de *-pac* são encaixadas em orações quotativas com o sufixo de passado remoto percepção de evento – *denne*, como se observa em (48).

MATSÉS (FLECK, 2003, p.421)

- (48) matses-n cun titã bed-**pa-ac** **ca-denne-c**
 matses-ERG 1GEN mãe agarrar-**comentário-NARR.PST** **dizer-REM-IND**

 ubi usun-sho
 1ABS estar.grávida.de-quando
 ‘Eles dizem que os Matsés capturaram minha mãe enquanto ela estava grávida de mim’

A língua MATIS também apresenta muitas variações para o tempo passado: passado indeterminado; passado recente, restrito a um tempo passado no intervalo de um dia; passado não-recente; e, por fim, passado distante, restrito a um tempo passado no intervalo de alguns anos. Segundo Ferreira (2005), o morfema que marca passado recente nunca é utilizado quando se trata de um intervalo maior do que dois ou três dias.

O exemplo (49) ilustra um caso de localização no evento em passado indeterminado; segundo Ferreira, o momento em que Bina conheceu Porto Seguro pode ter sido desde o dia anterior ao momento da enunciação até anos atrás.

MATIS (Ferreira, 2005, p.128)

- (49) Bina-n porto seguro-no is-tan-**nida**-s
 Bina-ERG Porto.Seguro-LOC ver-ir.vir-**INDET.PST-3.SG**
 ‘O Bina conheceu Porto Seguro (um tempo atrás)’

Em (50), o evento ‘queimar’, por ser modificado por passado recente, ocorre no mesmo dia da enunciação:

MATIS (Ferreira, 2005, p.129)

- (50) mişte-n ibi ta-tʃaman-**a**-k
 brasa-INS 1.SG.ABS pé-queimar-**REC.PST-1/2.DECL**
 ‘Me queimei no pé com a brasa’

O passado não-recente, ilustrado pelo exemplo abaixo, só é utilizado quando se faz referência a um intervalo menor que três dias, ou seja, a ida a São Paulo ocorreu há, no máximo, três dias.

MATIS (Ferreira, 2005, p.129)

- (51) São Paulo-no-wiṣ ibi tṣo-**bo**-k
 São.Paulo-LOC-INTR 1.SG.ABS VIR-**PST.NREC**-DECL
 ‘Eu vim de São Paulo’

O seguinte exemplo ilustra um uso do passado distante, segundo Ferreira (2005):

MATIS (Ferreira, 2005, p.130)

- (52) inden mibi muṣa-wa-**bonda**-ṣ
 faz.tempo 2.SG.ABS tatuagem-VBZR-**DIST.PST**-3.SG.PERC
 ‘Há alguns anos (alguém) te tatuou’

3.2.3 Futuro

As divisões feitas no futuro são menos frequentes do que no passado, normalmente as línguas não apresentam tantas divisões. KARITIANA, que expressa, por meio de sufixos, uma oposição binária futuro/não-futuro, não apresenta nenhuma divisão nesses tempos, há apenas um uso para expressar futuro e outro para expressar eventos no presente ou no passado, que variam com o tipo de construção (orações de cópula, construções verbo-foco ou construções valenciais com verbos intransitivos) e com a terminação dos verbos nas orações de cópula (se termina com vogal ou se termina com consoante).

Nas orações de cópula, por exemplo, quando o predicado termina em vogal, o sufixo marcador de futuro é *-j*, como se observa no exemplo a seguir:

KARITIANA (EVERETT, 2006, p.263)

- (53) i na-aka-**j** i-hĩ:ĩĩpã-t
 3.SG TRANS-COP-FUT INT-cantar-COP.AGR
 ‘Ela vai cantar’

Entretanto, na presença de um predicado que termina em consoante, o sufixo de futuro é *-i*:

KARITIANA (EVERETT, 2006, p.269)

- (54) i naka-m-hiw-**i** ʔip dibm
 3.SG NSAP-CAUS-assar-FUT peixe amanhã
 ‘Ela vai assar o peixe amanhã’

PARKATEJÊ também expressa apenas um uso para o futuro, por meio da partícula de segunda posição *ka*:

PARKATEJÊ (FERREIRA, 2003, p.119)

- (55) wa **ka** pika pe nō hō
 eu FUT terra LOC deitar dormir
 ‘Eu vou dormir no chão’

TAPIRAPÉ, em contrapartida, expressa dois tipos de futuro: há uma partícula, *ne*, que indica futuro (56), e outra, *ekwe*, uma partícula de modalidade epistêmica, que também expressa tempo, ‘futuro iminente’ (57). Esta última, de acordo com Praça (2007), ocorre frequentemente nas interações diárias e indica que o falante tem um elevado grau de certeza de que o evento/estado projetado em relação ao presente está em vias de efetivação imediata.

TAPIRAPÉ (PRAÇA, 2007, p.174)

- (56) ãxiwe ã-waem we-a-wo **ne**
 amanhã 1SG.I-chegar 1SG.III-ir-GER **FUT**
 ‘amanhã eu chegarei lá’

TAPIRAPÉ (PRAÇA, 2007, p.166)

- (57) Aka **ekwe** pe-wo ka-pe
 3I.estar **FUT.IMI** DEM-LOC roça-LOC
 ‘Ele ficará lá na roça’

DESANO expressa tempo futuro juntamente às categorias de pessoa, gênero e número, mas não evidencialidade. No sistema temporal sobre futuro, essa língua apresenta três distinções, duas delas relacionadas à modalidade; nesse tempo, o falante tem recursos para afirmar quão certo ou incerto ele está sobre a ocorrência do evento. O exemplo (58) descreve um evento que o falante acredita ser menos certo de ocorrer, já em (59), o falante acredita em uma possibilidade maior da ocorrência do evento, esse futuro é o intermediário e também o mais empregado pelos falantes de DESANO. No exemplo (60), o falante está mais certo da ocorrência do evento.

DESANO (MILLER, 1999, p.71)

- (58) Yãbĩgã deko Ari-**boka**
 Amanhã água vir-FUT(MENOS.CERTO).NON3
 ‘Pode chover amanhã’

DESANO (MILLER, 1999, p.71)

- (59) wi-ri-ru wa-**roka** 15 de enero árĩ-kĩ
 voar-DVB-CLF ir- **FUT(PROV.).NON3** 15 de janeiro ser-SR
 ‘O avião provavelmente chegará dia 15 de janeiro’

DESANO (MILLER, 1999, p.71)

- (60) Gahi boho-ri-ge turaro bũkũbiri-ri bẽrã wa-**gira**
 Outro secar-DVB-LOC muito feliz-DVB com ir-FUT.1.M.SG
 ‘Outro ano eu passarei muito feliz’

Como se pode notar nos exemplos acima, DESANO organiza o sistema temporal futuro a depender do grau de certeza. Dentre as línguas do *corpus*, este é o sistema mais rico quando se trata do futuro. Entretanto, essa organização, se olhada mais atentamente, mostra-se mais simples. O morfema *-bo* (olhar primeira coluna referente às formas de futuro na tabela a seguir) em todas as línguas TUCANO configura-se como um dubitativo, o que condiciona a leitura desse tempo futuro como sendo algo menos certo. O quadro abaixo ilustra os diferentes morfemas que se cumulam às categorias de pessoa, gênero e número nessa língua:

Menos certo ----- Mais certo			
	Menos certo	Provável	futuro
1.M.SG, 2.M.SG	-boka	-gika	-gira
1FSG, 2FSG	-boka	-goka	-gora
1.PL, 2.PL	-boka	-rãka	-rãra
3.M.SG	-bokũbĩ	-gikũbĩ	
3.F.SG	-bokũbõ	-gokũbõ	
3.PL	-bokõbã	-rãkõbã	
NON3	-boka	-roka	

Quadro 7: Marcadores de tempo futuro em DESANO (MILLER, 1999, p.71)

Em DESANO, os morfemas de futuro apenas expressam a noção temporal, enquanto para os tempos passado e presente, os morfemas, além da informação temporal, exprimem também informação evidencial.

3.3 Considerações sobre a expressão das categorias de tempo e evidencialidade

Como demonstrado, há uma grande variedade na organização dos sistemas temporal e evidencial. Em relação à expressão do tempo, é o tempo passado que apresenta o maior número de distinções; tanto há línguas que distinguem apenas entre passado recente e passado remoto, como DESANO e PARKATEJÊ, como há línguas em que há quatro distinções para o passado (recente, distante, remoto e narrativo), como MATSÉS. A noção semântica desses diferentes tempos varia de língua para língua; mesmo assim, propusemos uma tabela de reanálise, para auxiliar no estabelecimento das relações de expressão entre o tempo e os subtipos evidenciais. Entretanto mantivemos a nomenclatura dos próprios autores a respeito das divisões dos tempos, para mostrar as diferentes realizações linguísticas de cada subtipo temporal. Essa organização pode distinguir, como em português, presente, passado e futuro, como ocorre com a maioria das línguas do *corpus*, ou distinguir passado/ não-passado, como ocorre com MATIS, ou ainda futuro/ não-futuro, como KARITIANA e SATERÉ-MAWÉ fazem.

Em relação à expressão da evidencialidade, dentre os diferentes subtipos, a reportatividade e a percepção de evento são os mais recorrentes nas línguas, seguidos da dedução e da inferência, respectivamente. MATSÉS é a única a não expressar reportatividade em seu sistema gramatical, e KARITIANA e SURUÍ, as únicas a não expressarem percepção de evento, sendo que essas duas últimas línguas expressam apenas o reportativo. As línguas GUAJÁ, JARAWARA, SATERÉ-MAWÉ, TAPIRAPÉ e YAMINAHUA apenas expressam os dois subtipos evidenciais mais recorrentes no *corpus*, reportativo e percepção de evento, um localizado na camada do Conteúdo Comunicado, no Nível Interpessoal e outro na camada do estado-de-coisas, no Nível Representacional.

Os exemplos dados no decorrer deste capítulo permitem notar uma relação muito interessante entre a expressão da evidencialidade e do tempo. Muitas línguas expressam essas duas categorias cumulativamente no mesmo morfema, mas não em todos os tempos

gramaticais disponíveis, outras expressam essas duas categorias separadamente, mas ocorrem em sentenças com determinados tempos verbais. Uma análise sobre essa relação é feita no próximo capítulo, buscando propor regularidades e possíveis restrições entre essas combinações.

CAPÍTULO 4

RELAÇÕES ENTRE TEMPO E EVIDENCIALIDADE

No capítulo anterior, descrevemos como ocorre a expressão das categorias de evidencialidade e tempo nas diferentes línguas indígenas do Brasil separadamente, seja por meio de morfemas ou partículas. Algumas línguas, como foi observado, expressam as categorias de tempo e evidencialidade em morfemas/partículas *portmanteau*, outras, por sua vez, expressam cada categoria em um morfema/partícula específico. O objetivo deste capítulo é demonstrar quais são as relações constatadas entre essas duas categorias e suas eventuais restrições combinatórias, seja quando a expressão ocorre por meio de morfemas cumulativos, seja quando ocorre por meio de morfemas separados, bem como esclarecer se o tipo de expressão dessas categorias, cumulativa ou não, interfere na ocorrência dos diversos subtipos evidenciais.

Na análise do *corpus*, notou-se uma diferença na forma como as línguas organizam seu sistema temporal. Na maior parte delas, o tempo apenas localiza o evento relatado; entretanto, algumas línguas apresentam um sistema mais complexo, que lança mão de uma organização diferente para caracterizar seus eventos, como é o caso do MATSÉS. Nessa língua, como já mencionado, Fleck (2007) defende haver um tempo duplo⁴³, em que os falantes podem especificar a duração do tempo a partir do momento em que um evento aconteceu até o momento em que a evidência foi detectada e também há quanto tempo a evidência sobre a qual a inferência foi feita se distancia do momento da fala. Para isso, a estratégia empregada é a utilização simultânea do evidencial inferencial (responsável pela marcação do tempo entre a ocorrência do evento e sua detecção) e do evidencial de percepção de evento (responsável

⁴³ *Double tense*

pela marcação de tempo entre a detecção do evento e o momento da fala). Essa marcação relativa do tempo não é tão comum nas línguas aqui analisadas, pois ou o tempo localiza o evento em si, ou localiza o momento em que a evidência foi adquirida. Assim, a depender da forma como essa referência temporal ocorre nas línguas, há uma interpretação diferente na combinação com os diferentes subtipos evidenciais, como se verá a seguir.

4.1 Relação entre evidencialidade reportativa e tempo

Na maior parte do *corpus*, a reportatividade ocorre, em sua grande maioria, com o tempo passado, como se pode observar na língua TAPIRAPÉ. Nessa língua, a evidencialidade reportativa ocorre cumulativamente com o passado médio (58), equivalente a um passado remoto da reanálise aqui feita, em que a partícula *rākwee* indica que o falante não presenciou o evento que está sendo narrado, mas, antes, tomou conhecimento do mesmo por vias indiretas, ou seja, alguém lhe contou. No exemplo abaixo, essa forma do tempo verbal indica que o evento reportado ocorreu há mais de um mês:

TAPIRAPÉ (PRAÇA, 2007, p.161)

- (61) tã! xe=r-mōj-a **rākwee** a-ka kapitāw-aramō
 sim 1SG.II=R-avô-REFER **PSTMED.REP** 3.I-estar cacique-S.P.N.AT
 ‘Sim, meu avô foi cacique’ (lit. meu avô esteve como cacique)

O evidencial reportativo ocorre também cumulativamente com o passado remoto, como em (62), que expressa a não atestação do evento pelo falante; tal partícula é muito recorrente nos textos míticos. Nesse exemplo, o falante afirma que o estado-de-coisas ‘fazer o tamākora’ ocorreu há bastante tempo:

TAPIRAPÉ (PRAÇA, 2007, p.162)

- (62) marewariri-Ø **rākā'ē** a-ãpa tamākorã-Ø
 Marewariri-REFER **REM.REP** 3.I-fazer tamākorã-REFER
 'Marewariri fez o tamākora'

A língua MAMAINDÊ, por sua vez, exprime reportatividade tanto no passado quanto no presente. A ocorrência desse subtipo evidencial no presente não é tão comum nas línguas aqui analisadas e, a depender da língua, a interpretação semântica da relação entre evidencialidade e tempo pode variar. Em MAMAINDÊ, se o subtipo reportativo é empregado no passado, o falante está relatando algo que aconteceu no passado (ver ex. 63), aqui repetido para facilitar a leitura), se o reportativo é empregado no presente, o falante está relatando um evento que acontece no momento da fala (ver ex. 64), também repetido para facilitar a leitura).

MAMAINDÊ (EBERHARD, 2009, p.460)

- (63) jahon ʔaik-tu tanik-taʔ
 velho.homem campo-FNS enterrar-CONN(AND).SS

 nan-**satau**-le-Ø-hĩn-wa
 chorar-**REP**-1.PST-SBJ.3-PST.PERC.NONVIS-DECL
 'Eles enterraram o velho homem no campo e choraram (muitos anos atrás)'
 (e eu sei isso porque alguém me disse)

MAMAINDÊ (EBERHARD, 2009, p.462)

- (64) ta-tukwinʔni-tu ʔaik-tu tau-**sĩn**-Ø-nha-wa
 POSS.1-sogro-FNS campo-FNS limpar-**REP**-SBJ.3-PRS.PERC.NONVIS-DECL
 'Meu sogro está limpando o campo.'
 (e eu sei isso porque alguém disse que disseram para ele isso)

A referência temporal nas línguas do *corpus*, como já mencionado, normalmente localiza o momento em que a ação ocorre, como acontece com a língua TAPIRAPÉ e com a

língua MAMAINDÊ. Entretanto, a língua TARIANA, que também expressa reportatividade no passado e no presente, comporta-se de maneira diferente. Especificamente nesse subtipo evidencial, em TARIANA, o tempo é responsável por marcar quando o falante adquiriu a informação e não quando o evento aconteceu. No presente, o falante reporta uma informação da qual acabou de ficar sabendo, já no passado, relata uma informação da qual tomou conhecimento no passado. No exemplo (65), o falante afirma que Tiago morreu com base em um relato que acabou de ouvir, por isso a forma de presente. Já no exemplo (66), falante emprega a forma de passado, afirmando, assim, que o relato da notícia da morte de Tiago ocorreu há algum tempo.

TARIANA (AIKHENVALD, 2003, p.292)

- (65) Tiago di-ñami-**pida**
 Tiago 3.SG.NF-morrer-**PRES.REP**
 ‘Tiago morreu’ (o falante acabou de adquirir essa informação)
- (66) Tiago di-ñami-**pidaka**
 Tiago 3.SG.NF-morrer-**RECPST.REP**
 ‘Tiago morreu’ (o falante adquiriu essa informação nos últimos dias)

Em SANUMÁ, o reportativo (polissêmico, também indicador de dedução) é o único dos subtipos evidenciais que sempre é usado no passado; com esse marcador, o falante afirma que obteve conhecimento do evento ao ouvir o relato de alguém que tinha conhecimento de primeira-mão de sua ocorrência. No exemplo abaixo, o falante afirma saber qual foi o primeiro lugar que seu interlocutor morou por meio do relato de alguém que tinha essa informação de primeira-mão.

SANUMÁ (BORGMAN, 1990, p.28)

(67) wa pili-o soma **no** thali i hamõ

2:SG viver-PUNCT primeiro **REP** DED.DIST.PST REL LOC

‘O primeiro lugar em que você morou... (eu ouvi isso)⁴⁴,

Na língua YE’PÂ-MASA, esse subtipo evidencial também é expresso apenas com o tempo passado, uma vez que se relata no passado algo que ocorreu no passado. Nesse subtipo evidencial, segundo Ramirez (1997), o tempo se refere concomitantemente à evidência sensorial e à situação verbal. Em GUAJÁ, diferentemente, a partícula reportativa não ocorre com nenhum tempo específico, indica apenas que o conteúdo foi atestado por terceiros, sendo tanto o evento quanto a obtenção da informação interpretados no passado.

Em PARKATEJÊ, o reportativo sempre indica tempo passado; a forma *pia tfwën* co-ocorre com a partícula *aiku*, indicadora de passado remoto (68), e o reportativo *pe pia* ocorre sem marca de tempo, indicando passado recente (69).

PARKATEJÊ (Ferreira, 2003, p. 133)

(68) **pia** **tfwën** aiku mpa amriare pe mñr
DUB REP REM 1.PL.INCL NEG.EX PD INFER

mñ pñt mñ katfer

LOC sol CONJ lua

‘Dizem que nós não existíamos. Parece que aí, o sol e a lua, os dois’.

PARKATEJÊ (Ferreira, 2003, p. 133)

(69) **pe** **pia** pñt tũmtũm koran
PD DUB sol capivara matar

‘Dizem que o sol matou a capivara’

⁴⁴ There where (I heard that) you first lived...”

Por relatar uma informação que lhe foi passada por terceiros, o evidencial reportativo é muito recorrente nas narrativas míticas, como ocorre com a língua TAPIRAPÉ e também SURUÍ, em que é usado principalmente nas narrativas de terceira pessoa e em lendas.

Em resumo, observamos que a ocorrência da reportatividade com o tempo passado é quase exclusiva, havendo pouquíssimas ocorrências no presente e duas no futuro. Segundo West (1980), autor da gramática da língua TUCANO, há um futuro indefinido reportativo que só ocorre em terceira pessoa, entretanto, não há maiores explicações desse uso. O exemplo dado pelo autor também não nos possibilita uma leitura melhor. Aparentemente, trata-se de uma informação, obtida de uma terceira pessoa, de que uma ação acontecerá no futuro:

TUCANO (WEST, 1980, p.35)

(70) ní-gũ-sa-**pu**
 estar-M-SG-FUT.REP
 ‘Ele estará’

O quadro abaixo resume as relações entre a categoria evidencial reportativa e a categoria temporal:

Reportativo	Passado		Presente	Futuro	
	Recente	Remoto		Próximo	Remoto
SATERÉ-MAWÉ	✓			-----	
KARITIANA	✓			-----	
SURUÍ	✓		-----	-----	
WANANO	✓		-----	-----	
TUYUCA	✓		-----	-----	
TUCANO	✓		-----	✓	
DESANO	✓	✓	-----	-----	
YÊ'PA-MASA	✓	✓	-----	-----	
CARAPANA	✓	✓	-----	-----	
SABANÊ	✓		✓	-----	
LAKONDÊ	✓		-----	-----	
MAMAINDE 2ª MÃO	✓	✓	✓	-----	
3ª MÃO	✓	-----	-----	-----	
NAMBIKWARA	✓	✓	-----	-----	-----
JAMAMADÍ 2ª MÃO	✓		-----	-----	-----
3ª MÃO	-----	✓	-----	-----	-----
JARAWARA	✓	✓	-----	-----	
MATSÉS	-----	-----	-----	-----	
YAMINAHUA	✓	✓	-----	-----	
MATIS	✓		-----		
TARIANA	✓	✓	✓	-----	
SANUMÁ	✓		-----	-----	
GUAJÁ	✓		-----	-----	
TAPIRAPÉ	-----	✓	-----	-----	-----
PARKATEJÊ	✓	✓	-----	✓	

Quadro 8. Relação entre evidencialidade reportativa e tempo

Como podemos notar no quadro acima, o passado é o tempo característico da reportatividade, sendo expresso com o tempo presente apenas nas línguas SABANÊ, MAMAINDE e TARIANA. Entretanto, como já mencionado, não é o relato de fato que é localizado em tempo presente, o que causaria certo estranhamento, já que, nesse tipo evidencial, o falante só pode relatar algo que já lhe foi dito. O uso do presente remete ou a situações que são descritas como simultâneas ao momento da fala ou, mais curiosamente, como ocorre com TARIANA, à distância temporal entre a aquisição da informação e o momento da fala. De forma semelhante ao presente nas línguas SABANÊ e MAMAINDE, o futuro em TUCANO também é empregado

apenas para localizar o evento que está sendo narrado e não o relato.

4.2 Relação entre evidencialidade de percepção de evento e tempo

Assim como ocorre com o reportativo, quando expressam percepção de evento, as línguas utilizam os tempos presente e passado, com exceção das línguas SABANÊ e JAMAMADÍ, que, além desses dois tempos, também marcam formalmente a percepção de evento com o tempo futuro. Nas diferentes divisões dos tempos passados de cada língua, o evidencial percepção de evento ocorre com todos os passados disponíveis nas línguas. JAMAMADÍ, por exemplo, expressa percepção de evento no passado imediato e no passado remoto; MAMAINDÊ, no passado recente, intermediário e distante; TARIANA, YE'PÂ-MASA, GUAJÁ e PARKATEJÊ, no passado recente e remoto; matsés, no passado recente, distante e remoto; SANUMÁ, no passado recente e distante; CARAPANA, imediato, regular e histórico; JARAWARA, passado imediato, recente e distante; TAPIRAPÉ, passado recente, médio e remoto; TUCANO, passado imediato, remoto e enfático. Essas nomenclaturas são as dadas pelos autores dos materiais estudados, muitas delas, mesmo com nomes diferentes, correspondem à mesma noção semântica⁴⁵.

Como mencionado acima, a língua TAPIRAPÉ, que apresenta a categoria de tempo passado e de evidencialidade expressas juntamente, dispõe de partículas que expressam a percepção de evento com os seguintes tempos: passado recente (71), por meio de uma partícula muito produtiva nas interações diárias, *rāka*; passado médio⁴⁶ (72), por meio da partícula *kwee*; e passado remoto (73), em que a partícula *karãe* (*karãe* ~ *karamee*):

⁴⁵ Para comparar as diversas e particulares divisões de tempo de cada língua com o padrão aqui estipulado (recente e remoto), ver a tabela de reanálise apresentada da seção 3.2 sobre tempo do capítulo anterior.

⁴⁶ A respeito desse uso temporal, não há maiores explicações no material descritivo.

TAPIRAPÉ (PRAÇA, 2007, p.158)

- (71) ãxe'i **rãka** i-te'omar-i wetepe
 ontem **RECPST.PERC** 3.II-trabalhar-IND2 muito
 'ontem ele trabalhou muito'

TAPIRAPÉ (PRAÇA, 2007, p.159)

- (72) ie-e'ym-a **kwee** ã-tym 'ãwãxi-Ø ka-pe
 1SG-NEG-REFER **PST.MED.PERC** 1SG.I-plantar milho-REFER roça-LOC
 'não fui eu quem plantou milho na roça'

TAPIRAPÉ (PRAÇA, 2007, p.160)

- (73) epe **karãe** i-waem-i a-a-wo kãrãxã-o-Ø ranõ
 DEM **REM.PERC** 3.II-chegar-IND2 3.III-ir-GER karajá-INT-REFER ITER
 'lá chegaram (indo) os Kaiapós de novo'

O presente não é tão usual nesse tipo evidencial como o passado, comportamento semelhante à expressão da reportatividade. Em GUAJÁ, JARAWARA, PARKATEJÊ e TAPIRAPÉ, não há percepção de evento no momento presente. Em WANANO, quando no presente, o evidencial marca que o falante ainda tem a evidência disponível, como pode ser observado no exemplo (74).

WANANO (STENZEL, 2002, p.353)

- (74) yu'u ti-ro-re ~waha-~kha'ba-i ta-i
 1.SG ANAPH-SG-OBJ matar-DEON-V.NOM vir-V.NOM

~di-**ha**

estar.PROG-**PERC.VIS.IMPF.1**

'Eu estou vindo aqui para vingá-lo'

Já no passado, o evidencial marca que a evidência não está mais disponível, ou

se faz desse evidencial, já que o falante, mesmo estando certo da realização do evento, não pode ser testemunha direta de um evento que ainda não aconteceu, o estado-de-coisas ainda não pode ser percebido.

A percepção de evento é o único subtipo evidencial a ser empregado com um morfema de tempo futuro em SABANÊ. De acordo com Araújo (2004), para expressar o futuro, o falante dispõe de duas opções: (i) futuro, sem marcação de evidencialidade (78); e (ii) futuro/percepção de evento, que marca uma sentença na qual o falante está certo sobre sua factualidade, baseado em evidências de primeira-mão (79).

SABANÊ (ARAÚJO, 2004, p.145)

- (78) ilul-i-**tapanal**-i
 comer-VS-FUT-ASS
 ‘Ele/Ela vai comer.’

SABANÊ (ARAÚJO, 2004, p.146)

- (79) uli ay-i-mina-**telon**
 2SBJ ir-VS-NEG-FUT.PERC
 ‘Você não vai a lugar algum.’

A respeito da expressão da evidencialidade no futuro, Aikhenvald (2004, p.8) afirma que “um número significativo de línguas distingue evidencialidade apenas no passado, e poucas fazem essa distinção no futuro”. Das línguas analisadas, apenas cinco apresentaram evidencial no futuro, número muito inferior à expressão no presente (dezenove línguas) e, principalmente, no passado (todas as vinte e cinco línguas).

Segundo a autora, os evidenciais no futuro provavelmente expressam implicações adicionais, já que um evidencial direto, no futuro, não pode indicar evidência de primeira-mão de um evento que ainda não aconteceu. Para ilustrar, cita o evidencial *-ra* da língua SHIPIBO-KONIBO (VALENZUELA, 2003 apud AIKHENVALD, 2004, p.261) que, com o tempo futuro,

indica certeza ao invés de evidência de primeira-mão. Aikhenvald afirma que a expressão do evidencial direto com o futuro pode depender da pessoa. Em WANKA QUECHUA (FLOYD, 1999 apud AIKHENVALD, 2004, p.261), este evidencial com a terceira pessoa no futuro implica a certeza do falante de que o evento vai ocorrer, com a primeira pessoa, implica uma intenção definida e determinação para fazer algo, e, com a segunda pessoa, implica instrução diretiva, e não predição ou certeza.

O exemplo (79) de SABANÊ ilustra bem essa afirmação de Aikhenvald. Segundo Araújo (2004, p.146), o uso de um evidencial de percepção de evento nesse contexto é motivado pelo fato de que o falante afirma estar certo da factualidade do evento, com base em evidência de primeira-mão. Assim, o efeito de sentido gerado pela combinação da percepção de evento e o tempo futuro nesse exemplo não é de evidência de primeira-mão de um evento que vai ocorrer e sim de modalidade, pois exprime certeza em relação à informação veiculada. Os exemplos apontam para um efeito de sentido diferente do que expressa, de fato, o subtipo percepção de evento. Em outros exemplos (80 e 81), o efeito de sentido, marcado pela predição da ocorrência de certo evento, é de dedução, já que, segundo Araújo (2004, p.146), o falante tem certeza da informação, pois está baseado em evidência de primeira-mão, configurando, assim, um uso dedutivo. Nos usos abaixo, um outro evento leva o falante a afirmar que determinada situação vai acontecer.

SABANÊ (ARAÚJO, 2004, p.146)

(80) amayl-i-**telon**

chover-VS- FUT.PERC

‘Vai chover’

SABANÊ (ARAÚJO, 2004, p.139)

- (81) t-ilup-a-**telon**
 1OBJ-vomitar-VS- **FUT.PERC**
 ‘Eu vou vomitar’

A forma como as diferentes línguas organizam seu sistema linguístico é muito interessante. Utilizar um morfema específico de percepção direta do evento para indicar certeza de um evento no futuro (o que, muitas vezes, se configura como um uso dedutivo), pode parecer estranho, especialmente se considerarmos que o falante de SABANÊ tem um morfema específico para indicar dedução. Entretanto, esta combinação de percepção de evento e futuro resulta não em um significado evidencial, mas sim em uma qualificação modal de certeza, na medida em que é usada para descrever um evento que certamente acontecerá e não uma predição.

A percepção de evento envolve, normalmente, uma distinção básica entre a percepção de evento visual e não-visual. Em relação a essa distinção, YE’PÂ-MASA e TARIANA têm um comportamento diferente em alguns casos. Nessas línguas, esses evidenciais podem exprimir que uma situação foi percebida por meio da visão (visual) ou por outros sentidos (não-visual), mas, excepcionalmente, expressam uma ação que ocorreu com intenção (marcada pela forma de percepção visual) ou sem intenção (marcada pela forma de percepção não-visual). Nos exemplos (82) e (83), tanto em YE’PÂ-MASA quanto em TARIANA, o estado-de-coisas ocorre sem a intenção do falante:

YE’PÂ-MASA (RAMIREZ, 1997, p.133)

- (82) bapá bopê-**asi**
 Prato quebrar-**RECPST.PERC.NONVIS.NON3**
 ‘Quebrei o prato sem querer’ (não o vi na beira da mesa)

TARIANA (AIKHENVALD, 2004, p.223)

- (83) karapi nu-thuka-**mahka**
 prato 1SG-quebrar-**RECPST.PERC.NONVIS**
 ‘Quebrei o prato sem querer’

Já nos exemplos (84) e (85), o falante, por vontade própria, quebra o prato, e, para mostrar linguisticamente essa vontade, lança mão do evidencial percepção de evento visual:

YE’PÂ-MASA (RAMIREZ, 1997, p.133)

- (84) bapá bopê-**api**
 Prato quebrar-**RECPST.PERC.VIS.NON3**
 ‘Quebrei o prato’ (de própria vontade, porque estava com raiva)

TARIANA (AIKHENVALD, 2004, p.224)

- (85) karapi nu-thuka-**ka**
 prato 1SG-quebrar-**RECPST.PERC.VIS**
 ‘Quebrei o prato intencionalmente’ (ex. eu estava com raiva ou odiava o prato)

Assim como podemos perceber no quadro abaixo, e como foi descrito acima, diferentemente do que acontece com a evidencialidade reportativa, que ocorre quase que exclusivamente com o tempo passado, a percepção de evento é bastante frequente com o tempo presente; mesmo assim sua ocorrência no passado é majoritária. A ocorrência no futuro, como já explicado acima, configura-se, muitas vezes, como um uso dedutivo e não de percepção de um evento.

Percepção de Evento	Passado		Presente	Futuro	
	Recente	Remoto		Próximo	Remoto
SATERÉ-MAWÉ	✓			-----	
SURUÍ	-----		-----	-----	
KARITIANA	-----			-----	
WANANO	✓		✓	-----	
TUYUCA	✓		✓	-----	
DESANO	✓	✓	✓	-----	
YÊ'PA-MASA	✓	✓	✓	-----	
CARAPANA	✓	✓	✓	-----	
TUCANO	✓	✓	-----	-----	
SABANÊ	✓		✓	✓	
MAMAINDÊ	✓	✓	✓	-----	
LAKONDÊ	✓	✓	✓	-----	
NAMBIKWARA	✓	✓	✓	-----	-----
JAMAMADÍ	✓	✓	✓	✓	✓
JARAWARA	✓	✓	-----	-----	
MATIS	✓	✓	-----		
MATSÉS	✓	✓	✓	-----	
YAMINAHUA	✓	✓	-----	-----	
TARIANA	✓	✓	✓	-----	
SANUMÁ	✓	✓	✓	-----	
GUAJÁ	✓	✓	-----	-----	
TAPIRAPÉ	✓	✓	-----	-----	-----
PARKATEJÊ	✓	✓	-----	-----	

Quadro 9. Relação entre evidencialidade de percepção de evento e tempo

Ao reanalisarmos os tempos com o intuito de estabelecer uma maior sistematização, dividimos, como já dito, o tempo passado apenas em recente e remoto. Desta forma, o resultado da tabela acima apresenta a expressão da evidencialidade de percepção de evento com todos os tempos do passado. Entretanto, sabemos que, por exprimir um evento em que o falante deve ter participado/presenciado, este subtipo evidencial não pode, por questões lógicas, ser expresso por um passado de que o falante não se lembra, ou não estava vivo para poder comprová-lo. Poucas línguas apresentam uma nomenclatura específica para este tipo de passado (anterior à vida do falante), a maioria delas expressa, em uma mesma nomenclatura, um passado de alguns anos atrás e também esse passado remotíssimo. Para fins de organização, na tabela acima, o passado recente, como já abordado no capítulo anterior,

refere-se a eventos ocorridos entre o dia da realização do ato de fala (hoje) e aproximadamente um mês atrás, e o passado remoto refere-se a eventos ocorridos entre um mês atrás até a criação do mundo, sendo que este tempo pode vir a ser anterior à vida do falante. Cabe aqui novamente a ressalva sobre a impossibilidade lógica de a percepção de evento não poder ser expressa com um passado anterior à vida do falante.

4.3 Relação entre evidencialidade dedutiva e tempo

A dedução é expressa pelo presente e pelo passado, sendo o tempo passado o mais empregado para exprimi-la, como aponta o quadro abaixo:

Dedução	Passado		Presente	Futuro	
	Recente	Remoto		Próximo	Remoto
KARITIANA	-----		-----		
SATERÉ-MAWÉ	-----		-----		
SURUÍ	-----		-----	-----	
WANANO	✓		✓	-----	
DESANO	✓	✓	-----	-----	
TUYUCA	✓		✓	-----	
YÊ'PA-MASA	✓	✓	-----	-----	
CARAPANA	✓	✓	-----	-----	
TUCANO	✓		-----	✓	
SABANÊ	✓		-----	-----	
MAMAINDÊ	✓	✓	✓	-----	
LAKONDÊ	✓	✓	-----	-----	
NAMBIKWARA	✓	✓	✓	-----	-----
JAMAMADÍ	✓		-----	-----	-----
JARAWARA	✓	✓	-----	-----	
MATSÉS	✓	✓	-----	-----	
MATIS	✓	✓	-----		
YAMINAHUA	-----	-----	-----	-----	
TARIANA	✓	✓	-----	-----	
SANUMÁ	✓	✓	✓	-----	
PARKATEJÊ	✓	-----	✓	-----	
TAPIRAPÉ	✓		-----	-----	-----
GUAJÁ	-----	-----	-----	-----	

Quadro 10. Relação entre evidencialidade dedutiva e tempo

Em algumas línguas, os autores deixam claro que esse subtipo evidencial não ocorre com o presente, como em TARIANA e YE'PÂ-MASA. Outros autores preferem apenas afirmar que só ocorre com o passado, como SABANÊ e CARAPANA. Nessa última língua, dedução, que ocorre exclusivamente nos tempos de passado, dilui-se nos diferentes passados: imediato (86), regular (87) e histórico (88). Metzger (1981), para ilustrar a ocorrência desse evidencial com os diferentes passados, oferece um mesmo exemplo em que apenas a distância temporal do evento se altera de um passado mais recente a um mais remoto. Como podemos notar abaixo, o estado-de-coisas 'ele trabalhar' pode ser localizado nos três diferentes tipos de passado:

CARAPANA (METZGER, 1981, p.35)

- (86) pa-**yupi**
trabalhar-**DED.IMM.PST**
'É evidente que ele trabalhou'.

CARAPANA (METZGER, 1981, p.35)

- (87) pa-**yupo**
trabalhar-**DED.REGPST**
'É evidente que ela trabalhou'.

CARAPANA (METZGER, 1981, p.39)

- (88) pa-**yayupa**
trabalhar-**DED.HISTPST**
'É evidente que eles/elas trabalharam'.

Em SABANÊ, em que a distinção entre evidencial e não-evidencial é feita no sistema temporal, a dedução é expressa em apenas um passado. Nessa língua, há uma marcação que expressa pretérito/dedução, que ocorre quando o falante assume que o evento é um fato, baseado em alguma evidência. Para se chegar a essa evidência, o uso do evidencial dedutivo deve marcar algum resultado no presente, como se observa em:

SABANÊ (ARAÚJO, 2004, p.143)

- (89) kieylali-k kan-n-**tika** hala-n-dana
pecari-OBJ morrer-VS-**PST.DED** cheirar.mal-VS-PRES.PERC.NONVIS
'O pecari (javali americano) morreu; (porque) ele cheira mal.'

Em MAMAINDÊ, em que a marcação temporal refere-se ao momento do acontecimento do evento, a dedução ocorre no presente. Ao utilizar esse evidencial no presente, o falante afirma que determinada situação está acontecendo no momento presente com base em provas circunstanciais, como pode ser notado em (90). Nesse exemplo, o estado-de-coisas 'limpar o

campo' é localizado no presente, e essa afirmação é feita com base em outro evento: o sumiço do sogro do narrador e de seu machado.

MAMAINDÊ (EBERHARD, 2009, p.459)

- (90) ta-tukwinʔni-tu ʔaik-tu tau-Ø-**sihna**-wa
 POSS.1-sogro-FNS campo-FNS limpar-SBJ.3-**DED.PRS**-DECL
 'Meu sogro está limpando o campo'.
 (e eu sei isso porque tanto ele quanto seu machado sumiram)

Para a dedução ocorrer de fato, há a necessidade de o falante se basear em alguma evidência resultante que, por sua vez, só pode ser passada ou, então, ser adquirida no momento da fala, o que, para algumas línguas, é interpretada como passado.

A marcação temporal em SANUMÁ também é responsável por marcar o momento do acontecimento do evento. Nessa língua, entretanto, a dedução, quando no presente, marca um evento que acontece no passado e é verificado no presente. O tempo presente nesse tipo evidencial não marca o acontecimento do evento, como era previsto e como ocorre em MAMAINDÊ, por exemplo, e sim o momento em que se adquiriu a evidência. No exemplo abaixo, o falante afirma que alguém sentou em determinado lugar baseado em uma evidência que foi (está sendo) adquirida no momento presente.

SANUMÁ (BORGMAN, 1990, p. 25)

- (91) Hisa ai te lo-ma ku-o sai-o
 aqui outro 3.SG sentar-CMPL estar-PUNCT realmente-PUNCT

noa ta
DED.PRS óbvio
 'Alguém sentou aqui. É muito evidente que foi realmente aqui.'

Algumas línguas não expressam a dedução no momento presente justificadas pelo fato de que uma dedução é geralmente baseada em um evento acontecido. Uma dessas línguas é TARIANA, em que, para o evidencial dedutivo, o tempo da ação coincide com o tempo em que a informação foi adquirida. Dessa forma, Aikhenvald (2004, p.265) afirma que não há como localizar esses eventos em tempo presente, já que o evento que leva o falante a chegar a determinada afirmação tem de estar antes do momento de fala.

TARIANA (Aikhenvald, 2003, p.300)

(92) pi-tedua-ru-nuku pathesedape
2.SG-primo-F-TOP.NON.A/S anteontem

mawári di-hña-**nihka**-niki
cobra 1.SG.NF-comer-**DED.RECPST**-COMPL
'A cobra comeu seu primo anteontem'

No exemplo acima, a evidência disponível que leva o falante a afirmar que a cobra comeu o primo do interlocutor é localizada, assim como o estado-de-coisas, no passado recente.

Como podemos notar, a depender da forma como o sistema temporal é interpretado pelas diferentes línguas, teremos ou não a ocorrência do subtipo dedutivo no tempo presente. A esse respeito, algumas possibilidades puderam ser observadas: a dedução (i) só ocorre no passado, sendo que esse tempo localiza o evento descrito; (ii) só ocorre no passado, sendo que, nesse tempo, o momento do evento coincide com o momento em que se adquiriu a evidência; (iii) ocorre no presente, sendo que esse tempo localiza o estado-de-coisas descrito; (iv) ocorre no presente, mas o que é localizado nesse tempo é o momento em que se adquiriu a evidência e não o momento do evento descrito, ou seja, a evidência para se fazer determinada afirmação está disponível no momento da fala.

4.4 Relação entre evidencialidade inferencial e tempo

O subtipo evidencial inferencial também ocorre com passado e presente, mas, principalmente, com passado.

Inferência	Passado		Presente	Futuro	
	Recente	Remoto		Próximo	Remoto
SURUÍ	-----		-----	-----	
SATERÉ-MAWÉ		-----		-----	
KARITIANA		-----		-----	
WANANO	✓		✓	-----	
TUYUCA	✓		✓	-----	
TUCANO	✓		-----	✓	
DESANO	✓	✓	✓	-----	
YÊ'PA-MASA	-----	-----	-----	-----	
CARAPANA	-----	-----	-----	-----	
MAMAINDÊ		✓		-----	
SABANÊ	✓		-----	-----	
LAKONDÊ	-----	-----	-----	-----	
NAMBIKWARA	-----	-----	-----	-----	-----
JAMAMADÍ	✓		-----	-----	-----
JARAWARA	✓	✓	-----	-----	
MATSÉS	✓	✓	-----	-----	
YAMINAHUA	-----	-----	-----	-----	
MATIS	-----	-----	-----	-----	
TARIANA	✓	✓	-----	-----	
SANUMÁ	✓		✓	✓	
TAPIRAPÉ	✓		-----	-----	-----
PARKATEJÊ	✓	-----	✓	-----	
GUAJÁ	-----	-----	-----	-----	

Quadro 11. Relação entre evidencialidade inferencial e tempo

Em MAMAINDÊ, há apenas uma forma para indicar inferência, forma esta que não ocorre com nenhum tempo específico, podendo se referir tanto ao passado quanto ao presente. Um fato interessante relaciona-se à língua SANUMÁ, que apresenta diversas divisões temporais para o uso desse evidencial: inferência em relação ao futuro (93); inferência em relação ao presente e ao futuro - a um, a outro ou a ambos - (94); inferência em relação a um evento no

presente (95); inferência em relação a um evento no passado (96).

SANUMÁ (BORGMAN, 1990, p.28)

- (93) kaikana te ku-ki **kite**
 Chefe 3.SG ser-FOC **INFER.FUT**
 ‘Ele será o chefe.’

SANUMÁ (BORGMAN, 1990, p. 28)

- (94) ulu te ohi ipö **kite**
 criança 3:SG com.fome AUG **INFER.PRES/FUT**
 ‘Eu suponho que a criança está/vai estar com fome’

SANUMÁ (BORGMAN, 1990, p.28)

- (95) topo hu-**lali** **kite**
 3.PL vir-**PRES.LOC** **INFER**
 ‘(Eu suponho que) eles estão vindo (do rio acima)’

SANUMÁ (BORGMAN, 1990, p.28)

- (96) Ulu a patasipö-a waiki-a hãto-so **noai** **kite**
 filho 3:SG crescer-DUR já-DUR não.ver-FOC **INDEFV** **INFER**
 ‘Meu filho provavelmente já cresceu até hoje’ (dito pelo pai que esteve longe por um tempo)

A expressão da inferência em relação ao futuro (93) ocorre com qualquer outro verbo que não seja de descrição ou de emoção, dessa forma, a partícula ‘*kite*’ (inferência) se refere a uma forte suposição em relação ao futuro, exceto em casos em que o marcador de presente-localicional (o que configuraria uma inferência em relação ao presente) ou aspecto perfeito indefinido (o que configuraria uma inferência em relação ao passado) é empregado também. Segundo Borgman (1990), com verbos de descrição e de emoção, é difícil manter uma linha

entre o presente e o futuro com *'kite'*. Nesse caso, essa partícula pode se referir ao presente, ao futuro ou a ambos (94).

Ao contrário do que ocorre com o evidencial percepção de evento, os evidenciais inferenciais e dedutivos são usados para fazer previsões sobre eventos futuros. Essa expressão no futuro é encontrada, dentre as línguas do *corpus*, em SANUMÁ e em TUCANO. Para Aikhevald (2004, p.277),

o futuro tipicamente inclui um elemento de predição a respeito de algo não testemunhado e, como consequência, falta de certeza. Pode facilmente ser associado à descrição de eventos que o falante não testemunhou pessoalmente, podendo apenas falar com base em adivinhação, inferência, assim como suposição ou *hearsay*.

Quando a inferência é expressa no presente, fato não muito comum, o falante afirma que determinada situação está ocorrendo no presente com base em seu conhecimento prévio, ou, como ocorre em DESANO, com base no conhecimento dos hábitos das pessoas envolvidas ou em seu conhecimento geral de como as coisas funcionam. No exemplo abaixo, o falante afirma que a mulher está lavando roupas no porto do rio porque provavelmente a conhece e sabe que, sempre em determinado horário, ela faz esse serviço; com base no conhecimento desse hábito dela, o falante infere (97):

DESANO (MILLER, 1999, p. 67)

- (97) suʔri koe-go ii-**kū**-bō pera-ge
 roupas lavar-F.SG fazer-**INFER.PRS**-3.F.SG porto-LOC
 ‘Ela (provavelmente) está lavando roupas no porto do rio’

4.5 Hierarquia dos evidenciais

Em todas as línguas em que não houve a ocorrência do subtipo evidencial dedutivo, não houve também a ocorrência do subtipo inferencial, o que confirma a hierarquia proposta por Hengeveld e Dall’Aglio Hattnher (2012). Segundo os autores, como já esclarecido, há uma relação hierárquica entre os evidenciais do Nível Representacional: primeiramente, uma língua expressa percepção de evento, seguida da dedução e, por fim, apresenta meios para expressar inferência. Nas línguas do nosso *corpus*, sempre que uma língua expressa inferência, expressa também os outros dois subtipos, e sempre que expressa dedução, expressa percepção de evento.

Essa ordenação hierárquica é respeitada no Nível Representacional, entretanto, não há a necessidade de expressão de todos os subtipos evidenciais do Nível Representacional para que haja a expressão da reportatividade, que opera em um nível acima, o Nível Interpessoal. Uma língua pode expressar apenas a percepção de evento, no Nível Representacional (NR), e, no Nível Interpessoal (NI), a reportatividade, sem invalidar a hierarquia proposta para os evidenciais, já que esse salto é previsto pela GDF, inclusive para outras categorias gramaticais. No nosso *corpus*, a língua GUAJÁ e YAMINAHUA são exemplos desse salto: ambas expressam apenas a percepção de evento no Nível Representacional, pulando para o Nível Interpessoal, com a expressão da reportatividade.

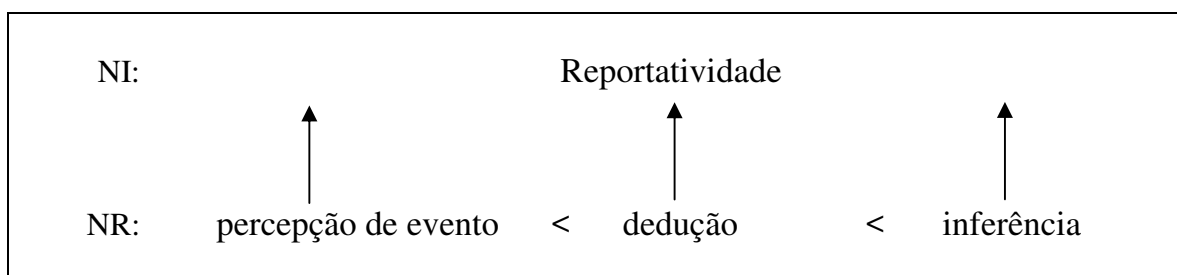


Figura 2: Hierarquia proposta por Hengeveld e Dall’Aglio-Hattnher (2012) para os evidenciais

4.6 Relação entre a forma de expressão evidencial e o tempo

Dentre as línguas que expressam a categoria evidencial e tempo cumulativamente, notamos um interessante resultado: embora algumas delas expressem pelo menos um subtipo evidencial em todos os tempos gramaticais disponíveis, essa combinação não é tão comum, pois a maioria das ocorrências acontece com o tempo passado, o que confirma a afirmação de Aikhenvald (2004) sobre a tendência, nas línguas com sistema evidencial obrigatório, de nunca haver mais escolhas evidenciais em um tempo não-passado do que no tempo passado. A língua JAMAMADÍ, que apresenta expressão cumulativa das duas categorias, expressa os quatro subtipos evidenciais no tempo passado, e apenas o morfema que marca percepção de evento ocorre com passado, presente e futuro. A expressão da evidencialidade no futuro com o evidencial percepção de evento, como se observou anteriormente, comporta-se de forma diferente, indicando não uma atestação de um evento que ainda não aconteceu (fato que seria ilógico), mas sim diferentes implicações semânticas, como certeza da factualidade do evento ou mesmo dedução.

O quadro abaixo apresenta as línguas e o tipo de expressão dos sistemas evidencial e temporal:

	Língua
Expressão cumulativa de evidencialidade e tempo	DESANO
	TUYUCA
	YÊ-PA-MASA
	CARAPANA
	NAMBIKWARA
	JAMAMADÍ
	TARIANA
	SANUMÁ
	MATSÉS
	TUCANO
Expressão mista (cumulativa e não cumulativa) de tempo e evidencialidade e tempo	JARAWARA
	SABANÊ
	LAKONDÊ
	GUAJÁ
	MAMAINDÊ
	WANANO
	MATIS
	TAPIRAPÉ
Expressão não-cumulativa de tempo e evidencialidade	SURUÍ
	SATERÉ-MAWÉ
	YAMINAHUA
	KARITIANA
	PARKATEJÊ

Quadro 12. Divisão da expressão cumulativa ou não de tempo e evidencialidade

Nos estudos descritivos analisados, não são encontradas maiores explicações sobre o fato de essas línguas poderem expressar evidencialidade e tempo em morfemas/partículas cumulativos e, em alguns casos, em morfemas/partículas não cumulativos. Em MATIS, por exemplo, a evidencialidade expressa os subtipos percepção de evento, dedução e reportatividade. Esses três subtipos evidenciais ocorrem apenas com o tempo passado, podendo ser expressos tanto em morfemas separados da marcação temporal, como ocorre com a evidencialidade de percepção de evento e dedutiva, como em morfemas cumulativos, como ocorre com a evidencialidade de percepção de evento e reportativa. A reportatividade só

ocorre com o morfema *-ka*, que também indica passado remoto, já a percepção de evento pode ocorrer em morfema separado da categoria temporal, por meio de *-s*, ou cumulativa a essa categoria, indicando também passado remoto, por meio do morfema *-anpi*. O subtipo dedutivo, por sua vez, ocorre somente em morfema específico: *-k*.

Em (98), a expressão da evidencialidade dedutiva ocorre separadamente ao morfema de tempo passado, já em (99), o morfema de passado remoto *-anpi*, utilizado apenas quando o falante participa da ação relatada, se cumula ao evidencial percepção de evento.

MATIS (FERREIRA, 2005, p.125)

- (98) Bina-n wata-Ø bed-**a-k**
 Bina-ERG mamão-ABS pegar-**REC.PST-3.DECL.DED**
 ‘O Bina pegou mamão’ (O mamão é visto na casa, mas a pessoa não acompanhou o Bina)

MATIS (FERREIRA, 2005, p.131)

- (99) dadasibo-bo-n bußono-Ø pe-**anpi-k**
 velho-COLL-ERG jibóia-ABS comer-**REM.PST.PERC-DECL**
 ‘Muito tempo atrás os velhos comiam jibóia’ (Eu presenciei)

Segundo Ferreira (2005), MATIS é uma língua que se classifica tipologicamente como intermediária entre polissintética e aglutinante, sendo predominantemente aglutinante. Talvez, por esse motivo, a expressão cumulativa de tempo e evidencialidade seja menor do que a de morfema específico para cada subtipo evidencial (nessa língua, há mais recursos para exprimir essas categorias separadamente), já que as línguas aglutinantes tendem a ser menos cumulativas⁴⁷.

Uma possível generalização sobre a expressão cumulativa ou não das categorias em análise poderia ser atribuída ao tipo morfológico de cada língua, se mais aglutinante, se mais

⁴⁷ Segundo o dicionário de Linguística de Dubois (1999), “as palavras de uma língua aglutinante são analisáveis numa série de morfemas claramente distintos”, o que a opõe às línguas flexivas.

flexional. Em uma língua caracteristicamente aglutinante, que tende a não acumular significados nos morfemas, poderia haver uma tendência para a expressão da evidencialidade lexical, motivo pelo qual a ocorrência dos subtipos evidenciais se mostra menor, já que, neste estudo, não consideramos a evidencialidade não gramatical. Já se as línguas que marcam cumulativamente as categorias de evidencialidade e tempo forem do tipo flexional (que tende a acumular funções nos itens gramaticais), talvez a ocorrência de evidencialidade lexical fosse menor, o que justificaria o fato de que quando as categorias em análise se expressam cumulativamente há uma maior ocorrência dos diferentes subtipos. Entretanto, esse critério não se aplica, por exemplo, à língua SABANÊ, tipologicamente aglutinante segundo Araújo (2004), que sempre expressa evidencialidade e tempo no mesmo morfema. Além de SABANÊ, outras línguas que trazem informação evidencial e temporal no mesmo elemento gramatical são classificadas como aglutinantes. Como nem sempre foi possível obter informações a respeito da classificação morfológica das línguas do *corpus*, não houve a possibilidade de fazer generalizações a esse respeito.

Como visto nas línguas acima, a categoria temporal se expressa juntamente à categoria evidencial em alguns tempos específicos, entretanto há outras línguas, como SABANÊ, em que a relação entre tempo e evidencialidade é bem complexa, que expressam as duas categorias cumulativamente em todos os tempos disponíveis (passado, presente e futuro). Nessa língua, as duas categorias devem ser marcadas morfológicamente para cada afirmação, já que nem evidencialidade nem tempo podem ser omitidos da sentença. Estratégias lexicais (como “eu acho”, “eu penso”, “eles dizem”) são evitadas nessa língua e a distinção entre evidencial e não-evidencial é feita no sistema temporal.

Expressar cumulativamente evidencialidade e tempo em todos os tempos, como ocorre, por exemplo, com a língua SABANÊ, não é tão comum. Quando há a expressão de tempo e evidencialidade no mesmo morfema, muitas vezes, ou apenas o passado estabelece

essa relação, ou dois dos três tempos disponíveis a expressam. No caso de JAMAMADÍ, por exemplo, as categorias de tempo e evidencialidade se expressam juntamente no passado e no futuro, sendo que, no futuro, essa expressão cumulativa ocorre, assim como em SABANÊ, com o evidencial percepção de evento e exprime que o “falante domina a situação e verá alcançado seu objetivo” (CAMPBELL, 1988, p. 2); há, aqui, outra implicação semântica, apontando para um efeito de sentido, muitas vezes, dedutivo. Já em DESANO e TUYUCA, a expressão cumulativa das categorias em análise ocorre no passado e no presente. Normalmente, a ocorrência de marcas de evidencialidade no futuro é pouco comum.

Nas línguas em que há, em pelo menos um tempo, a expressão cumulativa das duas categorias em análise, percebe-se uma maior ocorrência dos diferentes tipos evidenciais, ou seja, normalmente, os quatro subtipos são expressos. Línguas como WANANO, SABANÊ, JAMAMADÍ, DESANO, TUYUCA, MAMAINDÊ, TARIANA, SANUMÁ, TAPIRAPÉ e TUCANO, que expressam evidencialidade e tempo no mesmo morfema/partícula, expressam os quatro subtipos evidenciais. Quando há a falta de algum subtipo evidencial, normalmente é a evidencialidade inferencial que não é expressa na língua: das línguas que expressam as duas categorias cumulativamente, NAMBIQUARA, YE’PÂ-MASA, LAKONDÊ e CARAPANA não expressam apenas a inferência, e a língua GUAJÁ, além de não expressar inferência, também não expressa dedução. A expressão cumulativa ao tempo nessa última língua ocorre apenas com o subtipo percepção de evento, que apresenta um morfema para exprimir passado recente e outro para exprimir passado remoto. Na expressão da reportatividade, GUAJÁ não associa a evidencialidade a nenhum valor temporal. A expressão não-cumulativa do reportativo e do tempo encontrada no GUAJÁ é uma recorrência em todas as seis línguas em que a evidencialidade e tempo são parcialmente expressos por morfemas cumulativos.

Dentre as línguas que não expressam tempo e evidencialidade no mesmo morfema/partícula, apenas PARKATEJÊ exprime todos os subtipos evidenciais. MATIS não

apresenta apenas expressão inferencial, já SATERÉ-MAWÉ e YAMINAHUA não expressam nem inferência nem dedução. Por fim, as línguas KARITIANA e SURUÍ apenas expressam reportatividade.

4.7 Generalizações sobre as relações entre evidencialidade e tempo

Do exposto acima, no que se refere às relações entre as categorias em análise, embora as línguas do *corpus* tenham mostrado sistemas bastante variados, foi possível estabelecer algumas regularidades:

i) os evidenciais ocorrem com maior frequência nos tempos passado e presente, especialmente com o primeiro, sendo sua expressão no futuro bastante rara e com implicações semânticas diferentes a depender do tipo evidencial empregado;

ii) o evidencial reportativo, mais usual nas línguas, ao lado do evidencial de percepção de evento, não ocorre com o tempo futuro, com exceção das línguas PARKATEJÊ e TUCANO, em que o falante reporta uma informação obtida sobre algo que vai ocorrer no futuro;

iii) o evidencial de percepção de evento ocorre praticamente com a mesma regularidade no presente e no passado, sendo o uso do futuro um caso especial;

iv) o evidencial de dedução ocorre mais frequentemente com o passado, sendo que sua expressão no presente, a depender da forma como as diferentes línguas expressam a referência temporal (se tempo localiza o evento descrito ou se localiza o momento em que a informação foi adquirida), pode ou não ocorrer;

v) as línguas que marcam evidencialidade cumulativamente a tempo apresentam maior ocorrência dos quatro subtipos evidenciais do que as que carregam as informações evidenciais

e temporais em morfemas separados.

Os dados das línguas aqui analisadas nos permitiram confirmar a hipótese proposta por Hengeveld e Dall’Aglio Hattner (2012) sobre a hierarquia dos diferentes subtipos evidenciais, já que sempre que uma língua expressa inferência também expressa percepção de evento e dedução, seguindo a seguinte relação hierárquica: percepção de evento < dedução < inferência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A verificação das relações entre as categorias de evidencialidade e tempo nas línguas indígenas do Brasil foi feita, neste estudo, com base no aparato teórico-metodológico da Gramática Discursivo-Funcional, de Hengeveld e Mackenzie (2008), um modelo de gramática que considera uma organização em camadas que se estende ao nível do discurso e que reconhece, nessa organização, vários níveis de análise, constituindo-se como um modelo bastante adequado aos estudos tipológicos, já que os diferentes níveis e camadas permitem uma análise que leva em conta os diferentes aspectos da organização linguística.

A amostra desta pesquisa foi constituída a partir da seleção de um conjunto de línguas indígenas do Brasil em que evidencialidade e tempo são categorias obrigatoriamente marcadas, sejam expressas em morfemas cumulativos ou em morfemas separados. Nesse sentido, as línguas indígenas se mostraram uma grande fonte de estudos não só pela alta frequência da expressão da evidencialidade como também, e principalmente, pela grande diversidade de seus sistemas evidenciais e temporais.

A fim de evidenciar as regularidades e diferenças entre as línguas analisadas, reanalisamos a classificação dos evidenciais encontrada nos materiais descritivos utilizados seguindo a tipologia proposta por Hengeveld e Dall’Aglio Hattnher (2012), que identificam reportatividade, inferência, dedução e percepção de evento. Uma reanálise em relação às diferentes divisões de tempo também foi feita para os tempos.

Em relação à ocorrência dos subtipos evidenciais, a reportatividade e a percepção de evento foram os mais usuais, seguidos pela dedução e, posteriormente, pela inferência. Algumas línguas ainda apresentam uma subdivisão em relação aos subtipos de percepção de evento e reportativo: o primeiro pode ser subdividido em percepção visual e não-visual, e o

segundo, em reportado de primeira-mão e de segunda-mão, ou ainda um reportativo empregado quando a fonte da informação é conhecida (definida) e outro empregado quando a fonte já se perdeu, tornando-se não identificável (indefinida). Pudemos identificar, em algumas línguas, a ocorrência de evidenciais polissêmicos, ou seja, línguas em que uma mesma forma é empregada para expressar diferentes usos semânticos, sendo a dedução e a inferência os usos mais comuns.

No que concerne à expressão da categoria temporal, realizada tanto por morfemas flexionais ao verbo quanto por partículas, grande parte das línguas indígenas do *corpus* divide o tempo em passado, presente e futuro, havendo ainda algumas línguas que expressam uma divisão binária, como a oposição passado/não-passado e futuro/não-futuro. Além dessas distinções, nas línguas aqui analisadas, a divisão temporal envolve também a distinção entre os graus de distância (imediato, recente, remoto, distante) entre os eventos e um ponto de referência, normalmente representado pelo momento presente. O presente é o tempo que apresenta o menor número de variações semânticas, englobando normalmente apenas o momento da fala; já o passado apresenta muito mais variações; o futuro, ainda que pouco, também apresenta algumas distinções em relação aos graus de distância.

A análise das relações entre as categorias gramaticais de evidencialidade e tempo nas línguas indígenas do Brasil evidenciou uma grande variedade na organização desses sistemas. Em relação à organização dos sistemas temporais das línguas em análise, o tempo passado é o que apresenta o maior número de variações, confirmando a afirmação de Aikhenvald (2004), a respeito da tendência nas línguas com sistema evidencial obrigatório de nunca ter mais escolhas evidenciais em um tempo não-passado do que no tempo passado. Dos evidenciais, a percepção de evento é a mais usual, e, na sua combinação com a categoria temporal, esse subtipo evidencial ocorre com todas as divisões de passado disponíveis nas diferentes línguas.

Como era de se esperar, pelas possibilidades lógicas, os evidenciais ocorrem, em sua

grande maioria, como os tempos passado e presente, principalmente com o primeiro. A combinatória de evidencialidade com tempo futuro aponta para outro valor semântico, que não o evidencial. A existência da reportatividade no futuro nas línguas TUCANO e PARKATEJÊ exemplifica bem essa afirmação, pois, na verdade, é a informação veiculada que ocorrerá no futuro, sendo o relato localizado no passado. Com o evidencial de percepção de evento, esse tempo traz implicações semânticas diferentes, não configurando um uso evidencial de primeira mão de um fato e sim usos modais, já que não se pode perceber um evento que ainda não aconteceu.

Como o evidencial dedutivo requer dois eventos (um percebido e um deduzido), há a necessidade lógica de marcar o evento percebido no passado, seja ele mais longínquo seja ele quase coincidente com o momento da fala. A respeito dessa observação, a depender da forma como as línguas organizam seus sistemas temporais e evidenciais (se localiza o evento em si ou se localiza o momento em que se adquiriu a informação), a interpretação do evento será diferente. Algumas línguas não empregam a dedução no presente justamente pelo fato de que há a necessidade de se basear a evidência em um evento acontecido. Entretanto há línguas que expressam a dedução no presente, pois nessas línguas o tempo muitas vezes localiza o evento deduzido no presente, mas o evento percebido ocorre no passado. Em outras línguas, o presente marca o momento em que se adquiriu a evidência, ou seja, o evento percebido. Nesse último tipo de ocorrência, o falante tem a evidência disponível a ele no momento da fala, por isso utiliza uma forma de presente.

Em relação ao emprego cumulativo ou não das categorias aqui analisadas, notou-se que, quando elas se expressam em morfemas/partículas cumulativos, a expressão dos quatro subtipos evidenciais é mais comum do que quando essas categorias são expressas em morfemas separados.

Como observado, das línguas que expressam a evidencialidade e tempo

cumulativamente, algumas delas deixam de apresentar essa expressão com algum subtipo evidencial, sendo o reportativo recorrente em todas elas. Muitas vezes, a relação temporal é expressa por outros morfemas disponíveis nas línguas, muitos deles, um outro evidencial, sendo o morfema indicador de evidencialidade de percepção de evento o mais comum para essa função.

A análise dos dados neste trabalho também permitiu comprovar a hierarquia para os evidenciais proposta por Hengeveld e Dall’Aglio Hattner (2012), na medida em que, em todas as línguas, a expressão dos evidenciais pertencia a subtipos contíguos na ordem hierárquica proposta: percepção de evento > dedução > inferência, todos eles podendo ocorrer com o subtipo reportativo.

As dificuldades de composição do *corpus* deste trabalho apontam para uma continuidade natural desta pesquisa, tendo em vista o recente crescimento dos estudos descritivos das línguas indígenas brasileiras. Em uma segunda investida nos dados, caberia ainda um aprofundamento do estudo da relação entre o tipo morfológico das línguas e a expressão de tempo e evidencialidade, buscando uma explicação mais consistente para a maior ocorrência de evidenciais nas línguas com expressão cumulativa de tempo e evidencialidade.

Ainda assim, com esse estudo, esperamos ter contribuído com os estudos descritivos, principalmente no que se refere às categorias de evidencialidade e tempo, não apenas das línguas indígenas, mas das línguas naturais como um todo, já que os estudos tipológicos são uma ferramenta muito eficaz no processo de compreensão da natureza da linguagem humana. Nesse sentido, esperamos nos alinhar aos recentes trabalhos desenvolvidos nesta Instituição que, ao associar os estudos descritivos funcionalistas e os estudos de línguas indígenas, buscam atuar na direção de uma desejável aproximação entre essas áreas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIKHENVALD, A. Y. *Evidentiality*. New York: Oxford University Press, 2004.
- _____. Evidentiality in Typological Perspective. In: AIKHENVALD, A. Y.; DIXON, R. M. W. *Studies in Evidentiality*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2003a. p.1-31.
- BOAS, F. Introduction. In: BOAS, F. (Ed.). *Handbook of American Indian Languages*. Part I. Smithsonian Institution. Bureau of American Ethnology Bulletin, v.40, p.5-83, 1911a.
- _____. Kwakiutl. In: BOAS, F. (Ed.). *Handbook of American Indian Languages*. Part I. Smithsonian Institution. Bureau of American Ethnology Bulletin, v.40, p.423-557, 1911b.
- _____. Language. In: BOAS, F. (Ed.). *General Anthropology*. Boston, New York: D.C. Heath and Company, p.124-145, 1938.
- _____. Language and Culture. In: _____. *Studies in the History of Culture: The Disciplines of the Humanities*. Menasha: The George Banta Publishing Co., p.178-184, 1942.
- _____. Kwakiutl Grammar with a Glossary of the Suffixes. *Transactions of the American Philosophical Society*, Philadelphia, v.37, p. 201-377, 1947.
- BOLAND, J. H. G. *Aspect, Tense and Modality: Theory, typology, acquisition (I)*. Amsterdam: Amsterdam Center for Language and Communication, 2006.
- CABRAL, A. S. A. C. Aspectos gramaticais compartilhados por línguas do baixo Xingu, Tocantins e nordeste da Amazônia: partículas evidenciais. *Atas do II Congresso Nacional da ABRALIN*, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2000, CD-ROM.
- CAMACHO, R. G. A interface sintaxe e discurso na gramática funcional. In: *Os fatos da linguagem. Esse conjunto heteróclito*. Araraquara: FCL-Unesp Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 39-79, 2006.
- COMRIE, B. *Tense*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- DALL'AGLIO HATTNER, M. M. et al. Uma investigação funcionalista da modalidade epistêmica. In: NEVES, M. H. M (Org.). *Descrição do Português: definindo rumos de pesquisa*. Araraquara: Cultura Acadêmica, p.103-143, 2001.
- DALL'AGLIO HATTNER, M. M. Pesquisas em sintaxe: a abordagem funcionalista da evidencialidade. In: MASSINI-CAGLIARI, G. et. al. (Org.). *Trilhas de Mattoso Câmara e outras trilhas: fonologia, morfologia e sintaxe*. Araraquara: Cultura Acadêmica, p.103-145, 2007.
- _____. *Evidencialidade na gramática discursivo-funcional: relações hierárquicas intra- e intercategoriais*. (Relatório de pesquisa). São Paulo: FAPESP, 2010.
- _____. Gramática Discursivo-Funcional e os estudos tipológicos: um exercício de análise das línguas indígenas do Brasil. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 41, n.1, p. 64-73, 2012.
- DECLERCK, R. From Reichenbach (1974) to Comrie (1985) and beyond: towards a Theory of Tense. *Lingua*, New York, n.70, p.305-364, 1986.
- DENDALE, P.; TASMOWSKI, L. Introduction: Evidentiality and Related Notions. *Journal of Pragmatics*, Amsterdam, v.33, p.339-348, 2001.
- FREITAG, R. M. K. Tempo na frase e tempo no texto: as teorias de Reichenbach e Rojo e Veiga. *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, Tubarão, v. 5, n. 2, p. 389-413, 2005.
- GIVÓN, T. Tense, aspect and modality I: Functional Organization. In: *Syntax: an*

- Introduction. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, v.1, p. 285-336, 2001.
- GIVÓN, T. Tense, aspect and modality II: Functional Organization. In: *Syntax: an Introduction*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, v.1, p. 337-367, 2001.
- HENGVELD, K. Linguistic Typology. In: MAIRAL, R.; GIL, J. (Ed.). *Linguistic Universals*. Cambridge: Cambridge University Press, p.46-66, 2006.
- HENGVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar*, Oxford: Oxford University Press, 2008.
- _____. Functional Discourse Grammar. In: HEINE, B.; NARROG, H. (Eds.) *The Oxford Handbook of Linguistic Analysis*. Oxford: Oxford University Press, p. 367-400, 2010.
- HENGVELD, K.; DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. *Four types of Evidentiality in the Native Languages of Brazil*. 2012. Disponível em <<http://home.hum.uva.nl/oz/hengeveldp/>>. Acesso em: 8 ago 2012.
- ILARI, R. *A expressão do tempo em português*. São Paulo: Contexto: EDUC, 1997.
- JASZCZOLT, K. M. Real Time and the Concept of Time. In: _____. *Representing Time: An Essay on Temporality as Modality*. Oxford: Oxford University Press, p. 5-31, 2009.
- KLEIN, W. *Time in language*. London, New York: Routledge, 1994.
- _____. Concepts of Time. In: KLEIN, W. & LI, P. (Ed.). *The Expression of Time*. Berlin: Mouton de Gruyter, p. 5-38, 2009.
- _____. How Time is Encoded. In: KLEIN, W. & LI, P. (Ed.). *The Expression of Time*. Berlin: Mouton de Gruyter, p. 39-81, 2009.
- LAZARD, G. On the Grammaticalization of Evidentiality. *Journal of Pragmatics*, Amsterdam, v. 33, p. 359-67, 2001.
- NUYTS, J. Subjectivity as an Evidential Dimension in Epistemic Modal Expressions. *Journal of Pragmatics*, Amsterdam, v.33, p.383-400, 2001.
- PALMER, F. R. *Mood and Modality*. Cambridge, England: Cambridge University, 1986
- PAYNE, T. E. *Describing Morphosyntax: A Guide for Field Linguists*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- REICHENBACH, H. *Elements of Symbolic Logic*. New York: The MacMillan Company, 1947.
- RODRIGUES, A. D. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- SAPIR, E. *Language: An Introduction to the Study of Speech*. New York: Harcourt, Brace, 1921.
- SEKI, L. Línguas indígenas do Brasil no limiar do século XXI. *Impulso*, Piracicaba, v. 12, n. 27, p. 233-256, 2000.
- STENZEL, K. S. As categorias de evidencialidade em Wanano (Tukano Oriental). *Liames*, Campinas (Unicamp), v. 7, p. 7-28, 2006.
- WILLET, T. A Cross-linguistic Survey of the Grammaticalization of Evidentiality. *Studies in Language*, [S.l.], v.12, n.1, p.51-97, 1988.

Gramáticas e estudos descritivos de línguas indígenas no Brasil

ABOOTT, M. Estrutura oracional da língua Makuxí. Brasília: *Summer Institute of Linguistics*, 1976.

_____. Subordinate clauses in Macushi. Brasília: *Summer Institute of Linguistics*, 1985.

AGUIAR, M. S. *Análise descritiva e teórica do katukina-pano*. 1994. 405 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

AIKHENVALD, A. Y. Grammatical Relations in Tariana. *Nordic Journal of Linguistics*, Cambridge, v.17, p.201-218, 1994.

_____. *A Grammar of Tariana, from Northwest Amazonia*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003c.

_____. Evidentiality in Tariana. In: AIKHENVALD, A. Y.; DIXON, R. M. W. (Ed.). *Studies in Evidentiality*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, p.131-164, 2003b.

AIKHENVALD, A. Y.; GREEN, D. Palikur and the Typology of Classifiers. *Anthropological Linguistics*, v.40, p. 429-480, 1998.

ALVES, F. C. *O timbira falado pelos Canela Apãniekrá: uma contribuição aos estudos da morfossintaxe de uma língua Jê*. 2004. 163 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

ALMEIDA, L.; SANTOS, L. A concordância de número em Kaingáng. In: TELLES, S.; DE PAULA, A.S. (Orgs.) *Topicalizando Macro-Jê*. Recife: Néctar, p.229-246, 2008.

AMADO, R. S. *Aspectos morfofonológicos do Gabiã-Pykobjê*. 2004. 178 f. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

ANDERSON, D. Conversational Ticuna. *Summer Institute of Linguistics*, University of Oklahoma, 1962.

ARAÚJO, G. A. *A Grammar of Sabanê, a Nambikwaran language*. 2004. 255 p. Ph.D. Dissertation. Amsterdam: Vrije Universiteit, 2004.

_____. *Fonologia e morfologia da língua maxacalí*. 2000. 155 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

BACELAR, L. N. *Gramática da língua Kanoê: descrição gramatical de uma língua isolada e ameaçada de extinção, falada ao sul do Estado de Rondônia, Brasil*. Nijmegen, Holanda: Katholieke Universiteit Nijmegen, 2004.

BARNES, J. Evidentials in the Tuyuca Verb. *International Journal of American Linguistics*, Chicago, v.50, p. 255-271, 1984.

BARNES, J. Tucano. In: DIXON, R. M. W.; AIKHENVALD, A. Y. (Ed.) *The Amazonian Languages*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 207-226, 1999.

BENDOR-SAMUEL, D. Hierarchical structures in Guajajara. *Summer Institute of Linguistics*. Norman: Summer Institute of Linguistics of the University of Oklahoma. 1972. 214 p.

BONTKES, C. *Subordinate clauses in Suruí*. Porto Velho workpapers, p.189-207, 1985.

_____. *Tentative Observations of Morphophonemic Changes in the Verbs and the Possessed Nouns of Suruí*. Sociedade Internacional de Linguística. 2009.

BORELLA, C. C. *Aspectos morfossintáticos da língua Aweti (Tupi)*. 2000. 223 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

BORGMAN, D. M. Sanumá. *Handbook of Amazonian languages*. Berlin: Mouton de Gruyter, v. 2, p.15-148, 1990.

BOSWOOD, J. *Algumas funções de participante nas orações rikbaktsa*. Série Linguística, n. 3, p. 7-34, 1974.

BOZZI, A. M. O. *Les structures elementaries du yuhup maku: langue de l'amazonie colombienne. Morphologie e syntaxe*. 2002. 477 p. Theses (Doctorat en Linguistique Théorique) – UFR Linguistique, Université Paris 7, Paris, 2002.

BUTLER, N. E. Derivação verbal na língua Terena. Brasília: *Summer Institute of Linguistics*, 1977.

_____. Modo, extensão temporal, tempo verbal e relevância contrastiva na língua Terena. Brasília: *Summer Institute of Linguistics*, 1978.

_____. The multiple functions of the definite article in Terena. Brasília: *Summer Institute of Linguistics*, 2003.

CALLOW, J. C. *The Apinayé language: Phonology and grammar*. 1962. 154 p. PhD. Thesis. London University, School of Oriental and African Studies, London, 1962.

CAMPBELL, B. Conjunctions in Jamamadi Narrative. *Summer Institute of Linguistics*, [s.l.], 1977a.

_____. Jamamadi Noun Phrases. Porto Velho: Workpapers, p.130-165, 1985.

_____. Repetição no discurso Jamamadi. *Série Linguística*, n. 9, v. 1, p.129-156, 1987.

CAMPBELL, R. Verification in Jamamadi Quotations. *Summer Institute of Linguistics*, [s.l.], p.1-14, 1976.

_____. Marcadores de Fonte de Informação na Língua Jamamadí. *Série Linguística*, n. 7, p. 117-126, 1977b.

_____. Avaliação dentro das Citações na Língua Jamamadí. *Série Linguística*, n. 9, v. 2, p.9-30, 1988.

_____. Jamamadi Sentence Structure. Anápolis: Associação Internacional de Linguística, 2008 (1969).

_____. Topics and Participants in Jamamadi Narrative. Anápolis: Associação Internacional de Linguística, 2009 (1977).

CÂNDIDO, G. V. *Descrição morfossintática da língua Shanenawa (Pano)*. 2004. 259 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

CARDOSO, V. F. *Aspectos morfossintáticos da língua kaiowá (Guaraní)*. 2008. 267 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

CASTRO, R. C. *Interface morfologia e sintaxe em tenetehára*. 2007. 81 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

- CAVALCANTE, M. P. *Fonologia e morfologia da língua Kaingáng: o dialeto de São Paulo comparado com o do Paraná*. Campinas, 1987. 144 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1987.
- CROFTS, M. Gramática mundurukú. *Summer Institute of Linguistics*. Brasília, 1973.
- _____. *Aspectos da língua munduruku*. Cuiabá: Sociedade Internacional de Linguística. 2004. 305 p.
- CROMACK, R. E. *Language systems and discourse structure in Cashinawa*. 1968. 381 p. PhD. Thesis (Doctor of Philosophy). The Hartford Seminary Foundation, Hatford (Connecticut, USA), 1968.
- DIXON, R. M. W. Evidentiality in Jarawara. In: AIKHENVALD, A. Y.; DIXON, R. M. W. (Ed.) *Studies in Evidentiality*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, p. 165-188, 2003.
- DIXON, R. M. W. *The Jarawara Language of Southern Amazonia*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- DOBSON, R. M. *Aspectos da língua kayabí*. Série Linguística, n. 12. Brasília: *Summer Institute of Linguistics*. 1988. 191 p.
- _____. *Gramática prática com exercícios da língua kayabi*. Cuiabá: Sociedade Internacional de Linguística. 1997. 149 p.
- DOOLEY, R. A.; GREEN, H. G. *Aspectos verbais e categorias discursivas na língua Palikur*. [S.l.], 1977.
- DOURADO, L. G. Aspectos morfossintáticos da língua Panará (Jê). 2001. 240 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- EAKIN, L. *Lecciones para el aprendizaje del idioma yaminahua*. 1991. 194 p. Documento de Trabajo n. 22. Ministerio de Educación and Instituto Lingüístico de Verano, Lima, 1991.
- EBERHARD, D. M. *Mamaindê Grammar: A Northern Nambikwara Language and its Cultural Context*. Amsterdam: LOT, 2009. 2v.
- EKDAHL, E. M.; BUTLER, N. E. Aprenda Terena. Brasília: *Summer Institute of Linguistics*, 1979.
- EPSS, P. *A grammar of Hup*. Virginia: University of Virginia, 2005.
- EVERETT, C. *Patterns in Karitiana: Articulation, Perception, and Grammar*. 2006. 473 p. Thesis (Doctor of Philosophy) – Rice University, Houston, Texas, 2006.
- FACUNDES, S. S. *The language of the Apurinã people of Brazil (Maipure/Arawak)*. 2000. 674 p. PhD. Dissertation (Doctor of Philosophy). State University of New York at Buffalo, New York, 2000.
- FARGETTI, C. M. *Estudo fonológico e morfossintático da língua Juruna*. 2001. 317 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- FARIA, A. L. *Ordem oracional e movimento de clítico de segunda posição em Kayabi (família Tupi-Guarani)*. 2004. 49 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- FAUST, N. *Gramática cocama: Lecciones para el aprendizaje del idioma cocama*. Instituto

- Linguístico de Verano, Yarinacocha, 1972. 173 p. (Linguística Peruana, n.6)
- FAUST, N.; LOOS, E. *Gramática del idioma yaminahua*. Instituto Linguístico de Verano, Lima, 2002. 177 p. (Linguística Peruana, n.51)
- FLOYD, R. *The Structure of Evidential Categories in Wanka Quechua*. Dallas: Summer Institute of Linguistics and University of Texas at Arlington, 1999.
- FERREIRA, V. R. S. *Língua Matis* (Pano): Uma análise fonológica. 2000. 143 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
- FERREIRA, M. N. O. *Estudo morfossintático da língua parkatêjê*. 2003. 276 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- FERREIRA, R. V. *Língua Matís: aspectos descritivos da morfossintaxe*. 2001. 171 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- _____. *Língua matis pano: uma descrição gramatical*. 2005. 316 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- FLECK, D. A. *Grammar of Matsigenka*. 2003. 1279 p. PhD. Thesis (Doctor of Philosophy). Rice University, Houston, Texas, 2003.
- FORTUNE, D. L. Gramática karajá: um estudo preliminar em forma transformacional. Brasília: *Summer Institute of Linguistics*. 1973. 49 p.
- FRANCHETTO, B. *Kuikuro: uma língua ergativa no ramo meridional da família Karib* (Alto Xingu). QUEIXALÓS, F. (Org.). *Ergatividade na Amazônia I*. Centre d'études des langues indigènes d'Amérique e Laboratório de Línguas Indígenas (UnB), p. 15-44, 2002.
- GABAS JR., N. *A Grammar of Karo, Tupi, Brazil*. 1999. 297 p. PhD. Thesis. University of California, 1999.
- GOMES, D. M. *Estudo morfológico e sintático da língua Mundurukú* (Tupí). 2006. 300 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- GOMES, N. S. *Clíticos, redobro e variação da ordem oracional em Kayabí* (Tupi-Guarani). 2007. 237 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- GONÇALVES, S. A. *Aspecto no Kaingáng*. 2007. 207 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- GRIFFITHS, G.; GRIFFITHS, C. Aspectos da língua Kadiwéu. Brasília: *Summer Institute of Linguistics*, 1976.
- GRONDONA, V. *A grammar of Mocoví*. 1998. 309 p. PhD. Dissertation (Doctor of Philosophy). University of Pittsburgh, Pittsburgh, Pennsylvania, 1998.
- GUALDIERI, C. B. *Mocoví* (Guaicuru): fonologia e morfossintaxe. 1998. 332 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

GUIRARDELLO, R. *Aspectos da morfossintaxe da língua Trumai (isolada) e de seu sistema de marcação de caso*. 1992. 200 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

_____. *A reference grammar of Trumai*. 1999. PhD. Rice University, Houston, Texas, 1999.

HAM, P.; WALLER, H.; KOOPMAN, L. Aspectos da língua Apinayé. Brasília: *Summer Institute of Linguistics*. 1979. 58 p.

HAM, P. Apinayé grammar. Brasília: *Summer Institute of Linguistics*. 1961. 29 p.

HARRISON, C. H. *Gramática asuriní*: Aspectos de uma gramática transformacional e discursos monologados da língua asuriní, família tupi guaraní. *Summer Institute of Linguistics*, Série Linguística, n. 4. Brasília, 1975. 175 p.

KROEKER, B. *Aspectos da língua nambikuára*. Cuiabá: Sociedade Internacional de Linguística. 1982. 166 p.

_____. *Aspectos da língua nambikuára*. 2. ed. Cuiabá: Sociedade Internacional de Linguística. 2003b. 108 p.

KROEKER, M. H. *Gramática descritiva da língua nambikuára*. Cuiabá: Sociedade Internacional de Linguística. 2003a. 121 p.

LANDIN, D. J. *An outline of the syntactic structures of Karitiâna sentences*. [S.l.:s.n.], 1980.

LOPES, M. A. G. *Aspectos gramaticais da língua ka'apor*. 2009. 302 f. Tese (Doutorado em Linguística Teórica e Descritiva) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MAGALHÃES, M. M. S. *Sobre a morfologia e a sintaxe da língua Guajá* (Família Tupí-Guaraní). 2007. 297 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MALONE, T. The Origin and Development of Tuyuca Evidentials. *International Journal of American Linguistics*, Chicago, v.54, p.119-40, 1988.

MARTINS, M. F. *Descrição e análise de aspectos da gramática do guaraní mbyá*. 2003. 220 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

MARTINS, S. A. *Fonologia e gramática dâw*. 2004. 685 f. PhD. Dissertation. Vrije Universiteit Amsterdam, Amsterdam, 2004.

MCLEOD, R.; MITCHELL, V. *Aspectos da língua xavante*. Brasília: Sociedade Internacional de Linguística. 1977.

MEIRA, S. *A Grammar of Tiriyo*. 1999. 708 p. PhD. Thesis. Rice University, Houston, Texas, 1999.

METZGER, R. G. *Gramática popular del carapana*. 1981. 240 p. Ministerio de Educación and Instituto Lingüístico de Verano, Bogotá, 1981.

MILLER, M. *Desano grammar: Studies in the Languages of Colombia* 6. Dallas: Summer Institute of Linguistics and the University of Texas at Arlington. 1999. 178 p.

MONSERRAT, R. M. F. *A língua do povo m'ky*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Mimeo. 2000.

MONTAG, S. *Lições para a aprendizagem da língua Kaxinawa*. Instituto Linguístico de Verano, Lima, 2004, 143 p.

- MUJICA, M. I. O. *Aspectos fonológicos e gramaticais da língua Yawalapiti (Aruak)*. 1992. 90 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.
- NICHOLSON, V. *Aspesctos da língua assuriní*. Cuiabá: Sociedade Internacional de Linguística. 1974. 57 p.
- NONATO, R. B. *Ainore Boe egore: um estudo descritivo da língua bororo e consequências para a teoria de caso e concordância*. 2008. 360 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- OLIVEIRA, R. C. *Morfologia e sintaxe da língua xavante*. 2007. 281 f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- PACHECO, F. B. *Aspectos da Gramática Ikpeng (Karib)*. 1997. 146 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.
- _____. *Morfossintaxe do verbo Ikpeng (Karib)*. 2001. 270 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- PALACIO, A. P. *Guató: a língua dos índios canoeiros do rio Paraguai*. 1984. 155 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1984.
- PAULA, A. S. *A língua dos índios yawanawá do Acre*. 2004. 302 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- PEREIRA, A. A. *Estudo morfossintático do Assurini do Xingu*. 2009. 348 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- PEREIRA, D. G. *Alguns aspectos gramaticais da língua maxacalí*. 1992. 121 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1992.
- PICKERING, W. N. *Apurinã Grammar*. Brasília: *Summer Institute of Linguistics*. 2009.
- PIRES, N. N. *Estudo da gramática da língua Jeoromitxi (Jabuti)*. 1992. 157 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.
- POPOVICH, H. *Discourse phonology of maxakalí: a multilevel, multiunit approach*. Arlington: The University of Texas at Arlington, 1985. 146 p.
- PRAÇA, W. N. *Morfossintaxe da língua tapirapé*. 2007. 284 f. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- QUEIROZ, J. M. C. *Aspectos da fonologia Dzubukuá*. 2008. 122 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.
- RAMIREZ, H. *A fala tucano dos ye'pâ-masa*. Tomo I: Gramática. Manaus: CEDEM, 1997.
- RAMIREZ, H. *Le parler yanomami des Xamatauteri*. 1994. 430 p. PhD. Dissertation. Université de Provence, 1994.
- RICHARDS, J. *Dificuldades na análise da posseção nominal na língua Waurá*. [s.l.: s. n.]. 1973.

_____. *Orações em Waurá*. [s.l.: s. n.]. 1977.

_____. A estrutura verbal Waurá. Brasília: *Summer Institute of Linguistics*, 1988.

RODRIGUES, A. D. (Org.). *Línguas indígenas brasileiras: Fonologia, Gramática e História*. Tomo I. Belém: EDUFPA/UFPA, p. 151-164, 2002.

ROWAN, O.; BURGESS, E. Gramática parecis. Brasília: *Summer Institute of Linguistics*, 2008.

RUSSELL, Robert Lee. *A transformational grammar of Amahuaca* (Pano). 1965. 112 p. PhD. Thesis. The Ohio State University, Ohio, 1965.

_____. *Estudios Panos IV: una gramática transformacional del Amahuaca*. Instituto Lingüístico de Verano, Lima, 1975, 110 p. (Linguística Peruana, n.13)

SAMPAIO, W. B. A. *Estudo comparativo sincrônico entre parintintin (tenharim) e o uru-eu-uau-uau (amondava): contribuições para uma revisão na classificação das línguas tupi-kawahib*. 1997. 94 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

SANTOS, M. G. *Uma gramática do wapixana* (Aruak): aspectos da fonologia da morfologia e da sintaxe. 2006. 280 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SANTOS, G. M. F. *Morfologia kuikuro: gerando nomes e verbos*. 2007. 299 f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SANTOS, O. *Languages of the world and their case marking: the Brazilian language Xavante; a case study*. 2008. 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Letras, com habilitação em Linguística). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

SILVA, R. G. P. *Estudo morfossintático da língua Sateré-Mawé*. 2010. 350 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

SILVA, L. J. Aspectos da fonologia e da morfologia da língua rikbáktsa. 2005. 88 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

STENZEL, K. S. *A Reference Grammar of Wanano*. 2004. 429 p. Ph.D. Thesis (Doctor of Philosophy). University of Colorado, Denver, Colorado, 2004.

_____. As categorias de evidencialidade em Wanano (Tukano Oriental). *Liames*, Campinas, v. 7, p. 7-28, 2006.

_____. Assertion (Presupposition) as an Evidential Category in Wanano and other Eastern Tukano Languages. In: XVII International Congress of Linguists, 2003, Prague. *XVII International Congress of Linguists Proceedings*. Prague: Matfyzpress, 2003. v. 1.

_____. Evidentials and Clause Modality in Wanano. *Studies in Language*, [S.l.], v. 32, p. 405-445, 2008.

STORTO, L. *Aspects of a Karitiana Grammar*. 1999. 218 p. Ph.D. Thesis (Doctor of Philosophy). Massachusetts Institute of Technology, Massachusetts, 1999.

TAVARES, P. S. *A grammar of Wayana*. 2005. 464 p. PhD. Thesis (Doctor of Philosophy). Rice University, Houston, Texas, 2005.

TAYLOR, J. *Marcação temporal na língua Kaiowá*. Cuiabá: Sociedade Internacional de

Linguística. 1984. 48 p.

TELLES, S. *Fonologia e Gramática Latundê/Lakondê*. 2002. 412 p. PhD dissertation. Vrije Universiteit Amsterdam, Amsterdam, 2002.

TELLES, S.; WETZELS, W. L. The System of Evidentiality in Lakondê (Nambikwara). In: ROWICKA, G. J.; CARLIN, E. B. (Org.). *What's in a verb?* Utrecht, The Netherlands: LOT, p. 235-252, 2006.

TOBLER, S. J. The grammar of Karipúna Creole. Série Linguística, n. 10. Brasília: *Summer Institute of Linguistics*. 1983. 156 p.

VALENZUELA, P. Evidentiality in Shipibo-Konibo, with a comparative overview of the category in Panoan. In: AIKHENVALD, A. Y.; DIXON, R. M. W. *Studies in Evidentiality*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, p. 33–62, 2003a.

VOORT, H. *A grammar of Kwaza*. Berlin, Alemanha: Mouton de Gruyter, 2004.

WEIR, H. *A negação e outros tópicos da gramática Nadeb*. 1984. 346 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1984.

WEST, B. *Gramática popular del tucano*. Instituto Lingüístico de Verano, Bogotá, 1980. 249 p.

Autorizo a reprodução xerográfica deste trabalho para fins de pesquisa.

São José do Rio Preto, 1º de abril de 2013.

ALINE MARIA MIGUEL KAPP